

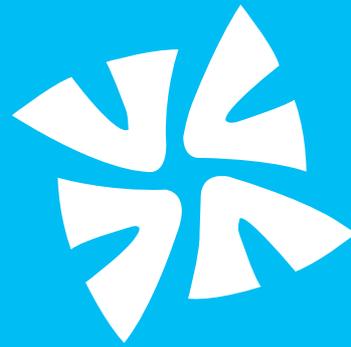
SOCIEDADE  
DA INFORMAÇÃO  
E DO CONHECIMENTO



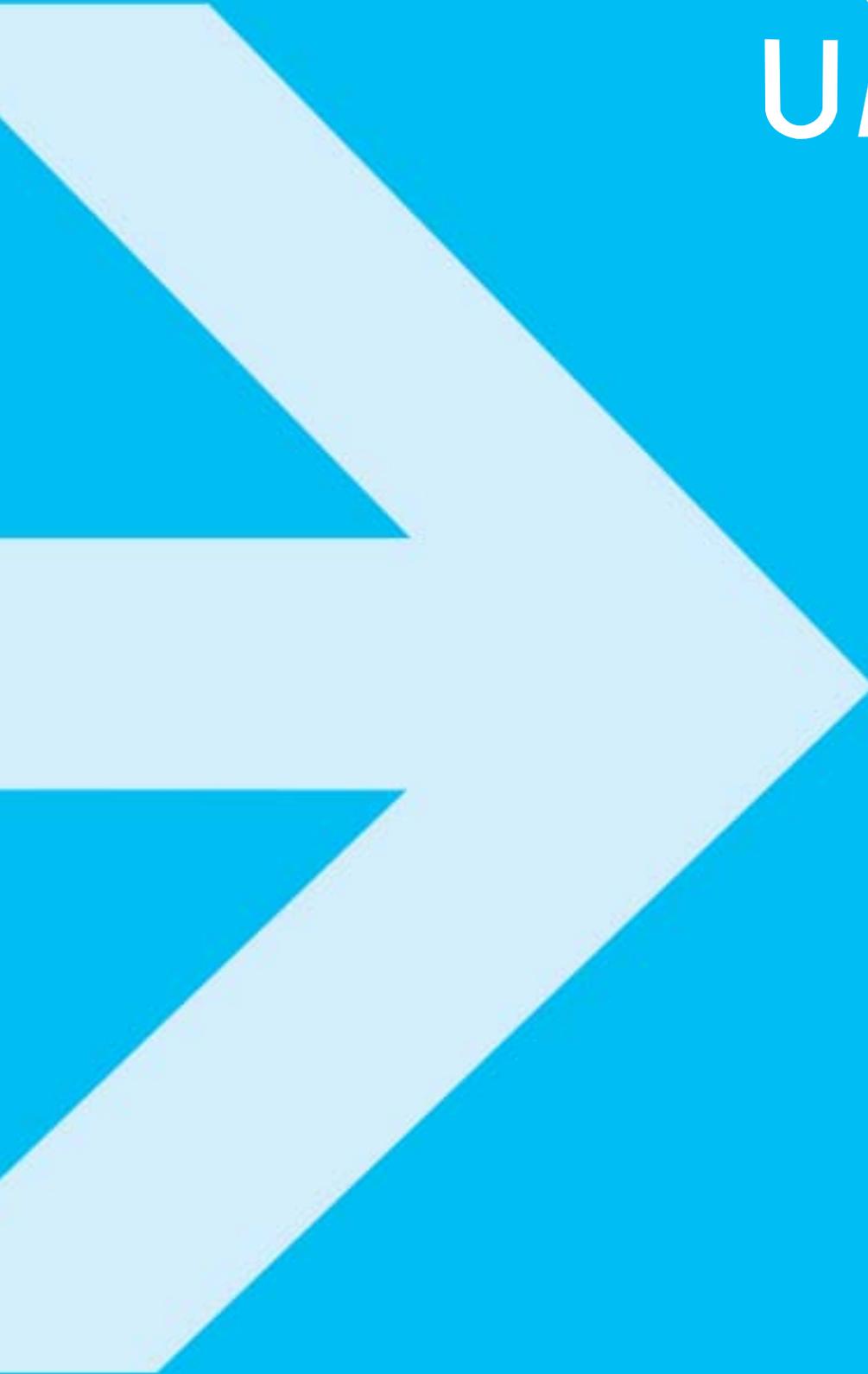
UMIC

***RELATÓRIO  
DE ACTIVIDADES***

*Novembro 2002 - Junho 2005*



UMIC



# ***FICHA TÉCNICA***

## UMIC

Relatório de Actividades - Novembro de 2002 – Junho de 2005

Publicado em Junho de 2005, nos termos da alínea d) do n.º1 do Artigo 21 da Lei 3/2004, de 15 de Janeiro (Lei Quadro dos Institutos Públicos)

### Morada:

Taguspark, Edifício Inovação I, Sala 124

e-mail: [umic@umic.pcm.gov.pt](mailto:umic@umic.pcm.gov.pt)

[www.umic.gov.pt](http://www.umic.gov.pt)

### Edição:

UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

### COLABORADORES ACTUAIS DA UMIC:

#### Conselho Directivo

Diogo Vasconcelos - Presidente (Por inerência, nos termos do n.º 4, do art. 17.º, do DL n.º 16/2005, de 18 de Janeiro)

Anabela Caetano Pedroso - Vogal (Por inerência, nos termos do n.º 4, do art. 17.º, do DL n.º 16/2005, de 18 de Janeiro)

Ana Margarida Marques

Ana Sofia Figueiredo

André Vasconcelos

Bruno Fragoso

Carla Pedro

Clara Rosa

Cláudia Cardoso

Elisabete Pires

Gonçalo Trindade

Joana Pina Pereira

João Castro

João Costa André

João Oliveira

João Vasconcelos

Jorge Fernandes

Jorge Reis

José Macieira

Marco Honrado

Matilde Cardoso

Nuno Moreira

Nuno Rodrigues

Nuno Santos

Nuno Valente

Patrícia Antunes

Paula Ávila

Pedro Nunes

Pedro Tavares

Pedro Viana

Raquel Mata

Renato Adrião

Ricardo Vaz

Roberto Carneiro

Sandra Antunes

Sara Piteira

Sílvia Reis

Sónia Santos

Tânia Matos

Tiago Monteiro

Tânia Martins

### COLABORARAM AINDA COM A UMIC DESDE 2002:

Alexandra Sécio

Alexandra Vilela

Ana Bártole

Ana Laura Teles

António Bob Santos

Aduzinda Toscano

Bruno Silva

Carlos Oliveira

Eduardo Botelho

Francisco Godinho

Gonçalo Pina

Gonçalo Serra

Isabel Carita

João Brito

João Carlos Caetano

João Mata

João Pedro Ruivo

Jorge Portugal

José Joaquim Fernandes

Luis Barreiros

Lurdes Leite

Manuel Nobre

Mónia Gomes

Paula Rosa

Pedro Sousa

Ricardo Marques

Rita Eustáquio

Sara Domingues

Sílvia José

Tiago Soeiro

Vanda Jesus

# ***ÍNDICE***

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1.	Introdução .....	6
2.	A UMIC.....	8
3.	Os Planos de Acção .....	11
4.	Alguns projectos emblemáticos.....	13
4.1.	<b>A Massificação da Internet de Banda Larga .....</b>	<b>15</b>
4.2.	<b>B-on (Biblioteca do Conhecimento Online) .....</b>	<b>20</b>
4.3.	<b>e-U (Campus Virtuais) .....</b>	<b>24</b>
4.4.	<b>O programa Cidades e Regiões Digitais .....</b>	<b>26</b>
4.5.	<b>Os projectos do Programa Nacional de Compras Electrónicas .....</b>	<b>28</b>
4.6.	<b>O Portal do Cidadão .....</b>	<b>31</b>
4.7.	<b>Serviços Públicos Electrónicos e Reformulação de Processos .....</b>	<b>36</b>
4.8.	<b>O Voto Electrónico .....</b>	<b>42</b>
4.9.	<b>Inovação, Conhecimento e Empreendedorismo .....</b>	<b>45</b>
4.10.	<b>Cidadãos com Necessidades Especiais .....</b>	<b>50</b>
4.11.	<b>Panorama legal na Sociedade da Informação em Portugal .....</b>	<b>53</b>
4.12.	<b>A importância da tecnologia e das comunicações .....</b>	<b>59</b>
4.13.	<b>Iniciativas internacionais sobre Sociedade da Informação .....</b>	<b>64</b>
4.14.	<b>Monitorização das políticas para a Sociedade da Informação .....</b>	<b>70</b>
4.15.	<b>Orçamento de Estado e Sociedade da Informação .....</b>	<b>74</b>
5.	O Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS_Conhecimento).....	77
6.	A UMIC em datas .....	81
7.	Anexo: Descrição detalhada dos projectos .....	91

1.

# *INTRODUÇÃO*

A construção da Sociedade da Informação é, cada vez mais, não apenas uma prioridade da acção governativa, mas um desígnio colectivo, que decorre de uma profunda mudança na estrutura das sociedades e economias contemporâneas. Uma mudança verificada a nível global, que reflecte uma aceleração sem precedentes do processo de transformação da economia, reflectindo igualmente novas formas de socialização num ambiente tecnológico de crescente complexidade.

Neste contexto, o acesso ao Conhecimento é um elemento essencial:

- para o crescimento económico, contribuindo decisivamente para o aumento da produtividade e competitividade da economia nacional;
- para a coesão social e territorial, bem como para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, enquanto veículo indutor de conhecimento e de valorização profissional.

Entre Novembro de 2002 e Janeiro de 2005, inúmeros agentes dos mais diversos quadrantes sociais – desde organizações não governamentais até às comunidades de *policy-makers* das várias áreas de intervenção do Estado, passando pelo meio académico e pelas empresas – participaram activamente na concretização de um vasto conjunto de projectos estruturantes na área da Sociedade da Informação.

O enfoque na Sociedade da Informação, dado o seu carácter prioritário e transversal, enquanto área chave de intervenção, desafiou, desde logo, o modo como o sector público tradicionalmente se relaciona consigo mesmo e com o exterior. Visão estratégica e de conjunto passaram a ser requisitos essenciais, assim como um modelo de acção colaborativa e horizontal, assente num forte relacionamento intersectorial, quer a nível político, quer a nível operacional nas *task-forces* e grupos de trabalho criados especificamente, sob a coordenação da UMIC, para a implementação dos projectos.

É neste contexto que a UMIC apresenta este Relatório de Actividades, relativo ao trabalho desenvolvido desde a sua constituição enquanto Unidade de Missão até ao fim do primeiro semestre de 2005.

2.



A UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento foi criada pelo XV Governo Constitucional, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro, com o objectivo de:

- definir as linhas de orientação estratégica e operacional para as políticas públicas na área da Sociedade da Informação para o período 2003-2006;
- assegurar a coordenação transversal da implementação dessas políticas;
- acompanhar e avaliar a respectiva execução.

Enquanto entidade vocacionada para a concepção, coordenação e acompanhamento das políticas públicas neste domínio, a UMIC constituiu-se numa pequena estrutura flexível (uma Unidade de Missão), que promoveu o desenvolvimento de parcerias e de redes colaborativas com os mais diversos actores públicos e privados, assumindo o papel de *pivot* e de catalizador da estratégia de desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Em consequência, embora mantendo a sua dimensão e carácter transitório (com extinção prevista para final de 2006, coincidente com o final do actual Quadro Comunitário de Apoio - QCAIII), a UMIC passou igualmente a assumir um papel activo enquanto condutora directa de um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes para a prossecução da estratégia definida (ex. Biblioteca do Conhecimento b-on, Campus Virtuais e-U, Portal do Cidadão, Compras Públicas Electrónicas, etc.), para os quais era fundamental a abordagem transversal e a multidisciplinaridade.

A nível nacional, a UMIC garantiu ainda a representação sectorial da Sociedade da Informação e do Conhecimento, em programas estruturantes, como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território ou o Plano Nacional de Emprego, trabalhando em conjunto com as entidades coordenadoras e com os demais parceiros para a concepção, implementação e acompanhamento destes programas. A nível internacional, em grupos de trabalho da Comissão Europeia, da OCDE ou no contexto ibero-americano, a intervenção da UMIC teve como objectivo principal dar uma consistência e coerência transversais à participação externa de Portugal em matéria de Sociedade da Informação e do Conhecimento.

No capítulo do financiamento, a actuação da UMIC veio assegurar, segundo o relatório de avaliação intercalar do Programa Operacional Sociedade da Informação (actual Programa Operacional Sociedade do Conhecimento), o enquadramento estratégico e o acompanhamento técnico da aplicação do Programa, indispensáveis à sua coerência e operacionalidade, tendo o mesmo, durante o período em análise, apresentado melhorias, não apenas ao nível das taxas de execução, mas também, e sobretudo, ao nível da qualidade e alinhamento estratégico dos projectos apresentados. O apoio prestado pela UMIC passou, entre outras diligências, pela elaboração de pareceres prévios relativos às candidaturas apresentadas no âmbito do Governo Electrónico e Cidades de Regiões Digitais.

Igualmente relevantes neste âmbito foram as alterações introduzidas na organização do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). Com a UMIC como entidade coordenadora, a Sociedade da Informação e o Governo Electrónico constituíram-se, pela primeira vez, como programas orçamentais do PIDDAC, congregando todos os projectos desenvolvidos nestas áreas pelas mais diversas entidades da Administração Pública central. Ao facilitar a identificação de lacunas e de sobreposições

de investimentos, estas alterações foram um passo importante para coordenar os esforços de financiamento das iniciativas para Sociedade da Informação e do Conhecimento.

No entanto, face à sua natureza precária - uma estrutura de missão, necessariamente transitória, sem autonomia, sem quadro de pessoal nem personalidade jurídica - a UMIC não reunia as condições necessárias à manutenção de um ritmo e esforço de implementação crescentes, atendendo ao volume e complexidade dos projectos previstos para 2005 e 2006, bem como à capacidade de resposta aos desafios operacionais que se perspectivavam ao longo deste e dos próximos anos, designadamente em resultado da definição da nova estratégia europeia para a Sociedade da Informação para o período 2005-2010.

Assim, volvidos dois anos sobre a sua criação, na sequência dos resultados positivos do trabalho desenvolvido e com a colocação, em definitivo, do tema da Sociedade da Informação na agenda política, económica e social quer a nível nacional, quer a nível europeu, tornou-se essencial dotar a UMIC das condições operacionais que lhe permitissem dar resposta, de forma eficaz, aos novos desafios, num cenário de crescente exigência e complexidade .

Neste sentido, e após análise comparada de estruturas orgânicas similares existentes noutros países europeus, foi aprovada, a 11 de Novembro de 2004, em Reunião de Conselho de Ministros, a transformação da UMIC - Unidade de Missão Inovação e Conhecimento na UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento I.P, seguindo uma lógica já prevista em 2000, aquando da aprovação do Programa Operacional Sociedade da Informação.

O Decreto-Lei que instituiu a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento I.P. foi publicado em Diário da República a 18 de Janeiro de 2005, após a sua promulgação por Sua Excelência o Presidente da República (Decreto-Lei n.º16/2005 de 18 de Janeiro).

Desta transformação resultou o reforço da UMIC enquanto entidade com responsabilidades de implementação dos projectos de pendor transversal e de coordenação efectiva dos investimentos públicos centrais na Administração Pública nas áreas da Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

Após a aprovação dos seus Estatutos e Regulamento de Carreiras (respectivamente, Portaria n.º 205/2005 e Despacho Normativo n.º 13/2005), foi iniciado o processo de selecção de recursos humanos (foram recebidas cerca de 4800 candidaturas), desenvolvido com recurso a uma entidade externa especializada em recursos humanos. Enquanto instrumento de apoio à decisão final ao nível das contratações, este processo terminou com a apresentação de uma lista ordenada, identificando os 43 candidatos que, de acordo com os critérios de selecção pré-definidos, melhor preencheriam as necessidades de contratação identificadas (num quadro total de 60 lugares).

Com a tomada de posse do XVII Governo Constitucional, a UMIC passou a ser tutelada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que define as orientações estratégicas da Agência em articulação com o Ministro de Estado e da Administração Interna, o Ministro da Economia e da Inovação e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Desde então, a UMIC teve já reuniões com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o Secretário de Estado da Ciência e com a Coordenadora da Unidade de Coordenação para a Modernização Administrativa para apresentação de ponto de situação das actividades da UMIC e discussão detalhada dos principais projectos.

# 3.

## ***OS PLANOS DE ACÇÃO***

Ao longo dos seus primeiros quatro meses de actividade, a UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) trabalhou, em estreita colaboração com agentes públicos e privados e com a sociedade civil, na conceptualização de um enquadramento para a intervenção pública no domínio da Sociedade da Informação. Por forma a efectivar este processo, estabeleceu canais de comunicação transversais com um vasto leque de entidades e especialistas, canais que se revelaram instrumentais para o lançamento conjunto dos vários projectos e iniciativas, complementados por *forúms* de discussão e *workshops*.

Desta colaboração, sob a coordenação directa da UMIC, resultaram os seguintes documentos programáticos de orientação estratégica e acção política, aprovados em 2003, por Resolução de Conselho de Ministros e perspectivados para o período 2003-2006:

- Plano de Acção para a Sociedade da Informação (RCM n.º 107/2003, de 12 de Agosto);
- Plano de Acção para o Governo Electrónico (RCM n.º 108/2003, de 12 de Agosto);

Dos quais derivaram ainda:

- Iniciativa Nacional para a Banda Larga (RCM n.º 109/2003, de 12 de Agosto);
- Programa para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (RCM n.º 110/2003, de 12 de Agosto);
- Programa Nacional das Compras Electrónicas (RCM n.º 111/2003, de 12 de Agosto).

Com o objectivo de assegurar uma abordagem desde logo orientada para a acção, todos os supramencionados documentos consubstanciaram metas, com projectos concretos, calendarizados e com responsáveis identificados, estruturados em torno de um conjunto de pilares que integram a aposta na Banda Larga, a formação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o Governo Electrónico, a Democracia Electrónica, a Inovação em TIC, bem como a valorização da componente de Desenvolvimento de Conteúdos.

Este conjunto de iniciativas foi posteriormente complementado com o lançamento, em Novembro de 2004, do documento "Renovar o Compromisso, Alargar Horizontes – Estratégia para a Sociedade da Informação e do Conhecimento 2005-2006", o qual, numa lógica transversal, faz um ponto de situação dos projectos lançados, materializando igualmente as opções estratégicas em acções concretas a desenvolver por todos os Ministérios.

Todos os documentos foram estruturados de forma a assegurar um claro alinhamento com as prioridades de acção definidas no âmbito da Agenda de Lisboa e consubstanciadas nos Planos de Acção eEurope 2002<sup>1</sup> e eEurope 2005<sup>2</sup>, as quais permanecem prioridades relevantes no quadro de definição da nova estratégia europeia para a Sociedade da Informação para o período 2005-2010 - estabelecida no iEurope2010<sup>3</sup>.

# 4.

## ***ALGUNS PROJECTOS EMBLEMÁTICOS***

Tendo presente a característica distintiva da transversalidade que a Sociedade da Informação, enquanto área de governação, comporta, os projectos desenvolvidos nos últimos dois anos e meio envolveram a colaboração activa de vários agentes económicos e sociais, de organismos públicos e de organizações não governamentais. Apresentam-se, de seguida, alguns dos exemplos mais significativos.

## 4.1.

# A INICIATIVA NACIONAL PARA A BANDA LARGA



A questão tecnológica fundamental para a aceleração da Sociedade da Informação no futuro próximo é a disponibilização de acessos e conteúdos em Banda Larga para todos, a preços acessíveis.

A massificação da Internet de Banda Larga contribui decisivamente para o aumento da produtividade e competitividade da economia nacional, sendo ainda essencial enquanto garante de info-inclusão e coesão social e territorial.

### ***Nos lares e nas Empresas***

Nesta área, são várias as iniciativas a destacar:

- Financiamento de mil novos postos de acesso à internet em Banda Larga, por todo o país, designadamente em zonas com grande circulação de pessoas (estações de caminho de ferro, estações de serviço, pousadas da juventude, museus, etc.). Esta iniciativa visava atingir o objectivo proposto para 2005 e já atingido: 16 Pontos Públicos de Acesso à Internet por cada 100.000 habitantes. Em De-

zembro de 2004, de acordo com uma campanha de recenseamento desenvolvida pela UMIC, existiam em Portugal 2.640 pontos públicos de acesso à Internet. Esta campanha serviu igualmente de base à edição do primeiro "Guia dos Pontos de Acesso à Internet em Portugal".

- Financiamento de pontos de acesso em bibliotecas e ludotecas municipais por todo o país - uma das principais iniciativas estabelecidas no Protocolo de colaboração celebrado entre a UMIC e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- Desenvolvimento, pelo Programa Escolhas 2ª Geração, com a colaboração inicial da UMIC, dos Centros de Inclusão Digital (CID), operacionalizado pela candidatura à Medida IV do Programa Escolhas 2ª Geração. Os 79 CID, já em funcionamento, são espaços de acesso livre às novas Tecnologias da Informação e Comunicação, com especial relevo para o livre acesso à Internet e a todas as potencialidades por si disponibilizadas. Tendo como principal objectivo a promoção da inclusão de crianças e jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavorecidos e problemáticos, os CID visam promover a inclusão destas crianças e jovens, dotando-as de novas competências pessoais, sociais e profissionais, entre as quais a utilização de ferramentas informáticas e da Internet ([www.programa-escolhas.pt](http://www.programa-escolhas.pt)).
- Conceptualização e implementação, no Parque das Nações, conjuntamente com a Parque Expo, S.A., de um dos maiores *hotspots wireless* actualmente em operação na Europa. O modelo de operacionalização adoptado, o primeiro a nível europeu baseado no princípio de rede WiFi aberta, com acesso transparente e não discriminatório a todos os agentes de mercado interessados na sua exploração, permitiu ainda testar, com sucesso, o conceito base a adoptar na iniciativa Redes Comunitárias. O *hotspot* do Parque das Nações encontra-se operacional desde Novembro de 2003.
- Promoção de múltiplos projectos de criação / desenvolvimento de conteúdos para Internet e Internet de Banda Larga em língua portuguesa, designadamente nas seguintes áreas temáticas: Cultura, Ciência, Educação, Ambiente. Esta iniciativa pretendeu incentivar a criação de projectos inovadores ao nível da produção de conteúdos e aplicações para Internet de Banda Larga em áreas consideradas chave para o desenvolvimento sustentado da economia nacional, bem como a massificação do acesso *online* a conteúdos públicos social e culturalmente relevantes, através do apoio à sua digitalização.
- De acordo com o Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa, a percentagem de portugueses que utiliza a Internet de banda larga tem vindo a aumentar de forma significativa: Em 2002, 3% dos lares tinham banda larga, em 2004 19%. (Taxa média de crescimento anual de 52%, uma das mais elevadas da OCDE).

Complementarmente, considerando a importância das acessibilidades para a massificação da Internet de Banda Larga, foram ainda desenvolvidas as seguintes iniciativas na área das **infra-estruturas de Banda Larga**:

- Projecto Redes Comunitárias de Banda Larga, iniciativa que pretende estimular a criação de infra-estruturas de Banda Larga em concelhos desfavorecidos, seja através de investimento público directo, seja através da partilha de infra-estruturas de domínio público e do estabelecimento de parcerias público-privadas com agentes do mercado. No âmbito da criação do novo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, foi negociada com a Comissão Europeia a abertura de um canal de financiamento FEDER para o reforço das infra-estruturas de banda larga em áreas onde estas são inexis-

tentes ou insuficientes, o que possibilita o início da fase de implementação deste tipo de projectos em Portugal. Todo o trabalho técnico para lançamento da segunda fase do projecto (a fase de implementação, após o processo de construção e validação do conceito e regras base a nível nacional e comunitário) encontra-se concluído desde Janeiro de 2005.

- Desenvolvimento, numa iniciativa conjunta com o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, do texto que viria a resultar no Decreto-Lei n.º 68/2005 de 18 de Março, o qual define o *"regime jurídico de construção, gestão e acesso a infra-estruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas"*. Este Decreto-Lei veio assegurar:
  - a) que todas as novas infra-estruturas de rede a construir sobre domínio público do Estado (infra-estruturas viárias, ferroviárias, de água e saneamento, etc.) estejam preparadas de base para permitir a posterior colocação de infra-estruturas de telecomunicações por parte dos agentes de mercado;
  - b) a garantia de acesso, em condições transparentes e não discriminatórias, a essas infra-estruturas de domínio público por parte de todos os agentes de mercado que pretendam investir na colocação nas mesmas das suas próprias infra-estruturas de telecomunicações. Trata-se de uma medida prevista no âmbito do Plano de Acção eEurope 2005 e, a nível nacional, na Iniciativa Nacional para a Banda Larga, sendo unanimemente identificada pelos agentes de mercado como um dos principais factores chave para a massificação da Banda Larga.

Com o envolvimento da ANACOM, iniciaram-se projectos da maior importância:

- O desenho do "Mapa das Vias Digitais" (cf actas do Grupo Acção para a Banda Larga [http://www.internet.gov.pt/inbl/grupo\\_accao\\_bl.asp](http://www.internet.gov.pt/inbl/grupo_accao_bl.asp)). Trata-se de um projecto crucial para o país ao permitir uma identificação detalhada, rigorosa e isenta das infra-estruturas de comunicações electrónicas existentes no território nacional, tal como já acontece actualmente para todos os restantes tipos de infra-estrutura de rede (estradas, redes de abastecimento de água e saneamento, rede eléctrica, etc.). A ANACOM encontra-se neste momento a lançar o procedimento para a aquisição da aplicação informática que irá suportar e armazenar a informação fornecida por todos os detentores de redes e outras infra-estruturas de comunicações electrónicas.
- O desenvolvimento de um programa "Banda Larga em Casa", que tem como objectivo criar as condições base para que, no futuro próximo, todas as casas incluam na construção, infra-estruturas de banda larga. Nesse sentido, já se encontra em vigor a nova versão do Manual para a Instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED), desenvolvida pela ANACOM, que define o novo conjunto de regras a aplicar na construção de edifícios, por forma a garantir a sua preparação prévia para a instalação de infra-estruturas de Banda Larga.

Os projectos em curso foram debatidos numa Conferência Internacional com a presença do Comissário Liikenen<sup>4</sup>, o qual convidou Portugal a apresentar em Budapeste a sua estratégia nesta área perante os países do alargamento<sup>5</sup>. Sob proposta da UMIC, Portugal foi ainda escolhido pela OCDE para a co-organizar o Workshop "Developing Broadband Access in Rural and Remote Areas" que reuniu no Porto entre 25 e 26 de Outubro de 2004 alguns dos maiores especialistas mundiais no domínio da Banda Larga<sup>6</sup>.

### ***Nas escolas***

Na área do ensino básico e secundário, lançou-se uma iniciativa de fundo com vista a disponibilizar, até final de 2005, acesso à Internet em Banda Larga a todas as escolas públicas do ensino básico e secundário.

Assim, em Fevereiro de 2004, foi lançado um concurso público internacional para o fornecimento de serviços de voz e de acesso à Internet em banda larga a um universo de cerca de 9.000 escolas, englobando todas as escolas públicas do ensino básico e secundário. Os acessos Banda Larga estão, neste momento, a ser instalados nas escolas abrangidas pelo concurso.

Tratou-se do primeiro exemplo nacional, em larga escala, de um projecto de agregação de procura pública na área das telecomunicações, tendo permitido a obtenção de significativas poupanças pelo reforço da posição negocial do Estado enquanto cliente deste tipo de serviços. Adicionalmente, o formato definido para o concurso (regionalizado, com taxas de cobertura mínima por região) assegurou efectivas condições de concorrência, essenciais ao crescimento sustentado do mercado nacional de telecomunicações.

Com base no concurso público realizado, estima-se uma poupança de custos da ordem dos 30% no caso dos serviços de voz e a migração para Banda Larga por um custo mensal semelhante ao actualmente pago pelas ligações de banda estreita utilizadas.

Neste momento, possuem já acesso em Banda Larga mais de 4.000 escolas públicas do ensino básico e secundário, sendo que, até ao final do 1º trimestre de 2006, todas as escolas públicas estarão ligadas, atingindo-se assim um dos principais objectivos definidos na Iniciativa Nacional para a Banda Larga.

Para além da aposta no reforço da conectividade, estão igualmente em curso ou planeadas outras iniciativas ao nível do reforço de equipamentos terminais nas instituições de ensino (PCs, etc.), formação em TIC e disponibilização de conteúdos pedagógicos.

No actual ano lectivo (2004/2005), mais de 180.000 alunos tiveram, pela primeira vez, a nova disciplina de TIC, obrigatória nos programas do 9º e 10º anos.

Até ao final de 2005, está igualmente prevista a colocação de um computador multimédia e respectivo software educativo em cada escola do ensino pré-escolar de tutela Municipal, ao abrigo do Protocolo celebrado entre a UMIC e a Associação Nacional de Municípios. Esta iniciativa, em fase de implementação desde Setembro de 2004, tem como objectivo introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) junto dos mais novos, possibilitando a familiarização com as TIC de forma natural e intuitiva.

Paralelamente, encontra-se pronto para lançamento o projecto Escolas Navegadoras, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem nos diferentes níveis de ensino e para o estabelecimento de novas parcerias educativas locais, estruturado em 3 dimensões:

- novas infra-estruturas (disponibilização de conectividade e equipamento TIC, numa lógica semelhante à desenvolvida para a iniciativa e-U/ Campus Virtuais);
- novas formas de construção de conhecimento (novas formas de interacção pedagógica em contexto de sala de aula, conteúdos pedagógicos online);
- novas capacidades e competências em rede (formação TIC aos professores, efeito mobilizador na comunidade - "filhos trazem os Pais para o mundo da Internet").

## **Nas Universidades**

Tendo presente as necessidades específicas de investigação científica das universidades, mas também o incremento do acesso associado à disponibilização de iniciativas como os Campus Virtuais e a Biblioteca do Conhecimento On-line (*vide* descrição abaixo), o aumento da largura de banda nestas instituições era premente. A rede de investigação e de ensino nacional, criada no início da década de 90, baseada em circuitos alugados aos operadores de telecomunicações era manifestamente insuficiente e economicamente não atractiva.

Em Janeiro de 2004 foi reforçada a ligação da RCTS à rede GÉANT ([www.geant.net](http://www.geant.net)), duplicando a largura de banda na ligação a Espanha, Madrid, e assegurando redundância via Reino Unido e Londres, dispondo agora de uma largura de banda de 1,2 Gbps.

A nível nacional, em face das necessidades actuais e futuras, avançou-se para uma iniciativa inédita: a criação de uma rede própria, assente em fibra óptica. Para tal, foi lançado pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), com o impulso institucional da UMIC no âmbito da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, um concurso público internacional.

Numa primeira fase, a rede liga os pólos académicos de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga (cerca de 70% da comunidade académica e científica nacional). Prevê-se a sua expansão para as restantes instituições de ensino superior num futuro próximo, onde as necessidades de largura de banda justifiquem tal infra-estrutura e seja economicamente viável.

A instalação da rede está actualmente em fase de conclusão, garantindo capacidades de transmissão no backbone de 10 Gbps e acessos locais nas entidades utilizadoras até 2 Gbps. As Universidades de Lisboa e Aveiro estão já ligadas a 1 Gbps, o que representa um enorme salto. A título exemplificativo refira-se que a Universidade do Porto, a maior universidade portuguesa, dispunha da maior largura de banda do sistema académico e científico (80 Mbps), tendo com a nova rede passado para 2 Gbps, multiplicando-se por 25 vezes a capacidade instalada.

Com esta nova largura de banda, são infinitas as possibilidades de inovação (computação em rede, troca de bases de dados pesadas em áreas como a genética, etc).

O objectivo central deste projecto é garantir que a rede seja capaz de responder aos requisitos avançados de comunicação e de projectos de investigação da comunidade académica e científica nacional. Este projecto, financiado no âmbito das novas medidas do POSC, vem colocar a rede académica nacional a par das mais avançadas da Europa.

Ainda no âmbito da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, a UMIC promoveu, em Fevereiro de 2004, a Semana da Internet – Portugal em Banda Larga.

Ao longo de uma semana, realizaram-se múltiplas iniciativas, por todo o País, para aumentar a percepção da utilidade da banda larga. Com a Galp, Brisa, CP, Museus, Pousadas de Juventude, etc. foram assinados protocolos para a criação de 550 novos pontos de acesso à Internet. Com a ANMP, foi acordada a ligação em banda larga das escolas do ensino básico, museus, bibliotecas e ludotecas municipais. Diversas entidades de I&D mostraram o seu trabalho no domínio de novas tecnologias. Com a APDC, foi organizado um jantar-debate com o Comissário Liikannen. O ponto alto da semana, foi a Conferência Internacional com o Primeiro-Ministro e o Comissário Europeu. Para além da sua dimensão internacional e tecnológica, esta conferência ([pdf](#) e [videos](#) das intervenções disponíveis no site lançado nessa semana: [http://www.internet.gov.pt/inbl/semana\\_bl.asp](http://www.internet.gov.pt/inbl/semana_bl.asp)) permitiu um debate acesso sobre o “estado da nação”, com a participação de todos os agentes de mercado e regulador.



## 4.2.

# B - ON ( BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE )

Dar acesso à fronteira do Conhecimento pela disponibilização de uma biblioteca científica digital foi uma das principais prioridades da UMIC. Tal esforço culminou com o lançamento da b-on – Biblioteca do Conhecimento Online, em Abril de 2004, ([www.b-on.pt](http://www.b-on.pt)), que permite a concretização do sonho do acesso online integral (texto completo e acesso ilimitado) a todos os membros da comunidade científica académica nacional, centros de I&D, instituições da administração pública, instituições sem fins lucrativos e hospitais, às principais fontes de saber científico internacional.

### ***Objectivos estratégicos***

- Promover o acesso electrónico às principais fontes internacionais de conhecimento: acesso a um vasto número de publicações electrónicas por parte das entidades do sistema científico e académico nacional;
- Racionalização de custos, através de uma negociação global com as Editoras de publicações científicas;

- Acesso alargado das instituições de ensino e investigação a conteúdos científicos, promovendo a capacidade nacional de investigação e construindo uma verdadeira rede do conhecimento;
- Dinamizar e estimular a comunidade para o consumo e produção de conteúdos científicos contribuindo assim para melhorar o sistema científico nacional como pilar essencial na construção da Sociedade do Conhecimento;
- Criação formal de um consorcio nacional de suporte a este projecto;
- Consolidação do consórcio nacional e o sentido de cooperação entre as entidades do sistema científico nacional.

### **Os conteúdos da b-on**

Desde a inauguração oficial da b-on, foram recebidas várias sugestões de melhoria do projecto, sobretudo no que respeita aos conteúdos. Com a contratação inicial das seis editoras (Elsevier, Springer, Kluwer, IEEE, SAGE e Wiley) a cobertura das diferentes áreas não era homogénea, tal como ilustra a tabela seguinte:

	<b>b-on</b>
Arte e Humanidades	2,96%
Ciência e Tecnologias	33,69%
Ciências da Saúde	28,91%
Ciências Sociais	15,75%
Física, Química, Matemática	18,68%

Tendo em conta a cobertura actual das áreas e o que seria desejável, incluindo as sugestões das instituições aderentes, o Grupo de Conteúdos da B-on definiu um conjunto de novos conteúdos a adicionar à biblioteca, obtendo-se uma cobertura mais homogénea para as diferentes áreas, como ilustra a tabela seguinte:

	<b>b-on com novos conteúdos</b>
Arte e Humanidades	11,58%
Ciência e Tecnologias	20,69%
Ciências da Saúde	17,99%
Ciências Sociais	38,52%
Física, Química, Matemática	11,22%

Desta forma e reunido o consenso das instituições aderentes, a lista de novos conteúdos para 2005 passou a integrar as seguintes editoras:

- Taylor & Francis
- Annual Reviews
- Association Computing Machinery
- Institute of Physics
- American Institute of Physics
- Royal Society of Chemistry
- American Chemical Society
- American Mathematical Society

- Society for Industrial and Applied Mathematical
- Zentrallblat
- Academic Search Premier + Business Source Premier

Assim, neste cenário a comunidade de utilizadores passou a ter acesso a cerca de 16.750 títulos, o que compara com os 3.500 de 2004.

É certo que muitos mais conteúdos existem para adicionar à b-on, o que será objecto de estudo e optimização ainda mais aprofundados durante o ano de 2005 para possível inclusão em 2006.

Estão também a ser pensadas outras iniciativas para enriquecer a b-on, entre as quais se registam a disponibilização de conteúdos em Língua Portuguesa, o repositório de produção científica nacional (ex: teses de Mestrado e Doutoramento), a colaboração na iniciativa *Open Access* e outras que contribuam para o enriquecimento da b-on.

Muitas destas iniciativas serão desenvolvidas em forte colaboração com as instituições aderentes e outras entidades, tal como a Biblioteca Nacional e a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Um outro aspecto, também muito importante, ao qual tem sido alocado algum esforço é a inclusão de conteúdos gratuitos. Foi já realizado um estudo, em colaboração com as instituições aderentes, para avaliar a pertinência de cada um deles, estando já cerca de duas dezenas disponíveis na b-on.

### **Acesso**

O portal de entrada ([www-b-on.pt](http://www-b-on.pt)) tem toda a informação necessária para aceder às publicações de todas as editoras, inclui toda a informação sobre o projecto e comporta um sofisticado motor de pesquisa. Algumas funcionalidades do motor de pesquisa (tecnologia Metalib) – o mesmo que é usado em Harvard, Standford, consórcio das universidades finlandesas, etc – são:

- pesquisa simultânea nas bases de dados das editoras contratadas;
- pesquisa por palavra-chave, por autor, título da publicação, ano, editora, área temática, etc;
- permissão de visualização dos abstracts dos artigos;
- download dos artigos em texto completo;
- impressões dos artigos.

**Indicadores físicos de execução**

A tabela apresentada em seguida apresenta indicadores de execução no que respeita o número de entidades aderentes, publicações subscritas e editoras envolvidas.

	2004	2005
Nº de entidades aderentes à iniciativa b-on	48	69
Nº de publicações subscritas	3.500	16.750
Nº de Editoras envolvidas	6	16

**Estatísticas de utilização**

Até Maio de 2005 foram contabilizados três milhões de downloads. Apesar desta iniciativa ser muito recente, estes números revelam uma enorme utilização da b-on por parte da comunidade científica.

**Investimento**

- O investimento anual evoluiu de 7,5 Milhões Euros (2004) para os novos conteúdos e novos aderentes, para 10,8 milhões Euros em 2005.
- De acordo com um levantamento feito pela UMIC em 2003, na fase de concepção da b-on, o valor global das assinaturas em papel do total das instituições à época rondava os dez milhões de euros.
- Em 2004, a comparticipação governamental no projecto foi de 50%, sendo em 2005 cerca de 56,6% - um aumento de 2,25 milhões de Euros, ou seja, de 60% de aumento da comparticipação Estatal no projecto. O restante é assegurado pelas entidades aderentes, nos mesmos moldes do primeiro ano.
- Foi aprovado, em Unidade de Gestão do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e homologado em Novembro de 2004, estando assegurando o financiamento para 2005-2006, no valor global de 25 milhões de euros, através do PIDDAC da Presidência do Conselho de Ministros.

Este projecto foi implementado em parceria com a FCCN, à qual foi atribuída a sua gestão técnica e administrativa.



### 4.3.

## e - U (CAMPUS VIRTUAIS)

Em Janeiro de 2003, foi lançada pela UMIC a iniciativa e-U/Campus Virtuais.

A e-U ([www.e-u.pt](http://www.e-u.pt)) é uma iniciativa integrada dirigida a estudantes e professores do Ensino Superior, que envolve Serviços, Conteúdos, Aplicações e Rede de Comunicações Banda Larga Sem Fios.

Através das rede sem fios e-U, com mais de 5 000 pontos de acesso (a maior rede wireless académica do mundo, um *case study* mundial), é possível aos utilizadores e-U aceder a aulas, artigos, trabalhos, notas, serviços e Internet. O acesso e-U estará disponível a partir de qualquer instituição de ensino superior do país, com total mobilidade nacional entre instituições.

Esta iniciativa pressupõe igualmente a partilha de conteúdos e serviços entre universidades.

Actualmente, estão já em fase adiantada de implementação mais de 40 projectos e-U, num total de 76 projectos, que abrangem cerca de 95% da população académica nacional de ensino superior. A finalização da instalação da rede wireless está prevista para 31 de Julho 2005 em todas as instituições, havendo 20 que já terminaram os seus trabalhos nesta área.

Relativamente às plataformas de conteúdos foi criado um grupo de trabalho que reúne os especialistas na área e aconselhará as instituições sobre os modelos de partilha de conteúdos. Várias instituições estão a terminar o desenvolvimento de serviços online para serem disponibilizados no início do próximo ano lectivo. Salvo algumas excepções, todas as instituições deverão ter um conjunto alargado de serviços disponíveis até 31 de Dezembro de 2005.

O programa e-U envolve mais de trinta parceiros – bancos, fabricantes de computadores, empresas de telecomunicações, de software, de componentes de informática, etc. Nunca um projecto na área da Sociedade da Informação mobilizou tantos parceiros, públicos e privados, em Portugal.

O programa e-U tem sido um caso de estudo internacional e está já a ser replicado em outros países como França e Hungria, tendo também servido como exemplo apresentado por entidades privadas e sido referido em estudos da especialidade.

#### 4.4.

## O PROGRAMA CIDADES E REGIÕES DIGITAIS

Lançado em 1997, o Programa "Cidades e Regiões Digitais". Este programa tem como principal objectivo promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação a nível local e regional, apostando em projectos descentralizados a implementar pelas entidades regionais e locais abrangidas.

As "Cidades e Regiões Digitais" introduzem um novo conceito de relacionamento entre a Administração Pública local e o cidadão. As tecnologias de informação e comunicação surgem como os principais elementos facilitadores e aceleradores da modernização no que respeita ao desenvolvimento de programas de gestão da mudança e redesenho de procedimentos administrativos.

Este programa registava, em 2003, uma baixa taxa de execução. As críticas ao mesmo na avaliação intercalar do Programa Operacional da Sociedade de Informação (actual Programa Operacional Sociedade do Conhecimento), a cargo de uma entidade independente, levaram à reformulação do mesmo. Tendo em conta a experiência adquirida, foi elaborado de um Guia Operacional<sup>7</sup>, de forma a assegurar :

- o alinhamento da estratégia da iniciativa "Cidades e Regiões Digitais" com o Plano de Acção para a Sociedade de Informação (PASI),

- a implementação coerente dos Projectos a nível nacional, para atingir as metas e serviços mínimos a nível regional e um maior impacto estrutural a nível nacional
- a sustentabilidade económico-financeira das candidaturas

Pretende-se assim assegurar um patamar regional de desenvolvimento da Sociedade da Informação, contribuindo no seu todo para benefícios estruturais para o país. Este Guia estruturou os projectos em torno de quatro dimensões:

- Dinamização Regional (conteúdos e serviços);
- Governo Electrónico Local em Banda Larga;
- Acessibilidades (pontos públicos de acesso e redes camarárias);
- Infra-estruturas (plataformas de suporte aos serviços e conteúdos disponibilizados).

O investimento nas Cidades e Regiões Digitais é fundamental para criar dinâmicas de inovação ao nível local. Nesse sentido, foram até Abril de 2005 aprovados 25 projectos num investimento total de cerca de 224 milhões de euros, que cobrem praticamente todo o território nacional e Regiões Autónomas.

Foi ainda criado o portal [www.cidadesdigitais.pt](http://www.cidadesdigitais.pt) para disponibilizar toda a informação sobre os projectos e incentivar a troca de experiências e melhores práticas.



## 4.5.

# PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

O Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE) é um programa de modernização a três anos (Setembro 2003 a Dezembro de 2006), transversal a toda a Administração Pública (AP), que visa melhorar a forma como o Estado compra. A implementação do PNCE tem como principais objectivos:

- i) realizar poupanças estruturais significativas;
- ii) promover a transparência no processo aquisitivo público;
- iii) facilitar o acesso das PME's ao mercado público;
- iv) estimular o desenvolvimento do comércio electrónico na economia portuguesa.

Para a implementação do PNCE foi estabelecida uma abordagem incremental, baseada nos resultados alcançados em 8 projectos-piloto ministeriais para o desenvolvimento das compras públicas electrónicas<sup>8</sup>, na conceptualização detalhada dos principais projectos estruturantes e no estabelecimento de condições para a criação da futura Unidade Nacional de Compras.

Estão neste momento em curso cerca de 25 projectos interdependentes. Estes projectos podem ser classificados segundo três tipologias: Projectos Estruturantes, Projectos de Suporte e Projectos de Implementação focalizada<sup>9</sup>.

Entre os projectos estruturantes, destaca-se a reformulação do modelo organizacional de compras públicas, com a criação da Unidade Nacional de Compras e de Unidades Ministeriais de Compras.

Conceptualizada em conjunto com a Direcção-Geral da Administração Pública, esta solução tem como principal objectivo a centralização nas secretarias-gerais do processo de *sourcing* de cada um dos Ministérios, o que permitirá a racionalização do número de estruturas de compras, eliminando duplicações orgânicas e de processo<sup>10</sup>.

Entre outros projectos estruturantes em desenvolvimento encontram-se o lançamento de novos Acordos-Quadro e o desenvolvimento do modelo tecnológico de suporte às compras públicas electrónicas. A definição e implementação do modelo tecnológico passa pelos seguintes projectos: Portal Compras.gov.pt ([www.compras.gov.pt](http://www.compras.gov.pt)), Registo Nacional de Fornecedores (em fase de avaliação de propostas), Plataforma de Concursos Públicos Electrónicos (projectos pilotos em curso), Ferramenta de Negociação Dinâmica, Ferramenta de Agregação, Ferramenta de Gestão de Contratos, Sistema de Gestão Catálogos Electrónicos e Sistema de Informação Estratégica de Compras (projectos futuros para lançamento).

Para a implementação dos projectos estruturantes torna-se necessária uma elevada capacidade de gestão da mudança, o que obriga simultaneamente ao desenvolvimento de projectos de suporte. Estes projectos visam a criação de bases para a construção sustentada de futuros projectos nesta área.

Dos projectos de suporte desenvolvidos até ao momento destacam-se: a preparação de documentos para a adequação do enquadramento legal – nomeadamente pela elaboração de proposta de evolução do Decreto-Lei 104/2002 e transposição das directivas comunitárias, o desenvolvimento da estratégia nacional de *sourcing*, com a definição de políticas de compras diferenciadas por categorias de bens e serviços, estimativa de poupanças e o sistema de monitorização. Foram ainda desenvolvidas acções de formação sobre negociação para 90 quadros da Administração Pública leccionadas por um professor do INSEAD.

A primeira fase da implementação do novo modelo de compras públicas, definido no PNCE, baseou-se essencialmente no desenvolvimento dos projectos de implementação focalizada, que tomaram expressão nos projectos piloto de compras públicas electrónicas de âmbito restrito, quer a nível do número de organismos integrantes, quer a nível das categorias negociadas.

Estes projectos piloto foram desenvolvidos em oito ministérios – Presidência de Conselho de Ministros (PCM), no Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS), no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), no Ministério da Educação (ME), no Ministério da Justiça (MJ), no Ministério da Saúde (MS), no Ministério das Finanças (MF) e no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP).

As poupanças alcançadas nestes projectos alcançaram em média 30% na área intervencionada (essencialmente negociações de papel, material de escritório, consumíveis e equipamento informático), o que significa em termos de valores absolutos, cerca de 3,5 M€ já poupados. Estas poupanças apenas consideram a componente de preço do produto, não considerando as poupanças de processo, que são estruturais e também elas muito significativas.

Nos projectos piloto foram obtidos resultados muito positivos, mais especificamente: um elevado nível de adesão dos organismos envolvidos, o desenvolvimento de competências em técnicas de negociação e de *sourcing*, um melhor conhecimento da estrutura de custos e a racionalização organizacional e processual já em curso.

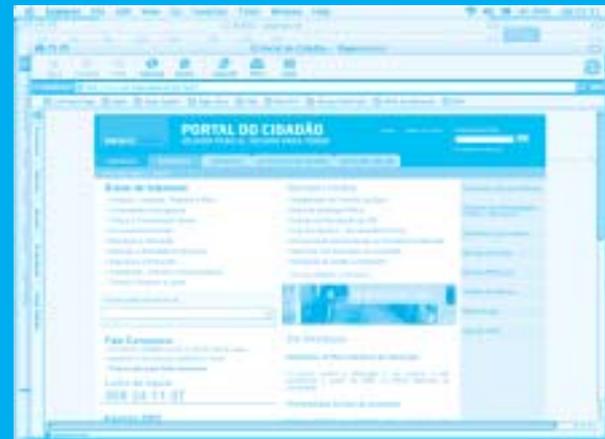
Refira-se ainda que, como resultado de um trabalho continuado de transversalidade e partilha inter-ministerial (os responsáveis pelo projecto em cada um dos oito ministérios-piloto reúnem-se com a UMIC mensalmente), têm-se conseguido ganhos igualmente importantes. Exemplo disso é a poupança alcançada no consumo de electricidade (cerca de 8,6 milhões de Euros) através da simples realocação de tarifários.

As poupanças alcançadas nestes projectos alcançaram em média 30% na área intervencionada (apenas 1 % da despesa de compras transversal de 8 mil milhões de euros), o que significa em termos de valores absolutos, cerca de 3,5 M€ já poupados. Estas poupanças apenas consideram a componente de preço do produto, não considerando as poupanças de processo, que são estruturais e também elas muito significativas.

Os projectos-piloto estão neste momento na sua fase de generalização, que tem vindo a ser formalizada pela criação de Unidades Ministeriais de Compras já constituídas no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no Ministério da Educação, no Ministério das Finanças e no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

## 4.6.

# O PORTAL DO CIDADÃO



O projecto Portal do Cidadão visa congregar os principais serviços prestados pela Administração Pública e por outras entidades ou empresas prestadoras de serviços de cariz público, quer ao cidadão individual quer a empresas, disponibilizando-os por via electrónica e permitindo a sua realização completa no portal ou a obtenção de informação sobre um determinado serviço.

Os seus principais objectivos são:

- Constituir-se como o ponto de acesso por excelência de promoção da oferta de serviços públicos electrónicos;
- Colocar os serviços públicos cada vez mais próximos e disponíveis ao Cidadão;
- Tornar a Administração Pública mais eficiente e eficaz, digna e respeitada pelo Cidadão.

Com base nestes objectivos, em 2003 foi iniciado o desenvolvimento do Portal do Cidadão, contemplando uma solução focada nas seguintes vertentes:

- Conteúdos e Serviços: angariação de conteúdos e serviços facultados pelos Organismos Públicos, sendo posteriormente estruturados e classificados com base numa taxionomia previamente definida, constituída por duas grandes áreas (Cidadãos e Empresas).
- Infra-estrutura tecnológica e implementação: desenvolvimento de uma plataforma tecnológica de suporte a todos os conteúdos e serviços públicos electrónicos transversais da Administração Pública (destacando-se para o efeito o serviço de Alteração de Morada), assente num produto de gestão de conteúdos, complementado por desenvolvimentos à medida para assegurar as funcionalidades necessárias a um portal verdadeiramente orientado para os Cidadãos e de fácil actualização por parte dos fornecedores de conteúdos e de serviços (Organismos Públicos).
- Marketing e Comunicação: realização de acções de divulgação e sensibilização da utilização do portal junto dos Cidadãos e Empresas.

O Portal do Cidadão é lançado a 17 de Março de 2004 com 120 entidades participantes e mais de 700 fichas de serviços.

Para o lançamento do projecto foi desenvolvido um trabalho de concepção, organização e articulação com mais de uma centena de organismos públicos e entidades privadas, que hoje continuam no sentido de disponibilizar cada vez mais e melhores serviços online.

O sucesso da iniciativa passou, e sempre passará, por uma forte mobilização dos organismos da Administração Pública.

Assim, foi criada, em Julho de 2003, uma *task force* para implementação do portal. Coordenada pela UMIC, dela faziam parte todos os representantes ministeriais para a Sociedade da Informação.

A primeira grande tarefa deste grupo consistiu na mobilização dos organismos tutelados por cada um dos Ministérios para este desafio. A operacionalização dos trabalhos com cerca de 120 entidades, cerca de 500 pessoas, passou pela constituição de grupos de trabalho:

- Taxionomia (estrutura de classificação dos conteúdos no portal);
- Conteúdos e Serviços (produção de acordo com a filosofia do portal - Linguagem simples, acessível por qualquer cidadão e adequada às suas necessidades);
- Tecnologia (comunicação dos diferentes sistemas dos organismos com a plataforma tecnológica do portal);
- Alteração de Morada (criação do primeiro serviço público transversal).

Estes grupos de trabalho foram acompanhados por uma equipa da UMIC e por responsáveis operacionais e interlocutores estratégicos previamente identificados em cada organismo.

Foi assim possível, num prazo relativamente curto, com os recursos disponíveis e partilhando um espírito de colaboração sem precedentes, pôr de pé um portal que hoje toda a gente conhece.

Para a "construção" do Portal do Cidadão também se ouviu aqueles a quem se dirige o projecto, os Cidadãos. Para isso foram organizados três estudos. O primeiro, em Março de 2003, visava testar o Portal do Cidadão enquanto conceito face à Administração Pública tradicional; o segundo em Outubro de 2003, pretendia validar a taxionomia definida (organização do portal) e a imagem do portal; o terceiro em Março de 2004, na semana após o lançamento, avaliou o impacto do portal na sua componente de conteúdos e navegação.

### ***A organização do Portal***

O Portal do Cidadão dirige-se a dois grandes públicos: cidadãos e empresas. Cada um destes segmentos tem necessidades distintas, abordadas de forma separada no Portal.

O Cidadão particular poderá procurar as informações ou serviços de que necessita através de duas formas de "navegação":

- De acordo com as principais situações de vida (do nascimento ao falecimento, passando pela mudança de casa e pelo primeiro emprego);
- De acordo com as principais áreas de interesse (do ambiente à justiça, do apoio ao consumidor, aos impostos, da saúde à educação, entre tantas outras áreas).

O Empresário relaciona-se com o Portal de acordo com o momento particular em que a empresa se encontre:

- Criação;
- "Produção";
- Suspensão / Cessação.

Para qualquer um destes segmentos está disponível um serviço de pesquisa simples e avançada, bem como um índice de serviços disponíveis e um índice de entidades responsáveis pela sua prestação.

### ***Os serviços***

O Portal do Cidadão apresenta, actualmente, 803 serviços de 124 entidades:

- Cerca de 50% dos serviços são informativos;
- Cerca de 30% dos serviços são interactivos (o cidadão inicia o serviço na Internet mas não o termina no Internet);
- Cerca de 20% dos serviços são transaccionais (o cidadão inicia e termina o serviço na Internet).

Depois do esforço de lançamento do portal, os objectivos estratégicos para este projecto assentaram em duas "frentes": dimensão e sofisticação.

Com efeito, houve ainda muitos serviços que a Administração Pública não pôde disponibilizar nesta primeira fase do Portal do Cidadão, de enorme utilidade para os cidadãos e empresas. Nesse sentido, continuaram sempre os trabalhos de angariação de novos serviços e de novas entidades.

O primeiro serviço transversal do Portal do Cidadão é o Pedido de Alteração de Morada. De forma resumida, o Cidadão inicia o processo no portal, através do preenchimento de um formulário único, gerado a partir das entidades que o cidadão indica (de um conjunto que lhe é apresentado) para realizar o serviço.

Esse formulário é impresso e entregue num dos postos da Rede de Atendimento deste Serviço<sup>11</sup>, que o reen-caminhará para uma estrutura de controlo. Esta estrutura faz posteriormente a comunicação, electrónica, com cada uma das entidades prestadoras do serviço.

Aderiram a esta primeira versão do serviço de alteração de morada 15 entidades.

O próximo passo será o de tornar este serviço completamente online através da introdução da autenticação do utilizador.

À UMIC coube também a responsabilidade da migração e manutenção das Certidões Online - Serviço Público Directo. Este é um serviço que tem tido cada vez mais adesão por parte dos cidadãos portugueses, residentes em Portugal e no estrangeiro. São pedidas por mês cerca de 18.000 certidões do registo comercial, civil e predial. Encontra-se em fase de desenvolvimento um conjunto de novas funcionalidades, concretamente o pedido da certidão do registo automóvel e actos notariais.

O Directório da Administração Pública também evoluiu. Muito solicitado por empresas e por cidadãos, foi desenvolvida uma funcionalidade que permite o *download* da aplicação para o computador do utilizador e a sua actualização automática.

Desde o seu início que foi assegurada a comunicação com o Cidadão através de vários meios. Foi constituída uma linha telefónica de apoio aos utilizadores do Portal do Cidadão - 808 24 11 07, em parceria com o IGLC; é disponibilizada desde Julho de 2004 uma newsletter semanal a todos os cidadãos que a subscreverem (actualmente com cerca de 3500 subscritores) e um endereço de correio electrónico para sugestões referentes ao Portal do Cidadão .

### ***A consolidação e evolução do Portal do Cidadão***

O Portal do Cidadão entrou no seu segundo ano de vida, com objectivos de consolidação (o sucesso pode comprovar-se pela afluência significativa por parte dos Cidadãos ao portal, revelada através dos cerca de 2,5 milhões de *pageviews* mensais), mas acima de tudo o de evolução de forma a garantir que continua a ser um referencial na relação entre a Administração Pública e o Cidadão.

Esta fase implica a continuidade de actualização e evolução de conteúdos e funcionalidades gerais do portal; a implementação de uma nova homepage que garante uma melhor comunicação dos serviços e conteúdos existentes no portal (colocada online no início de Janeiro de 2005); o aperfeiçoamento da funcionalidade da pesquisa (permite a pesquisa em mais de 500 sites da Administração Pública); o desenvolvimento de funcionalidades móveis; entre outros.

No início de 2005 foi realizada uma acção de formação a cerca de 300 participantes do Portal do Cidadão na ferramenta de edição e actualização de conteúdos que permite que cada uma das entidades actualize e insira, directamente, novos serviços e conteúdos, segundo as regras de acessibilidade. É de realçar também a disponibilização de uma ferramenta colaborativa a todos os participantes do Portal do Cidadão para que possam comunicar entre si, por forma a partilharem experiências, documentos ou dúvidas.

Em Fevereiro, foi disponibilizado o Portal do Cidadão Móvel. Estão disponíveis algumas funcionalidades para WAP/PDA e/ou SMS, como a possibilidade de obtenção do número de eleitor e da freguesia respectiva, através da introdução do nº de BI e data de nascimento; o acesso aos contactos de entidades da Administração Pública (Centros de emprego, hospitais, repartições de finanças, etc); alertas de notícias ou eventos relacionados com a Administração Pública.



## 4.7. SERVIÇOS PÚBLICOS ELECTRÓNICOS E REFORMULAÇÃO DE PROCESSOS

Depois do esforço de lançamento do Portal do Cidadão, os objectivos estratégicos para este projecto assentaram em duas "frentes": dimensão e sofisticação.

Assim, tendo presente a convicção de que a intervenção da UMIC ao nível dos processos da Administração Pública assume um papel estruturante na prossecução dos objectivos definidos no Plano de Acção para o Governo Electrónico, considera-se que a respectiva reengenharia será em muitos casos indispensável para a elevação do nível de sofisticação da prestação de serviços online, designadamente ao nível do Portal do Cidadão.

O Portal do Cidadão, com a sua agregação de serviços públicos, permitiu fazer um diagnóstico mais profundo do grau de sofisticação dos serviços electrónicos existentes, ajudando à identificação das áreas mais necessitadas de intervenção. Aliás, não é demais referir que na política seguida pela UMIC no âmbito do Governo Electrónico, o portal foi um "pretexto" exemplar, onde a motivação e a confiança geradas, permitiram uma aproximação e reconhecimento por parte da Administração Pública, da efectiva necessidade de transformação dos procedimentos e respectivos sistemas de informação, com o objectivo de simplificar, agilizar e tornar mais conveniente a prestação de serviço aos cidadãos e empresas.

Foi neste contexto que foi criada a iniciativa "**Reformulação de Processos de Retaguarda**", com vista à desmaterialização, simplificação e melhoria do relacionamento entre o Estado e o Cidadão e Empresas.

Vários critérios de selecção foram adoptados por diferentes entidades para nortear ou avaliar o desenvolvimento do Governo Electrónico, colocando o enfoque nas áreas, processos ou serviços que se entendem mais relevantes neste domínio.

Assumiu-se como ponto de partida o conjunto de áreas de intervenção definidas no Plano de Acção *eEurope*, enriquecendo-as pela identificação das necessidades potenciais subjacentes a cada área.

Os projectos a desenvolver resultam naturalmente da identificação e atribuição de prioridades, mas tendo em atenção também os seguintes aspectos:

- Procura de uma representatividade de processos orientados aos Cidadãos e às Empresas;
- Procura de uma representatividade das áreas ministeriais a envolver e, simultaneamente, de não sobrecarga dos mesmos organismos em múltiplos projectos;
- Englobamento de melhorias diversas na prestação dos serviços públicos electrónicos nas áreas a desenvolver, aproveitando o relacionamento a estabelecer com as entidades e a própria dinâmica da iniciativa (por exemplo: associar à reformulação de um processo de marcação de consultas nos hospitais, a capacidade "inteligente" de pesquisa dos hospitais mais próximos, com determinados serviços, etc.);

De acordo com estes critérios foram seleccionados 32 macro-processos (que incluem cerca de 120 processos associados), nomeadamente adquirir/vender um automóvel, procura e oferta de emprego, requisitar serviços da Polícia, criação da empresa, etc.

A escolha dos processos iniciais passíveis de intervenção, teve como objectivo, adequar formas e meios de propagar a Iniciativa aos restantes processos. A "prova de conceito" foi feita a vários níveis:

- **Engenharia completa**, desenvolvendo um sistema integrado, disponibilizado numa área própria no Portal do Cidadão (ex: Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica);
- **Reengenharia ao nível tecnológico e técnico**, através do desenvolvimento de *webservices* que garantem uma integração na disponibilização do serviço (ex: Procura e Oferta de Emprego e Formação Profissional, Público e Privado);
- **Reengenharia total do processo**, nas vertentes, organizacional, tecnológica, recursos humanos e jurídica, através da apresentação totalmente integrada dos sub-processos associados ao ciclo de vida da empresa (ex: Dossier Electrónico de Empresa).

A metodologia de aproximação seguiu o ciclo seguinte:

- Identificação dos processos;

- Identificação das equipas dos organismos;
- Preparação de *workshop* conjunta para apresentação do projecto;
- Preparação de estudo prévio de diagnóstico da situação actual;
- Preparação dos cadernos de encargos;
- Lançamento dos concursos.

Pela sua dimensão, a Iniciativa de "Reformulação de Processos de Retaguarda", foi preparada para ser lançada por vagas, sendo que na primeira se incluíram os seguintes:

Macro-Processo		Processo	Ministério/Organismo	
1.	Ciclo de Vida da Empresa	1.1	Criação de Empresa (não inclui Licenciamentos)	MJ/DGRN; MF/DGCI; MTSS/DGSS/ISS; PCM/INCM;MEI/DGE; MEI/IAPMEI
		1.2	Criação de Empresa Licenciamentos: Lic. Industriais; Lic.Turismo; Lic Ambientais; Lic. Agro-Industriais	MEI/SG; MAOT; MADRP
		1.3	Prestação de contas online	MJ/DGRN; MEI/DGE; MF/DGCI
		1.4	Emissão de Declaração Contributiva (Certidão de não Dívida)	MTSS/DGSS/ISS
		1.5	Admissão e Cessação de Vínculo de Trabalhador	MTSS/DGSS/ISS
2.	Procura/oferta agregadas de emprego e formação profissional	2.1	Criação de Bolsa de Emprego e Estágios Profissionais	MF/DGAP; MF/INA; MEI/IEFP; MDN/DGPRM
3.	Apoio a Vítimas de Violência Doméstica	3.1	Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica	PCM/CIDM;ONG; IPSS;MS;MTSS; MAI/GNR
4.	Guichet único estatístico	4.1	Recolha de Dados Empresariais para fins Estatísticos	PCM/INE
5.	Qualidade no Atendimento	5.1	Gestão de Reclamações do Ministério das Finanças	MF/SG
		5.2	Queixa à Polícia online	MAI/GNR; MAI/PSP
6.	Aproximação das Comunidades Portuguesas	6.1	Identificação Civil para as Comunidades Portuguesas no Estrangeiro	MJ/DGRN; MNE/DGACCP
7.	Desmaterialização de Documentos Pessoais	7.1	Alteração de morada online	PCM/UMIC; Entidades públicas e privadas
		7.2	Desmaterialização das certidões Civil/ Comercial/Predial e Automóvel (Reformulação do SPD-Serviço Público Directo)	PCM/UMIC; MJ/DGRN
		7.3	Renovação da Carta de Condução	MAI/DGV
8.	Apoio a jovens	8.1	Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ)	MAOTDR/INH
		8.2	Atendimento Multi-canal sobre o Sistema Educativo e Formativo	M. Educação
		8.3	Candidatura online ao Ensino Superior	MCIES/DGES; M.Educação
		8.4	Candidatura a Bolsa de Estudo para o Ensino Superior não Público	MCTES/DGES
		8.5	Integração de Sistemas de Informação da Área da Juventude	MP/IPJ
9.	Prestação de melhores serviços de saúde	9.1	Marcação de consultas online	M. Saúde

A propósito destes projectos, e tendo em atenção a sua especificidade, apresentam-se, em maior pormenor aqueles que já foram alvo de lançamento de caderno de encargos:

### **Processo: Rede de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica**

Projecto no âmbito da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres (CIDM), tutelada pela Presidência do Conselho de Ministros.

Este projecto tem subjacente a crucial necessidade de ajudar todos aqueles que, no âmbito da violência doméstica, sofrem traumas profundos e que, para além disso, ainda têm que ultrapassar obstáculos relacionados com desconhecimento pessoal e das instituições em como melhor encaminhar as vítimas.

Actualmente, o atendimento a vítimas de violência doméstica processa-se em Portugal de uma forma compartimentada, sendo que cada organismo (entidade pública ou privada) funciona, nesta área, sem articulação nem partilha de informação entre si. Esta situação origina e potencia uma dupla vitimação e constitui um factor de deterioração de desempenho e aumento de custo nos processos de atendimento em vários organismos sob tutela do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Os principais objectivos a atingir são:

- Melhorar o serviço ao cidadão, enquanto vítima de violência doméstica, através da redução do número de intervenções presenciais e da partilha de informação entre organismos, de forma a evitar que as vítimas percorram várias instituições onde necessitam de repetir consecutivamente a sua situação ("dupla vitimação");
- Concentrar informação (por exemplo, recursos existentes, legislação, formação, etc.) que permita um mais adequado serviço de encaminhamento e acompanhamento das vítimas;
- Potenciar, através de um 'processo electrónico' de acompanhamento, a disponibilização de informação normalizada, de suporte a todos aqueles (entidades públicas e privadas – saúde, segurança social, polícias, solidariedade social) que diagnosticam, encaminham e acompanham a vítima. De notar que esta informação é confidencial e reservada estritamente ao grupo de entidades participantes do processo.
- No momento do arranque, está prevista a assinatura de Protocolo entre 30 entidades públicas (apoio social, hospitais, polícias, etc.) e privadas de solidariedade social (ONGs, IPSSs, etc.)

### **Processo: Procura e Oferta de Emprego e Formação Profissional**

Projecto transversal, envolvendo a participação articulada de diferentes Organismos do sector público e privado, com o objectivo de estabelecer meios fundamentais à dinamização e ao ajuste dos mecanismos de "Procura e Oferta" no âmbito do emprego e formação profissional.

Este projecto tem subjacente a crucial necessidade de proporcionar ao cidadão um instrumento prático, eficiente e dinamizador para a colocação de pessoas no mercado de trabalho e consequente redução do desemprego e aumento da qualificação dos Portugueses.

Este Processo integra serviços e informação proveniente das bases de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)-NetEmprego e da Direcção Geral da Administração Pública (DGAP)-Bolsa de Emprego Público.

Uma das inovações deste processo reside na forma como as bases de dados serão alimentadas: todas as entidades públicas enviam a sua oferta para a BEP; todas as privadas enviam para a NetEmprego. No que concerne à formação profissional, para além do Instituto para a Qualidade da Formação (IQF), fará igualmente parte o Instituto Nacional de Administração (INA)

Os principais objectivos a atingir são:

- Concentrar informação, nomeadamente recursos existentes, legislação, formação, que permita um mais adequado serviço de inscrição, pesquisa e orientação do cidadão;
- Aumentar a celeridade de execução do serviço, designadamente de inscrição no centro de emprego, para emprego ou formação profissional; quando serviço de inscrição, pesquisa e orientação do cidadão;
- Melhorar a eficácia e a qualidade do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, com vantagens para os candidatos;
- Promover a transparência no mercado de trabalho, reduzindo a segmentação da informação e aumentando a sua clareza e consistência;
- Aumentar a captação e a divulgação de ofertas de emprego em quantidade e em qualidade;
- Simplificar os procedimentos administrativos, de forma a permitir agilizar com eficácia os serviços ao cidadão, integrando funcionalidades associadas, nas actividades de inscrição para emprego, formação, submissão de candidatura por formulário, divulgação de CV's, consulta e apresentação a ofertas, por parte dos candidatos a emprego e consulta de CV's de candidatos a emprego;
- Acelerar o processo de mudança e modernização natural nos sistemas de oferta/procura, uma vez que induzirá a adopção de modelos semânticos e tecnológicos recomendados pela Comunidade Europeia para o Governo Electrónico.

### ***Processo: Ciclo de Vida da Empresa***

A facilidade com que os empreendedores podem constituir validamente uma entidade destinada à prossecução de uma actividade comercial é um elemento que se revela decisivo na competitividade da economia portuguesa, no confronto com as demais economias europeias.

O sucesso na consecução de tal objectivo é aferido fundamentalmente pelo tempo médio de constituição, sendo patente que, neste particular, Portugal está numa situação de clara desvantagem face a diversos outros países, como vem sendo demonstrado em diversos estudos internacionais.

Na prática, têm vindo a ser detectados constrangimentos a vários níveis desde o momento em que, é requerido o certificado de admissibilidade da firma até ao registo definitivo da sociedade.

A concretização do presente projecto, a par de medidas legislativas que permitem a adopção de práticas inovadoras de relação na Administração Pública com o Empreendedor, como sejam, a possibilidade legal de envio de certidões por correio electrónico, a atribuição de força probatória à emissão de documentos electrónicos

pela Administração Pública, a publicação dos fundamentos possíveis para a existência de confundibilidade com firmas, entre outras, é uma etapa fundamental para o caminho da simplificação, transparência e economia da relação entre o tecido empresarial e o Estado.

No contexto do "Ciclo de Vida da Empresa" (criação, actividade e cessação ou suspensão), o projecto, objecto deste concurso, apresenta como linhas de intervenção:

1. A implementação do conceito de "Dossier Electrónico da Empresa", que permitirá ao Empresário, através da Internet, ver, de uma forma agregada, toda a informação relativa à sua Empresa, hoje dispersa por variadíssimos organismos da Administração Pública;
2. A reformulação do processo de "Criação de Empresa", acelerando e desmaterializando todo o processo, desde o Pedido de Admissibilidade de Nome ao seu registo;
3. O reposicionamento organizacional e tecnológico do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, através da definição de um novo modelo de negócio e organizacional; montagem de um Centro de Atendimento e implementação de um Sistema de Informação Integrado;
4. O desenvolvimento do Portal da Empresa, a partir do "segmento Empresa" hoje incluído no Portal do Cidadão, transformando-o no canal privilegiado de relacionamento da Empresa com a Administração Pública ao longo do seu Ciclo de Vida.

#### **Conclusão:**

O trabalho agora iniciado, não é mais que uma pequena amostra do muito que ainda falta fazer. As próximas vagas de reengenharia, serão coadjuvadas pelo lançamento de uma peça tecnológica central, fundamental para a implementação, distribuição e gestão dos novos serviços electrónicos, a "Plataforma de Serviços Comuns". Nela se centralizarão os processos de autenticação, orquestração de processos e pagamentos electrónicos. A partir dela será possível, de facto, corporizar o conceito de *"O Cidadão só precisa identificar-se uma e única vez perante os serviços da Administração Pública"*. Finalmente, a partir dela, será possível definir e utilizar modelos comuns de metadados, fundamentais, em termos de sistemas de informação, para a generalização da Administração Pública Electrónica.



## 4.8.

### O VOTO ELECTRÓNICO

O projecto Voto Electrónico ([www.votoelectronico.pt](http://www.votoelectronico.pt)), desenvolvido com a colaboração do STAPE e sob a supervisão da Comissão Nacional de Eleições e da Comissão Nacional de Protecção de Dados, tem como principais objectivos facilitar o acesso ao voto, combater a abstenção e simplificar o processo eleitoral, permitindo ao eleitor que vote em qualquer assembleia de voto do país (num total de 11.000). Este objectivo está cada vez mais próximo, através da infra-estruturação de todas as escolas em Banda Larga, requisito indispensável para permitir uma identificação integrada dos eleitores em qualquer ponto do país.

Este projecto conta já com duas iniciativas piloto, a primeira realizada no contexto das Eleições Europeias, em 2004, no âmbito da qual foram testadas três diferentes tecnologias, em nove freguesias de norte a sul do país, num total de 150.000 eleitores abrangidos.

O sucesso da iniciativa em 2004, conduziu à realização de uma nova em 2005, no âmbito das Eleições Legislativas antecipadas. Esta iniciativa desenvolveu-se em duas vertentes:

- Vertente presencial, onde foi testado o registo em papel e aprofundada a tecnologia de votação para Cidadãos com Necessidades Especiais, bem como a identificação integrada dos eleitores, na qual participaram 8.800 Eleitores.

- Vertente não presencial, que permitiu que os emigrantes portugueses espalhados pelo mundo votassem, não vinculativamente, pela Internet. Participaram nesta experiência cerca de 4.500 eleitores, de 38 países.

### ***Experiência Piloto 2004***

Em consonância com o que aconteceu na maioria dos países da União Europeia, foi realizada, em 13 de Junho de 2004, no âmbito da Eleição para o Parlamento Europeu, uma experiência piloto de voto electrónico presencial desenvolvida numa lógica de simulação de todo o actual processo de votação, nas suas três vertentes – identificação, votação e apuramento. O projecto-piloto ocorreu em simultâneo em nove freguesias (seleccionadas de forma a cobrir um espectro sócio demográfico alargado, cruzando várias realidades) tendo contado com a participação de cerca de nove mil e quinhentos (9.500) eleitores, o que correspondeu a aproximadamente 20% do total de votantes destas freguesias neste acto eleitoral.

Os resultados demonstraram um elevado grau de adesão por parte dos eleitores inquiridos:

- 99% dos eleitores que participaram no projecto-piloto e responderam ao inquérito gostaram da experiência de voto electrónico presencial e 97% revelam-se dispostos a votar electronicamente em futuros actos eleitorais;
- 96% dos eleitores que participaram no projecto-piloto e responderam ao inquérito consideraram o sistema Simples/Fácil, Rápido (96%), Seguro (86%). Os inquiridos consideram ainda que facilita a identificação dos candidatos (90,2%);
- 60% consideraram que o novo sistema de voto facilita o acto de voto dos cidadãos com dificuldades visuais/motoras;
- Todo o projecto piloto foi auditado, nos seus aspectos de segurança, fiabilidade e acessibilidade, por quatro universidades portuguesas.

### ***Experiência Piloto 2005***

Na sequência deste primeiro teste de voto electrónico presencial, foram testadas, pela segunda vez, nas Eleições Legislativas antecipadas as possibilidades do exercício do voto electrónico presencial. Desta vez, a experiência decorreu nas cinco freguesias onde votam Sua Excelência o Senhor Presidente da República e os cinco líderes dos partidos políticos/coligações com assento parlamentar [Santos o Velho – Lisboa (Dr. Pedro Santana Lopes e Dr. Paulo Portas), Conceição – Covilhã (Engº José Sócrates), Santa Iria da Azóia – Loures (Sr. Jerónimo de Sousa), Coração de Jesus – Lisboa (Dr. Francisco Louçã) e São Sebastião da Pedreira – Lisboa (Dr. Jorge Sampaio).

Seguindo as recomendações das equipas de auditoria, foram testadas plataformas de votação autónoma para Cidadãos com Necessidades Especiais, bem como várias soluções de registo de voto em papel de forma a aumentar a segurança das soluções de votação electrónica.

Foi igualmente testada uma solução de identificação centralizada dos eleitores, de forma a abrir caminho para o voto electrónico em mobilidade, objectivo final do projecto.

De um total de 26.515 votantes, 33,28% participaram na experiência, o que significou um aumento relativamente à experiência de 2004 que obteve um resultado de 20%. Santa Iria da Azóia foi a freguesia que obteve o maior número de participantes com 3.885 eleitores, seguida de perto pela freguesia de Coração de Jesus, em Lisboa, com 37,56% dos 3.259 votantes a experimentarem a votação electrónica.

O projecto Voto Electrónico consistiu novamente num processo simulado de votação que decorreu numa sala autónoma no mesmo espaço físico onde estiveram colocadas as Assembleias e Secções de Voto de cada uma das cinco freguesias referidas, sendo a participação nas simulações optativa e acontecendo sempre após o eleitor ter votado.

### ***Voto Electrónico Não Presencial***

Pela primeira vez em Portugal foi testado o voto electrónico por Internet junto das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro. Esta ferramenta pode tornar-se bastante útil no futuro para diminuir a abstenção junto das comunidades e dar-lhes a oportunidade de votar ao mesmo tempo que os eleitores residentes no território português. Permitirá ainda acelerar o apuramento final dos resultados eleitorais cerca de duas semanas. Os eleitores dos dois círculos de eleitores internacionais (Europa com cerca de 76 mil eleitores e Fora da Europa com cerca de 72 mil eleitores) receberam em suas casas um código de utilizador que, juntamente com o número de eleitor dava acesso à plataforma web de votação onde os cidadãos podiam exercer, não vinculativamente, o seu direito de voto. Cada voto foi depositado numa base de dados certificada digitalmente. A chave privada de descriptação foi repartida pela Comissão Nacional de Eleições e pela Comissão Nacional de Protecção de Dados. Só com a junção destes dois organismos foi possível abrir os votos.

Os emigrantes portugueses aderiram ao projecto, obtendo-se 4.367 votos de um total de 38 países, sendo 2.881 do círculo da Europa e os restantes do círculo de Fora da Europa. Na vertente não presencial do voto electrónico, as pessoas foram também convidadas a responder a um questionário sobre a experiência que demonstrou que a quase totalidade dos votantes estaria disposto a votar desta forma em futuras eleições. Cerca de 98% considera esta forma de votar simples e rápida, sendo que 58% vê o voto por Internet como uma forma segura de votar. Os participantes que não consideram o sistema seguro, consideram que a maior dúvida é se o sistema resiste a ataques de piratas informáticos. A grande maioria dos participantes dispõe de ligação à Internet em casa e tem entre 36 a 65 anos.

Todo o projecto 2005, nas suas vertentes presencial e não presencial foi auditado por uma equipa da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, estando os respectivos relatórios de avaliação disponíveis em [www.votoelectronico.pt](http://www.votoelectronico.pt).

## 4.9.

# INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E EMPREENDEDORISMO



Tendo em conta o atraso estrutural de Portugal no que respeita aos principais indicadores de inovação (ver, por exemplo, o *Innovation Scoreboard*), foi definida como prioridade a adopção de iniciativas estratégicas que visam o desenvolvimento de áreas cruciais para a competitividade nacional, nomeadamente:

- inserção em redes internacionais de conhecimento e de I&D (iniciativa "Apoio à participação portuguesa no 6º Programa Quadro da Ciência, Tecnologia e Investigação da União Europeia");
- acesso e difusão do conhecimento (b-on);
- apoio ao empreendedorismo (iniciativa "NEOTEC");
- apoio ao desenvolvimento de redes de inovação (iniciativa "Centros de Excelência");
- mecanismos de ligação Universidade-Empresa (iniciativa "OTIC").

Estas três últimas iniciativas estão a ser operacionalizadas pela Agência da Inovação (AdI), ao abrigo do protocolo celebrado entre esta entidade, a UMIC e o POSI/POSC.

### ***Inserção em redes internacionais de Conhecimento e de I&D (iniciativa 6ºPQ)***

A participação das empresas portuguesas nos Programas-Quadro de I&D da UE tem sido manifestamente baixa, como o demonstram os resultados da participação no V Programa-Quadro, onde Portugal foi um contribuinte líquido. Neste sentido, foi prioridade da UMIC, em articulação com o MCIES (nomeadamente o GRICES), a promoção das condições operacionais com vista a aumentar os níveis de participação portuguesa nos diversos programas da União Europeia em matéria de inovação e I&D, face ao valor acrescentado que a integração em redes europeias constitui, sobretudo no que respeita ao tecido empresarial nacional.

Esta iniciativa congregou um conjunto de acções que concorreram para este objectivo:

- implementação de um portal informativo - Directório de Informação, reunindo num ponto único de entrada, informação relativa a todos os programas europeus de apoio à inovação e à Sociedade da Informação, incluindo informação técnica à constituição de candidaturas;
- tendo em atenção particular a significativa dimensão do 6º Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Investigação neste contexto, constituindo o maior instrumento financeiro destinado à investigação aplicada, foi constituída uma Bolsa de Consultores certificados (em articulação com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior), para apoio técnico à elaboração e apresentação de candidaturas, particularmente no que se refere às empresas e respectiva integração em consórcios europeus relevantes;
- implementação de esquema financeiro de apoio à elaboração de candidaturas nacionais, através da participação nos custos referentes ao envolvimento de diversas entidades no processo de constituição/apresentação dos projectos (através do POSI - para a área IST, e do POCTI - restantes áreas do 6ºPQ).

Para a área *Information Society Technologies* (IST), as linhas de financiamento foram abertas em Maio e Outubro de 2003, tendo sido apoiadas diversas candidaturas, em consórcio, envolvendo várias empresas nacionais (Medida 1.3 POSI). Para as restantes áreas do 6º Programa-Quadro, existe um concurso aberto em permanência (Medida 2.3 POCTI).

### ***Apoio ao Empreendedorismo Tecnológico***

Uma das principais debilidades das empresas nacionais prende-se com a falta de competências no que respeita à concepção e ao design para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços - o design engloba também a concepção de novos materiais, o desenvolvimento de micro-sistemas, a introdução de processos de fabrico de elevada intensidade tecnológica e a minimização de custos associados à interacção dos produtos-serviços com o ambiente durante todo o seu ciclo de vida.

Neste sentido, tornou-se essencial a criação de medidas de apoio ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, de maior valor acrescentado, promovendo as interacções entre a ciência e a indústria, reforçando assim a capacidade competitiva nacional.

Foi neste contexto que a UMIC concebeu a **iniciativa NEOTEC**, que visou colmatar falhas existentes ao nível de iniciativas de tipo capital semente, essencial à criação e ao desenvolvimento de novas ideias e à inovação. Pretendeu-se estimular o empreendedorismo na comunidade académica e científica, bem como na sociedade civil, aumentando a introdução no mercado de novos produtos ou serviços e articular o desenvolvimento de ideias com as reais necessidades do mercado, nomeadamente nos sectores / clusters inovadores.

A **iniciativa NEOTEC** é composta por três fases:

- **Desenvolvimento da Ideia Empresarial**, onde se visa apoiar o desenvolvimento da ideia empresarial do empreendedor a partir da sua conceptualização inicial e analisar a sua viabilidade;
- **Plano de Negócios**, onde se pretende apoiar o desenvolvimento da ideia do empreendedor e analisar a sua viabilidade (técnica, financeira e comercial);
- **Operacionalização e comercialização**, onde se pretende transformar o potencial do projecto em resultados concretos (inovação), através do apoio ao desenvolvimento das várias fases do projecto, englobando aspectos técnicos, legais, financeiros, administrativos e outros.

Durante a fase de concepção e definição da iniciativa NEOTEC foram realizadas as seguintes actividades:

- Realização e um *benchmark* internacional de iniciativas do tipo capital semente;
- Participação na iniciativa europeia Gate2Growth (em 2003);
- Desenvolvimento do Portal de Apoio à iniciativa NEOTEC ([www.neotec.gov.pt](http://www.neotec.gov.pt));
- Articulação da iniciativa com entidades na área do empreendedorismo e inovação (ex. ANJE e COTEC) e algumas empresas com experiências pioneiras;
- Lançamento da iniciativa NEOTEC (Janeiro de 2005).

### **Apoio ao desenvolvimento de redes de inovação**

A existência de redes de cooperação é essencial para a redução dos custos a nível da aquisição, utilização, distribuição e partilha do conhecimento, levando a que os resultados de I&D se tornem mais acessíveis e menos onerosos às PME, com resultados ao nível da qualidade dos produtos e dos serviços.

Estas redes são, igualmente, um veículo de estruturação de espaços de excelência através da inovação, quer seja ao nível da especialização de determinados domínios de actividade (numa lógica de clusters) quer ao nível da especialização territorial em função das actividades mais competitivas, interligando os agentes relevantes de cada território – empresários, instituições académicas, científicas, etc., com vista ao estabelecimento de redes de excelência, capazes de incorporar mais valor nos produtos e serviços portugueses.

Assim, tornou-se essencial promover e apoiar a constituição de Centros de Excelência de âmbito regional, enquanto entidades dirigidas à potenciação das actividades económicas mais competitivas, através da articulação dos respectivos empresários com as instituições científicas, tecnológicas e de estabelecimentos de ensino regionais, visando criar, desenvolver e transferir conhecimento, criar redes e definir novos paradigmas de excelência.

Durante a fase de concepção e definição da iniciativa Centros de Excelência foram realizadas as seguintes actividades:

- Realização e um *benchmark* internacional de iniciativas de apoio ao desenvolvimento de clusters;
- Contactos com entidades visando a constituição de Centros de Excelência (Ex. Software);
- Lançamento da iniciativa (financiamento via POSC) a qual obteve excelente receptividade

### **Mecanismos de ligação Universidade-empresa**

Um dos pontos críticos, há muito diagnosticado, dos baixos índices em matéria de inovação prende-se com a inexistência de instrumentos eficazes de transformação dos resultados de I&D em produtos, serviços ou processos económica e socialmente úteis para o mercado. Neste aspecto, estamos a falar de um problema europeu e não apenas português, onde a investigação fundamental não tem, muitas vezes, correspondência visível em termos de inovação.

Neste sentido, surgiu a **iniciativa OTIC – Oficinas de Transferência de Conhecimento e de Tecnologia** – que visa a promoção de mecanismos de transferência dos resultados de investigação desenvolvidos nas instituições académicas e científicas para o mercado, através da criação de escritórios de transferência tecnológica. Visa promover a interligação entre a ciência-indústria e incentivar a colaboração mútua, fornecendo soluções e respostas às necessidades das empresas, tornando-as mais competitivas através da capacidade de inovar nos seus processos produtivos.

Assim, através da **iniciativa OTIC**, pretendeu-se:

- aumentar o nº de projectos de transferência tecnológica e dos resultados científicos com aplicação no tecido empresarial, gerados nas instituições do meio académico e científico;
- Encorajar a transferência tecnológica e os resultados científicos com aplicação no tecido empresarial, gerados nas instituições do meio académico e científico;
- Promover a cooperação entre as instituições científicas/académicas e as empresas, facilitando o desenvolvimento de projectos tecnológicos nas empresas.

Durante a fase de concepção e definição da iniciativa OTIC foram realizadas as seguintes actividades:

- Realização e um *benchmark* internacional de iniciativas de apoio à transferência de conhecimento e de tecnologia e de ligação Universidade-Empresa;
- Concepção e definição da iniciativa OTIC;
- Lançamento da iniciativa/Edital.

Para os três projectos (OTIC, Centros de Excelência e NEOTEC) foram alocados 19,8 milhões de euros do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, através de um contrato-programa com a Agência da Inovação (AdI), à qual foi atribuída a sua gestão.

Até Maio de 2005, tinham sido recebidas pela AdI as seguintes candidaturas:

Programa	N.º de Candidaturas	Financiamento Previsto
Iniciativa OTIC	31	3 Milhões de euros
Centros de Excelência	38	8 Milhões de euros
NEOTEC	35	8,8 Milhões de euros



## 4.10.

# CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Tendo presente as prioridades definidas no Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, os anos de 2003 e de 2004 assentaram na realização de alguns projectos fundamentais para a sua prossecução, nomeadamente:

### **Prioridade 1 – Acessibilidade:**

Contrato Público de concessão obriga: a SIC e a TVI a emitir, no mínimo, 5 horas/semana em Língua Gestual Portuguesa, e 10 horas/semana com Teletexto; RTP compromete-se a fazer, no Canal 1, no mínimo igual ao somatório dos operadores privados; produção de 2 instrumentos de auxílio à implementação das Directrizes de Acessibilidade do W3C na Administração Pública: “Kit ACESSO/UMIC para profissionais Web” e “Anexo ao Caderno de Encargos: Acessibilidade Web para Cidadãos com Necessidades Especiais”; HelpDesk e Consultoria da Administração Pública área da Acessibilidade (nomeadamente Portal do Cidadão e Portal das Compras Electrónicas); Rede Solidária (presença grátis na net das ONGs) – ampliação e upgrade para banda larga (actualmente com cerca de 250 pontos de acesso); criação do Portal Rede Solidária, em fase de desenvolvimento, (<http://www.redesolidaria.org.pt>)

**Prioridade 2 - Ajudas Técnicas:**

Criação do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas (<http://www.ajudastecnicas.gov.pt>): a plataforma informática está criada e está em fase de carregamento de conteúdos (assegurado por uma equipa do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência).

**Prioridade 3 – Legislação, Regulamentação e Normalização:**

Introdução de contrapartidas para Cidadãos com Necessidades Especiais (CNEs) no protocolo Serviço Público RTP/SIC/TVI; introdução de funcionalidades para CNEs na Lei das Comunicações; criação de uma Comissão Técnica de normalização sobre acessibilidade com o IPQ/Inst. Informática do Ministério das Finanças/Min. Educação/UTAD.

**Prioridade 4 – Ciência, Inovação e Redes de Conhecimento:**

Foi criada a linha de financiamento Inclusão Digital (Portaria 1354 de 25 de Outubro 2004), como suporte às acções preconizadas no Programa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. É uma dotação financeira de cinco milhões de euros que permitirá apoiar entre 50 a 60 projectos nesta área. Está actualmente a decorrer o processo de aprovação das candidaturas.

O Programa ACESSO é membro da rede de centros de Excelência EDeAN (European Design for All e-Accessibility Network).

**Prioridade 5 – Educação:**

Foi assinado um protocolo entre a UMIC e 10 Universidades, com o objectivo de criar um centro de informação digital para alunos com deficiência e de suporte aos actuais serviços de apoio, nomeadamente no apetrechamento da área de produção de informação em suportes acessíveis; foram dados incentivos às ESE (Esc. Superiores de Educação) para a criação de salas de avaliação e introdução de Ajudas Técnicas nas acções curriculares dos professores; incentivou-se a mesma lógica em algumas escolas do ensino superior para melhorar a ligação escola/comunidade e a introdução das matérias relacionadas com a deficiência e reabilitação nos curricula (p.e. o Centro de Reabilitação da Visão a criar na Escola Superior de Tecnologias da Saúde).

**Prioridade 6 – Trabalho:**

Foi produzido e disseminado o manual "Tecnologias de Informação sem Barreiras no Local de Trabalho". Financiado pelo IDICT - Instituto p/ Desenvolvimento e Inspeção no Trabalho e concebido pela UTAD.

Para a linha de financiamento iD (Inclusão Digital) estão em fase de apreciação, pela equipa do Programa Operacional Sociedade de Conhecimento, um conjunto de propostas na área do Teletrabalho e na sua dinamização para pessoas com deficiência.

**Prioridade 7 – Acções de Sensibilização:**

Em 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, a UMIC acompanhou, em conjunto com a CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, que coordenou em Portugal a iniciativa da Comissão Europeia e do Fórum Europeu da Deficiência, o Autocarro do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, tendo sido distribuído o Kit ACESSO para profissionais de Reabilitação e agentes educativos;

O Programa ACESSO tornou-se membro do Conselho Editorial do Magazine semanal (canal A Dois) sobre a área da deficiência CONSIGO; organizou as Jornadas SIDAR "Mais acessibilidade, Melhor acessibilidade", com a presença de peritos do W3C e que contou com cerca de 300 participantes.

Foi promovida uma acção de formação para as universidades-pivots do projecto Campus Virtuais (e-U); duas acções de formação (2003) no INA para profissionais da Administração Pública; uma acção de formação para os Museus, Arquivos e Bibliotecas a desenvolver no âmbito do projecto europeu CALIMERA, liderado pela Câmara Municipal de Lisboa, e duas acções de formação para os membros do Grupo pela Acessibilidade aos Museus (GAM). Foram igualmente realizadas acções de formação junto aos profissionais, responsáveis pelos conteúdos Web, das Câmaras Municipais, no âmbito da I Feira das Capacidades levada a efeito pela Câmara Municipal da Moita.

Ainda no âmbito da I Feira das Capacidades, foi realizada a primeira emissão de rádio em língua gestual portuguesa (14 h em directo), com a colaboração da TSF Rádio Jornal.

### **Prioridade 8 – Cooperação com Empresas:**

Incentivar as principais empresas de telecomunicações e de informática a patrocinar a introdução de sintetizadores de fala em português (no final de 2003 a PT Comunicações introduziu sintetizadores Português/Europeu em leitores de ecrã para cegos e em software de controlo de ambiente e comunicadores; em Março 2004 a Fundação Vodafone introduziu 400 leitores de ecrã, nas escolas, com Sintetizador Português Europeu); iniciaram-se contactos para a introdução de um 2º sintetizador Português Europeu nos telemóveis (Jan. 2005: TMN introduziu leitores de ecrã com sintetizador de voz em Português; a Vodafone prepara o lançamento de uma oferta do mesmo género). Iniciaram-se contactos para oferta de soluções de texto (chats de texto) que permitam o uso do telefone por parte da comunidade surda.

### **Prioridade 9 – Cooperação Internacional:**

Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Europeia no seio do grupo de peritos eAccessibility; introdução nos planos eGov do espaço Ibero-americano do cumprimento pela Administração Pública das Directrizes de Acessibilidade do W3C. Cooperação com a fundação SIDAR (Espanha) no trabalho ao nível do Espaço Ibero-americano em prol da acessibilidade Web para pessoas com deficiência (cooperação no desenvolvimento da ferramenta de avaliação Web – HERA disponível em <http://www.sidar.org>).

**4.11.****PANORAMA LEGAL****NA SOCIEDADE****DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL**

Portugal tem hoje um enquadramento jurídico mais completo, no que toca à legislação sobre Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

Desde a criação da UMIC, foram preparados e/ou aprovados os seguintes diplomas e documentos programáticos, com relevo para a Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

**ORGÂNICA, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELECTRÓNICO:**

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro de 2002:** Definiu um novo enquadramento institucional da actividade do Governo em matéria de Sociedade da Informação, da Inovação e do Governo Electrónico (**revogada pelo Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro**).

- **Decreto-Lei n.º 98/2004, de 3 de Maio:** Estabelece a transição para a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) das atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão e Serviço Público Directo (**revogado pelo Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro**)

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2003, de 28 de Agosto:** Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, de 8 de Janeiro, que cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista ao acompanhamento e à avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pelos operadores UMTS

- **Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, que cria a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.:** que tal como a UMIC - Unidade de Missão Inovação e Conhecimento: continua sob tutela e superintendência do membro do Governo com responsabilidades na área da Sociedade da Informação, dando cumprimento às expectativas criadas pelos resultados da actuação desta Unidade de Missão, de forma a responder aos próximos desafios nas áreas da Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

#### DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS/ PROGRAMÁTICOS

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2003, de 12 de Agosto:** Aprova o Plano de Acção para a Sociedade da Informação, principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2003, de 12 de Agosto:** Aprova o Plano de Acção para o Governo Electrónico.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2003, de 12 de Agosto:** Aprova a Iniciativa Nacional para a Banda Larga.

- **Despacho conjunto n.º 651/2004, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Justiça, (2ª Série), de 9 de Novembro:** aprova o Plano de Acção para a Justiça na Sociedade da Informação.

#### CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003, de 12 de Agosto:** Aprova o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

- **Portaria n.º 1354/2004, de 25 de Outubro:** Cria a linha de financiamento Inclusão Digital - Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

#### ASSINATURA E FACTURA ELECTRÓNICA:

- **Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril:** Altera o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital;

- **Portaria n.º 337-A/2004, de 31 de Março:** Estabelece a forma de entrega de peças processuais e notificações por correio electrónico (artigos 150.º e 254.º, n.º 2, do Código de Processo Civil);

- **Portaria n.º 642/2004, de 16 de Junho:** Regula a forma de apresentação a juízo dos actos processuais enviados através de correio electrónico, assim como as notificações efectuadas pela secretaria aos mandatários das partes. **Revoga a Portaria n.º 337-A/2004, de 31 de Março;**

- **Decreto-Lei n.º 165/2004, de 6 de Julho:** Altera o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril;

- **Decreto Regulamentar n.º 25/2004, de 15 de Julho:** Regulamenta o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital;

- **Decreto-Lei n.º 256/2003, de 21 de Outubro:** Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/115/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 77/388/CEE, tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à facturação em matéria de imposto sobre o valor acrescentado.

Desde 1999 existe em Portugal legislação relativa à assinatura electrónica e à factura electrónica. Em relação a ambas as matérias, a legislação existente sofreu alterações, devido à necessidade de adaptação a duas Directivas europeias entretanto transpostas – a Directiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 1999, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas electrónicas e a Directiva n.º 2001/115/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 77/388/CEE, tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à facturação em matéria de imposto sobre o valor acrescentado.

O Decreto-Lei 256/2003 de 21 de Outubro veio modificar o enquadramento da factura electrónica, alterando directamente o Código do IVA. De acordo com o actual regime (art.º 35º, n.º 10 do Código do IVA), as facturas ou documentos equivalentes podem, sob reserva de aceitação pelo destinatário, ser emitidos por via electrónica, desde que seja garantida a autenticidade da sua origem e a integridade do seu conteúdo, mediante assinatura electrónica avançada ou intercâmbio electrónico de dados. Para que o sistema possa ser utilizado, pelo menos no período que decorre até 31 de Dezembro de 2005, a utilização do sistema de transmissão de facturas ou documentos equivalentes por via electrónica está condicionada a prévia comunicação à Direcção-Geral dos Impostos, invertendo-se assim o enquadramento existente, que implicava um pedido de autorização.

Foi constituído um grupo de trabalho envolvendo representantes do Ministério das Finanças e UMIC, no âmbito do qual foi elaborado um anteprojecto de Decreto-Lei com vista a especificar as condições técnicas para a emissão, conservação e armazenamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por meios electrónicos, nos termos do Código do IVA, aplicáveis à facturação electrónica.

### COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS:

- **Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro:** Lei das Comunicações Electrónicas – estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, no âmbito do processo de transposição das Directivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, e 2002/22/CE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março, e da Directiva n.º 2002/77/CE, da Comissão, de 16 de Setembro.

- **Decreto-Lei n.º 68/2005, de 18 de Março:** Estabelece o regime jurídico de construção, gestão e acesso a infra-estruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas.

### DIREITO DE AUTOR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO:

- **Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto:** Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação (quinta alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e primeira alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro – “Lei da cópia privada”).

### DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE NAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS:

- **Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto:** Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas. (**revoga a Lei n.º 69/98, de 28 de Outubro** - que regulava o tratamento dos dados pessoais e a protecção da privacidade no sector das telecomunicações)

### COMÉRCIO ELECTRÓNICO:

- **Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de Janeiro:** No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno. Trata-se de um diploma que aborda matérias diversas, como por ex. a responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços. Neste campo, visa-se estabelecer as condições de irresponsabilidade destes prestadores face à eventual ilicitude das mensagens que disponibilizam.

Introduz-se igualmente um esquema de resolução provisória de litígios que surjam quanto à licitude de conteúdos disponíveis em rede, dada a urgência que pode haver numa primeira decisão. Confia-se essa função à entidade de supervisão respectiva (atribui-se competência residual ao ICP-ANACOM) sem prejuízo da solução definitiva do litígio, que só poderá ser judicial.

Regula-se também o SPAM (correio electrónico não solicitado para fins de marketing ou publicitários), transpondo-se o artigo 13.º (comunicações não solicitadas) da Directiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 2002, estabelecendo-se que as comunicações para fins de marketing directo apenas podem ser autorizadas em relação a destinatários que tenham dado o seu consentimento prévio (opt-in).

### COMPRAS PÚBLICAS ELECTRÓNICAS:

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2003, de 12 de Março:** Determina a adopção de várias medidas concretas visando a generalização da prática da aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública e no tecido empresarial e incumbe a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento de proceder à respectiva implementação e acompanhamento, em estreita articulação com outras entidades.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2003, de 12 de Agosto:** Aprova o Programa Nacional de Compras Electrónicas.

- **Decreto-Lei** que estabelece o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004. Este diploma foi aprovado na generalidade no Conselho de Ministros do dia 11 de Novembro de 2004, tendo já decorrido o período de três meses (*status quo*) decorrentes da obrigatoriedade de notificação à Comissão Europeia não tendo a mesma manifestado qualquer oposição ao texto. Vem estabelecer o princípio da celebração de contratos públicos de aquisição de bens e serviços por via electrónica, salvo quando essa celebração se torne impossível ou excessivamente onerosa. Ou seja, o designado e-procurement ganha assim solidez e força ao nível do regime jurídico que o sustenta. Este diploma, simplifica ainda o regime de prova, esclarece a obrigatoriedade da conservação da ordem de chegada dos documentos por ordem cronológica e estabelece a obrigatoriedade de publicitar no Portal de Compras Públicas ([www.compras.gov.pt](http://www.compras.gov.pt)) todos os anúncios que devem ser publicitados na 3ª Série do Diário da República.

### COMPRAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÕES:

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2004, de 22 de Dezembro:** Aprova o **Guia para as Comunicações na Administração Pública**, que fixa um modelo de gestão das comunicações na Administração Pública e estabelece um conjunto de regras de boas práticas para a racionalização e inovação tecnológica das comunicações na AP.

- **Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro:** Estabelece o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações electrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, alterando o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho

Espera-se que este diploma venha a ter um importante impacto na factura de comunicações da Administração Pública. O regime legal que regulamenta as compras públicas (DL 197/99, de 8 de Junho) estabelecia, até à data de entrada em vigor deste diploma, uma isenção de procedimentos na aquisição de telefonia vocal, telex, radiotelefonia móvel, chamada de pessoas e comunicações via satélite, modelo este já pouco adequado a um mercado pós-liberalização das comunicações. O DL 1/2005 equipara a aquisição deste tipo de bens e serviços às restantes compras públicas – aplicando-se por ora, ao Estado e Institutos Públicos – estabelecendo regras da maior relevância, como por exemplo a obrigatoriedade de consulta ao mercado, a redução a escrito dos contratos de prestação de serviços quanto às mencionadas matérias e a proibição de renovação automática dos contratos.

### ACESSO AO DIÁRIO DA REPÚBLICA ELECTRÓNICO (DRE):

Foi constituído um grupo de trabalho, com a finalidade de analisar e propor medidas conducentes à implementação da gratuitidade do acesso à 1.ª Série do Diário da República em formato electrónico (DRE) e à massificação da utilização do DRE do qual fizeram parte representantes das seguintes entidades: Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Projecto Digesto; Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e UMIC.

No decorrer dos seus trabalhos, que envolveram reuniões várias, o grupo de trabalho analisou a actual situação no que concerne ao acesso à 1.ª Série do Diário da República em formato electrónico (DRE), considerando diversos factores, incluindo, entre outros, o enquadramento legal respectivo, os aspectos económicos envolvidos e a análise das práticas internacionais quanto à disponibilização de legislação online, focando, em particular, o exemplo de outros Estados-membros da UE.

## REUTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SECTOR PÚBLICO:

Foi constituído um grupo de trabalho, envolvendo representantes das seguintes entidades (GPLP - Ministério da Justiça; UMIC; CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e DGCC - M. Economia) com o objectivo de preparar um ante-projecto de Transposição da Directiva relativa à reutilização de informações do sector público - Directiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003.

A referida Directiva tem por objectivo essencial a harmonização mínima das regras e práticas nacionais relativas à utilização de documentos do sector público, com vista a promover o bom funcionamento do mercado interno europeu e o desenvolvimento adequado da Sociedade da Informação na Comunidade Europeia.

Esta harmonização de normas ao nível comunitário parte do pressuposto que os documentos produzidos e detidos pelas entidades que compõem o sector público correspondem a informações passíveis de serem tratadas e exploradas com reflexos económicos evidentes pelas empresas privadas europeias, contribuindo assim para o desenvolvimento de serviços à escala comunitária - um dos principais objectivos do estabelecimento de um mercado interno europeu - para o crescimento económico das empresas e, consequencialmente, para a geração de emprego.

Alguns dos aspectos fundamentais desta Directiva são:

- Não alteração do regime jurídico vigente em cada Estado-membro quanto ao acesso aos documentos criados por organismos públicos (ex.: normas constantes na LADA (Lei que regula o acesso aos documentos da Administração) - Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto alterada pelas Leis n.os 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho;
- Imposição de um limite máximo para os emolumentos a cobrar pelos organismos públicos, pela reutilização, por cidadãos ou empresas, de documentos inicialmente criados com uma finalidade de interesse público;
- Obrigação, por parte dos organismos públicos, de criarem modalidades práticas que ajudem os reutilizadores na sua procura de documentos disponíveis para reutilização, bem como manutenção de listas de existências, de preferência acessíveis em linha, relativas aos documentos mais importantes, assim como portais ligados a listas de existências descentralizadas.

## 4.12.

# A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA E DAS COMUNICAÇÕES



Vários dos projectos acima referidos, como tantos outros que vão progressivamente permitindo a transformação de Portugal numa Sociedade da Informação e do Conhecimento, dependem da verificação de condições tecnológicas que nem sempre estão reunidas.

Atenta a este aspecto, a UMIC preocupou-se também, ao longo destes dois anos, em desenvolver algumas iniciativas de carácter eminentemente tecnológico, com impactos directos nas várias iniciativas em curso e já perspectivadas.

Assim, desde o ano transacto, a UMIC tem vindo estudar e a preparar o conceito da "Plataforma de Interoperabilidade para Disponibilização de Serviços Públicos Electrónicos - **Framework de Serviços Comuns - FSC**". Esta plataforma irá dotar a Administração Pública dos meios tecnológicos mínimos, mas escaláveis, que permitam suportar, desde o primeiro momento, o processo de desmaterialização da relação do Estado com o Cidadão. O seu principal objectivo é o de consubstanciar as regras, processos e tecnologia necessárias à inter-actuação das entidades da Administração Pública, na sua disponibilização integrada de serviços ao Cidadão, o que

também permitirá uniformizar e racionalizar as ligações entre os sistemas de informação da Administração Pública.

A **Framework de Serviços Comuns** permitirá:

- A integração dos meios de autenticação necessários, para, por um lado, garantir a autenticidade no relacionamento do Cidadão com a Administração Pública, e por outro garantir a identificação do Cidadão uma única vez perante os serviços da Administração Pública através de um serviço de autenticação federada (o Cidadão só se identifica uma única vez perante a Administração Pública);
- A orquestração transversal das componentes electrónicas dos processos da Administração Pública, garantindo a qualidade dos dados (interoperabilidade semântica); a reutilização e uniformização da informação transversal (definição e publicação dos "Schemas de XML". Ex. generalização do uso dos campos "morada" com o mesmo formato em toda a Administração Pública); o acompanhamento dos processos por parte dos interessados (dentro e fora da Administração Pública) e o cumprimento dos níveis de serviço previamente definidos (o Cidadão terá uma visão integrada dos serviços disponibilizados pela Administração Pública);
- O pagamento electrónico integrado dos serviços públicos, através de um módulo central de pagamentos. Este módulo possibilitará a obtenção de ganhos substanciais, em termos de racionalização da utilização de meios electrónicos de pagamento; e de criação de meios centralizados para controlo de Tesouraria, potenciando a utilização geral e normalizada de cartões de crédito e débito, no pagamento de serviços da Administração Pública (o Cidadão pagará de uma forma mais conveniente e acessível);
- A Segurança e Privacidade (o Cidadão e a Administração Pública verão garantidas a sua privacidade, confidencialidade e segurança dos dados).

Está em curso o desenvolvimento de um projecto para constituição de uma plataforma comum a nível nacional para a Autenticação Forte (baseada em dois factores, algo que eu sei e algo que eu tenho) que permite e redução do risco de ataques maliciosos a sistemas de informação "em linha". Este projecto está a ser analisado em parceria com o sector bancário, através do SIBS, e poderá incluir os operadores de Serviço Móvel. O projecto enquadra-se na estratégia de redução de custos através de parcerias público-privados e entra em consideração com o modelo de Autenticação Federado desenvolvido para o *Framework* de Serviços Comuns.

Durante os trabalhos que conduziram à definição da arquitectura conceptual do *Framework* de Serviços Comuns a equipa da UMIC conduziu a realização de três pilotos. Dois desses pilotos serviram como teste e prova de conceito da autenticação federada, onde foram testadas duas abordagens, uma utilizando as especificações do consórcio *Liberty Alliance*<sup>12</sup>, e outra utilizando as especificações de *WS-Federation*<sup>13</sup>,. Por último foi realizado um piloto de prova de conceito e consolidação da arquitectura conceptual do *Framework* de Serviços Comuns.

Neste momento, a arquitectura conceptual do *Framework* de Serviços Comuns, bem com todo o conhecimento adquirido com a realização dos referidos pilotos, está materializado sob a forma de caderno de encargos, tendo já sido lançado o concurso para a aquisição dos serviços de implementação da solução, que se encontra em fase de avaliação de propostas (concorreram 14 empresas ou consórcios).

Enquadrado na estratégia de interoperabilidade traçada pela UMIC para a Administração Pública, foi também preparada a primeira versão do **Guia de Interoperabilidade para a Administração Pública Portuguesa – e-GI@P**. O e-GI@P destina-se a facilitar a interoperabilidade dos sistemas e serviços da Administração Pública, e é uma peça fundamental para a implementação e o sucesso do *Framework* de Serviços Comuns. Está previsto um workshop de divulgação do *Framework* de Serviços Comuns e e-GI@P, a realizar pela UMIC.

Relativamente às Políticas de Software na Administração Pública, foi realizado, no dia 29 de Setembro de 2004, um workshop sobre “A utilização de software aberto (*Open Source*) na Administração Pública Portuguesa” que visou contribuir para que a Administração Pública disponha de mais uma opção na escolha das soluções tecnológicas a adoptar. O *workshop* pretendeu dar a conhecer as melhores práticas nacionais e internacionais na utilização de software aberto, divulgar soluções baseadas em software aberto na administração pública, bem como discutir as vantagens e desvantagens face à utilização de software proprietário. Durante o *workshop* foi distribuído um guia intitulado “Software Aberto na Administração Pública” que oferece um enquadramento geral sobre o Software Aberto, suas vantagens e desvantagens, e que reúne também uma lista de alguns produtos de software aberto mais conhecidos.

Foi também definido e apresentado o *roadmap* para o Software na Administração Pública que contempla as seguintes medidas:

- Tradução do documento do IDA “IDA Open Source Migration Guidelines”<sup>14</sup>;
- Proposta de Medida Legislativa sobre propriedade do Software desenvolvido para a Administração Pública – todas as novas contratações de desenvolvimento à medida para a Administração Pública, passam a prever que o código fonte seja propriedade do Estado Português, para que seja possível a sua livre distribuição entre entidades públicas, de forma a promover a reutilização do software;
- Desenvolver sítio de Internet sobre o Software na Administração Pública – com um repositório de código fonte de projectos, com capacidade para armazenar os pacotes para download; fóruns de discussão e *mailing lists* de suporte aos projectos. O principal objectivo desta medida é a promoção, divulgação e alojamento de projectos portugueses de Software Aberto, bem como oferecer à sociedade em geral um ambiente colaborativo para desenvolvimento de projectos de software aberto;
- Pilotos de utilização de Software Aberto – Apoio à concretização de pilotos de utilização de Software Aberto na Administração Pública nas seguintes áreas: Desktop (Sistema Operativo + Office), Serviços Internet (WWW, Proxy, Mail, DNS, Segurança), Servidores Aplicacionais/Groupware.

À semelhança do que já haviam feito outros Governos, como a Espanha, Reino Unido, Nova Zelândia, China, Grécia e Austrália, a UMIC assinou um protocolo com a Microsoft Portugal para a adesão do Governo Português ao programa Government Security da multinacional de *software*. O programa tem uma duração de três anos e permite aos técnicos acederem ao código fonte de sistemas Windows mas não modificá-lo.

Foi desenvolvido pela UMIC e concluído em Novembro de 2003 o primeiro estudo de “Levantamento e Caracterização das Comunicações na Administração Pública”, cujos resultados serviram de base para a elaboração do Relatório de Caracterização das Comunicações na Administração Pública, que terá actualização periódica, iniciando assim um processo estruturado e contínuo de análise das Comunicações na Administração Pública.

O relatório apresenta o cenário actual das comunicações na Administração Pública, cuja desarticulação, excesso de intervenientes, indisponibilidade generalizada de informação organizada sobre as comunicações, gestão estratégica das comunicações dispersa por um número elevado de entidades, entre outros, levaram a elaboração de um "Guia para as Comunicações na Administração Pública", que apresenta um conjunto de princípios, recomendações e boas práticas a adoptar para a racionalização e re-estruturação da gestão das suas comunicações, bem como à preparação de legislação específica para regular as aquisições de bens e serviços de comunicações, traduzida no Decreto-lei 1/2005, de 4 de Janeiro.

Foi ainda lançado e concluído em Julho de 2004 a primeira fase do "Projecto de Racionalização das Comunicações no Gagest/Min. Economia" que permitiu realizar uma análise específica da realidade do Ministério e propôs um conjunto de medidas a realizar, das quais se destacam a necessidade do reforço da segurança das redes e do lançamento de procedimentos de concurso para reformulação das redes de comunicações (voz fixa e móvel, dados e acesso Internet), bem como da reorganização da estrutura de gestão/coordenação centralizada. Numa segunda fase, em curso desde Novembro de 2004, procedeu-se à preparação e lançamento de concursos para as comunicações (voz fixa, voz móvel e rede de dados), realizados de forma transversal a todo o Ministério por uma equipa pluridisciplinar coordenada pela Secretaria-Geral.

As fases subsequentes da racionalização das comunicações passam pela criação das entidades de coordenação ministerial das comunicações que, em articulação com as equipas ministeriais de compras e o apoio da UMIC, deverão levar a concurso todas os serviços de comunicações.

Na sequência da crescente disponibilização de serviços electrónicos no âmbito do governo electrónico, e na crescente importância da economia digital, a UMIC lançou um projecto para Definição de Política de Segurança da Informação e das Redes da Administração Pública e Definição de uma Estratégia para a Criação de uma Consciência Nacional de Segurança, concluído a 14 de Fevereiro de 2005.

Esta iniciativa pretende alinhar todas as actividades nacionais, no que respeita a segurança da informação, procurando garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da informação nos sistemas de informação públicos e privados.

Neste projecto foi definida a **Estrutura Nacional de Segurança da Informação** (ENSI), composta por uma Carta de Segurança, pela Política Nacional de Segurança da Informação e documentação de suporte ao desenvolvimento de Políticas de Segurança da Informação das Entidades.

Está incluído também neste trabalho o estudo de uma Infra-estrutura Nacional de Chaves Públicas, a constituição de uma Equipa de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (CSIRT – Computer Security Information Response Team), para além de Guias de Ameaças e Vulnerabilidades orientados para três audiências: o cidadão, o trabalhador e o gestor.

Dada a sua importância estratégica para o desenvolvimento do Governo Electrónico em particular e da Sociedade da Informação em geral, foram envolvidas várias entidades de Ministérios diferentes, tais como:

IGIF – Instituto de Gestão Financeira da Saúde

IIES – Instituto da Informática e Estatística da Solidariedade

SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

CADA – Comissão de Acesso aos Dados Administrativos

CEGER – Centro de Gestão da Rede do Governo

DGRN – Direcção Geral de Registos e Notariados

CNPD – Comissão Nacional de Protecção de Dados

IIMF – Instituto de Informática do Ministério das Finanças

ITIJ – Instituto de Tecnologias de Informação da Justiça

MAI – Ministério da Administração Interna

SGMDN – Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

PJ – Polícia Judiciária

SIRP – Serviços de informação da República Portuguesa

INA – Instituto Nacional de Administração.

O projecto tem um forte impacto nas iniciativas de modernização tecnológica da Administração Pública:

- Base para a criação do Bilhete de Identificação Electrónico / Cartão Único, e interoperabilidade de certificados a nível Nacional e Europeu;
- Autenticação Forte na identificação do cidadão/empresa;
- Base única a todas as entidades da Administração Pública para a constituição de Políticas de Segurança da Informação, com possibilidade de adopção pelo sector privado;
- Não duplicação de infra-estruturas de chaves públicas ao nível público e garantia de interoperabilidade entre certificados emitidos a nível nacional.



## 4.13. PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS INTERNACIONAIS SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELECTRÓNICO

No âmbito das iniciativas internacionais, nas quais a UMIC participou, é de destacar:

- A participação de Portugal na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, estando agendada próxima reunião preparatória (PrepCom-III) para Setembro de 2005. A Segunda Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação será em Tunes de 16 a 18 de Novembro de 2005.

- o Workshop OCDE "Developing Broadband Access in Rural and Remote Areas" (organização conjunta UMIC/OCDE), que reuniu no Porto entre 25 e 26 de Outubro de 2004 alguns dos maiores experts mundiais neste domínio, assim como delegações dos diferentes Governos dos países membros da OCDE. Em resultado das conclusões deste WS, os Estados Membros decidiram aprofundar, no âmbito da actividade a desenvolver pela OCDE durante os próximos 2 anos, o trabalho sobre esta temática.

(documentos e apresentações disponíveis em [http://www.oecd.org/document/51/0,2340,en\\_2649\\_201185\\_33703347\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,2340,en_2649_201185_33703347_1_1_1_1,00.html))

- "OECD Workshop: Developing broadband access in rural and remote areas", Porto, Portugal, 25-26 Outubro, 2004.

- “O Programa Nacional das Compras Electrónicas”, na Conferência Nacional da Administração Pública, INA, Lisboa, Outubro, 2004.
- “Innovation and Knowledge Society and the Lisbon Agenda”, Local Government e-Leaders Forum em Como, Itália, 30 Setembro e 1 Outubro, 2004.
- “European eSkills Conference”, Grécia, Setembro de 2004.
- “Education in the Knowledge Society”, IT Innovation Conference 2004, Intel Innovation Centre, Leixlip, Ireland, 30 Maio – 2 Junho, 2004.
- “National Broadband Strategy in Portugal”, na European Ministerial Conference on Information Society “New Opportunities for Growth in an Enlarged Europe” Budapeste, 26-27 Fevereiro, 2004.
- 13º e 14º Congressos das Comunicações, organizados pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), em Novembro de 2003 e de 2004.
- “Portuguese Information Society Strategy” no Government Leaders Forum, Roma, Itália, 17 Setembro, 2003.
- “The e-U (Virtual Campus) Initiative”, no Government Leaders Conference, Seattle, USA, 8-10 Abril, 2002.

Destaque-se, por último:

- O estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre a UMIC-Agência para a Sociedade do Conhecimento e a Secretaria de Estado da Informática e Comunicações do Governo Húngaro, no âmbito do qual o Governo daquele Estado manifestou uma forte vontade em desenvolver um relacionamento de “aprendizagem mútua” nos projectos comuns em desenvolvimento, destacando-se ainda a vontade de ter o apoio de Portugal para o desenvolvimento de projectos como a Biblioteca do Conhecimento on-Line e os Campus Virtuais na Hungria;
- O estabelecimento de contactos que redundaram no desenvolvimento conjunto Portugal/Espanha (UMIC/Gabinete do Ministro da Presidência e Secretaría de Estado de Telecomunicaciones y para la Sociedad de la Información) de uma versão preliminar de Acordo de Cooperação entre o Governo Português e o Governo Espanhol na área da Sociedade da Informação e Banda Larga (com possibilidade de expansão ao Governo Electrónico), a operacionalizar pela UMIC e pela sua congénere espanhola Red.es.
- A negociação do protocolo de cooperação com o Ministério da Informação e das Comunicações da Coreia do Sul, nos diversos domínios da Sociedade da Informação. Portugal foi convidado a participar no “Workshop em Cybersecurity”, realizado em 2005.

## **iEurope 2010**

Em Novembro de 2003, partindo da decisão do Conselho e do Parlamento Europeu para o lançamento do programa Modinis, foi criado o eEurope Advisory Group, dirigido pela Comissão e aberto à participação de actores públicos e privados nos domínios da Sociedade da Informação.

O grupo tinha como principal objectivo providenciar uma visão macro-estratégica sobre diversas iniciativas em curso, promovendo a comunicação e discussão entre diversos actores e monitorizando a implementação do Plano de Acção eEurope 2005.

O eEurope Advisory group está dividido em duas secções:

1. A Primeira Secção é composta por um máximo de dois representantes de alto nível por país participante, nomeadamente do organismo que mais responsabilidade detém nos domínios da Sociedade da Informação. A Primeira Secção promove discussões sobre políticas públicas a nível europeu, em consonância com a agenda da DG Sociedade da Informação. Sub-Grupos especializados podem ser formados com base em necessidades manifestas.
2. A Segunda Secção é formada por 40 especialistas com competências para exprimir as preocupações e interesses de diversos actores públicos e privados. A Segunda Secção apoia sobretudo a Comissão em assuntos técnicos relacionados com o Plano de Acção eEurope. Discussões temáticas são organizadas recorrendo ao modelo de Grupos de Trabalho, que procuram adoptar relatórios que são posteriormente apresentados à 1ª Secção comentados pela Comissão, procurando a adopção de uma posição oficial da União Europeia sobre uma determinada temática da Sociedade da Informação.

## **i2010 – Nova Estratégia Europeia pós 2005**

Com vista a delinear uma estratégia política para o pós eEurope 2005, a Comissão lançou um amplo debate com os Estados Membros em Maio de 2004.

A presidência holandesa iniciou os trabalhos com base num estudo realizado pela Price Waterhouse Coopers, sendo discutido na Conferência Holandesa de Alto Nível que se realizou em Amsterdão em Setembro de 2004. Em paralelo, o eEurope Advisory Group foi também desenvolvendo trabalho na temática em questão.

Com a adopção pela Comissão Europeia em Novembro de 2004 da comunicação "Challenges for Europe's Information Society beyond 2005: Starting point for a new EU Strategy", foram identificados diversos desafios, agrupados em 8 temáticas distintas:

1. Inclusão Digital e Cidadania
2. Conteúdos e Serviços
3. Serviços Públicos
4. Competências e Trabalho
5. TIC como sector chave
6. Interoperabilidade
7. Confiança e Dependability
8. TIC para os Negócios

Neste sentido, um amplo e aberto processo de consulta pública foi lançado, entre Novembro de 2004 e Janeiro de 2005, envolvendo indivíduos, organismos públicos, ONG's, empresas, entre outros, com vista a captar sensibilidades sobre a comunicação aprovada em Novembro de 2004. Paralelamente, foi também lançado um processo de consulta pública especificamente para os Estados-Membros, nomeadamente aos organismos com maiores competências no domínio da Sociedade da Informação.

Com base nos resultados obtidos, a Comissão Europeia, na pessoa da Comissária Viviane Reding, apresentou em Janeiro e Fevereiro de 2004 as principais prioridades do novo plano de acção iEurope 2010:

1. Tornar a Europa um local mais Atractivo para Investir e Trabalhar
2. Conhecimento para a Inovação e Crescimento
3. Criar Mais e Melhores Empregos

### **i2010 – Estratégia de participação portuguesa**

A UMIC liderou a representação portuguesa, estando presente no eEurope Advisory Group. A UMIC fundou a posição portuguesa em torno de três eixos:

- A nova estratégia europeia deverá ser um plano de acção, compreendendo uma agenda concreta com objectivos e metas bem definidos.
- Reforçar os mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho dos Estados Membros e reforçar o empenho dos actores neste processo através de duas medidas:
  - o Dotar a área da Sociedade do Conhecimento com um mínimo de 15% dos Fundos estruturais no contexto dos Quadros Comunitários de Apoio definidos a nível nacional;
  - o Rever e avaliar em cada Conselho Europeu da Primavera os objectivos atingidos, tendo em conta as metas propostas/acordadas.
- A UMIC defendeu a reorganização das 8 temáticas inicialmente propostas em torno de 3 grandes prioridades, com sub-grupos, objectivos e metas bem definidos (vide Ponto de Situação):
  1. Inovação, Crescimento e Competitividade
  2. Governação, Cidadania e Coesão
  3. Pessoas, Cultura e Sustentabilidade

A UMIC assegurou a representação portuguesa em grupos internacionais

Programa	Tipo de Grupo	Resumo
Programa eContent	Comité Gestão (Comissão Europeia / DG SI)	Programa que apoia projectos para estimular o desenvolvimento e a utilização de conteúdos digitais europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na SI.
	Ponto Contacto Nacional	
Programa eTEN	Comité de Gestão (Comissão Europeia / DG SI)	Programa que apoia projectos para o estabelecimento de serviços operacionais de interesse público baseados nas redes de transmissão electrónica de dados.
	Ponto Contacto Nacional	

Programa	Tipo de Grupo	Resumo
MODINIS	Comité Gestão (Comissão Europeia / DG SI)	Programa plurianual (2003-05) de acompanhamento do Plano de Acção eEurope 2005, divulgação de boas práticas e reforço da segurança das redes e inform.
Programa / Telematics in Administration Committee	Comité Gestão do IDA (Comissão Europeia / DG SI)	Programa para a criação de redes telemáticas transeuropeias e interoperáveis entre administrações dos Estados-Membros e redes telemáticas integradas entre instituições comunitárias
eAccessibility (Sub-grupo ESDIS)	Grupo de peritos (Com. Europeia / DG Emprego) Assuntos Sociais	Sub-grupo do ESDIS para acompanhamento das acções relevantes tendentes a assegurar melhor acesso aos cidadãos portadores de deficiência na sociedade da conhecimento.
GT promoção de BD Públicos digitais	Grupo de peritos (Comissão Europeia / DG SI)	Plataforma de coordenação e forum de peritos para actividades relacionadas com a informação digital do sector público, acesso genérico e questões de exploração comercial.
Comité Assinatura Electrónica	Comité acompanhamento directiva (Comissão Europeia / DG SI)	Acompanhamento da implementação da Directiva 199/93/CE sobre a Assinatura Electrónica
e-Government Network of Senior Officials	Grupo de responsáveis nacionais pelo Governo Electrónico no âmbito da OCDE	As discussões no âmbito deste grupo levaram a evolução do paradigma do e-Gov no seio da OCDE, plasmados no relatório "e-Government for Better Government"
eProcurement	Grupo Informal criado por diversos países da UE	
eGovernment	Comissão Europeia/DG SI	Grupo de Trabalho Europeu de Governo Electrónico
eProcurement	Comité Consultivo de Compras Públicas Grupo de Peritos	iniciativa do Comité Consultivo de Compras Públicas e pretende criar um ambiente favorável à adopção generalizada de processos de compras públicas em suporte electrónico
Working Group 'Strengthening the ERA in IST Domains'	Grupo de Peritos	European Research Area
Spam	Grupo trabalho	Funciona como "learning lab".
ICT Competitiveness group	Grupo de Peritos	A Comissão Europeia encomendou um estudo para identificar políticas nacionais e europeias que fomentem a competitividade do Sector TIC. Neste âmbito, foi criado este grupo de trabalho com o objectivo de participar no exercício de benchmarking e validar os resultados do estudo. Destaca-se ainda a realização, em Novembro de 2004, de um workshop para apresentação dos resultados do estudo e para a promoção do debate em torno desta área.
E-skills Forum group	Grupo de Peritos	Grupo de trabalho que tem como principal objectivo a promoção do debate político em torno das e-skills, pretendendo-se identificar possíveis acções que diminuam as insuficiências e desajustes existentes.  O debate centra-se em torno da definição de e-skills, procurando analisar 4 dimensões;  - oferta e procura; - aspectos sociais; - aspectos internacionais; - parcerias público-privadas.  No âmbito deste grupo, destaca-se ainda a organização, em Setembro de 2004, da European eSkills 2004 Conference.
Broadband Ad.Hoc group to the eEurope Advisory Group		Grupo ad-hoc criado no âmbito do eEurope Advisory Group para abordar questões específicas associadas à Banda Larga (Digital Divide, elnclusion, etc.)
WPIIS - Working Party on Indicators to the Information Society	Grupo de Peritos	Grupo de trabalho criado no âmbito da OCDE que tem como principais objectivos o desenvolvimento de recomendações conceptuais, técnicas e metodológicas para a construção de indicadores estatísticos internacionalmente harmonizados sobre a Sociedade da Informação.  Para além do supra referido, destaca-se, na última reunião, ocorrida em Abril de 2004, o debate em torno dos seguintes temas:  - Classificação de Serviços TIC; - Processos de e-business; - Estrutura e conteúdos para um guia da OCDE para medir a Sociedade da Informação; - Desafios para a mediação de novas áreas: segurança, privacidade, confiança, conteúdos e entregas digitais.
ICCP - Committee for Information, Computer and Communications Policy	Comité da Direcção Ciência, Tecnologia e Industria (OCDE)	Comité responsável por examinar as questões de política decorrentes do desenvolvimento e aplicação das tecnologias na área da informação, informática e sistemas de comunicação

Programa	Tipo de Grupo	Resumo
WPISP - Working Party on Information Security and Privacy	OCDE	Grupo do ICCP responsável pelas questões da Segurança e Privacidade da Informação, segue questões como a Criação de uma Cultura de Segurança Digital, Políticas de Segurança Digital e Autenticação.
TISP – Working Party on Telecommunications and Information Society Policies	OCDE	Grupo de trabalho da OCDE responsável pela discussão de questões de política pública e regulação na área das Telecomunicações e Sociedade da Informação (esp. Banda Larga)
Working group on Statistics on Information Society	Grupo de Peritos, CE	<p>Grupo de trabalho criado no âmbito do Eurostat que tem como principais objectivos o desenvolvimento de recomendações conceptuais, técnicas e metodológicas para a construção de indicadores estatísticos internacionalmente harmonizados sobre a Sociedade da Informação.</p> <p>Para além do supra referido, destaca-se, na última reunião, ocorrida em Novembro de 2004, o debate em torno dos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Novos indicadores estruturais para o governo electrónico;</li> <li>- Proposta para a reformulação dos indicadores de Benchmarking para o período pós 2005.</li> </ul>



#### 4.14.

## MONITORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O principal núcleo de actividades do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (OSIC) centra-se no desenvolvimento de operações estatísticas que permitam:

- conhecer a expressão das novas tecnologias da informação e da comunicação na sociedade portuguesa em geral ou em determinadas esferas económicas e sociais relevantes;
- produzir conhecimento credível de elevada utilidade social (tomada de decisão pública e privada, avaliação de resultados das políticas públicas, etc.);
- produzir informação estatística que sustenta os exercícios de benchmarking.

Para além da realização de operações estatísticas em áreas sociais ainda não abrangidas (por exemplo Forças Armadas e Justiça) o OSIC tem feito um enorme esforço no sentido de, cada vez mais, se assumir como um observatório de segunda geração, incentivando e desenvolvendo outros projectos de carácter qualitativo. Neste sentido, e para além dos projectos realizados em anos anteriores, estão em desenvolvimento/previstos para 2005:

### **A realização dos Estudos sobre**

- “Benchmarks sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento: uma análise das políticas públicas e dos ambientes sócio culturais em Portugal e no Mundo” (designação provisória);
- “A Gestão do Conhecimento em Portugal: Práticas Institucionais (designação provisória);
- “As TIC e o Sistema Educativo” (designação provisória);
- Estudo sobre o Impacto do eU e da B-on;
- Avaliação dos web sites da Administração Pública Central;
- Avaliação dos web sites das Câmaras Municipais.

### **Um Protocolo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

Este protocolo visa convidar a comunidade científica nacional a realizar projectos de investigação orientados para o desenvolvimento da Estratégia de Lisboa em áreas como:

- Cidadania e Competências para a Sociedade da Informação;
- As TIC no Sistema de Inovação e Desenvolvimento Sustentável.

### **A participação em redes internacionais**

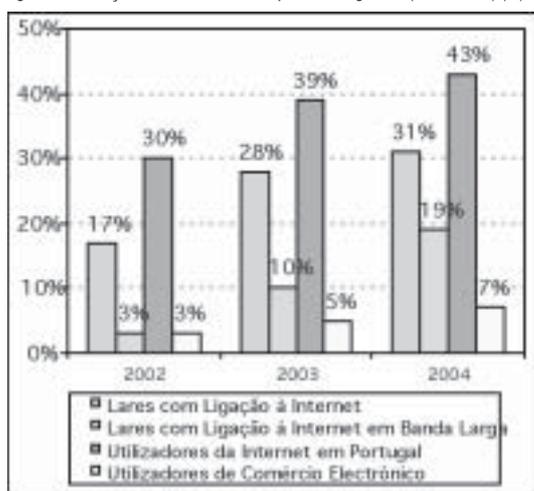
Preparação conjunta com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CIES/ISCTE) e com a Rede Ibero-americana de Ciência e Tecnologia (RICYT) de:

- 3º Seminário Ibero-americano de Indicadores para a Sociedade da Informação dedicado ao tema “Indicadores para a Sociedade da Informação: benchmarking e boas práticas”;
- Manual de Lisboa sobre indicadores e metodologias de acompanhamento da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

## **INDICADORES**

O conhecimento e monitorização dos desenvolvimentos da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal é fundamental para a reflexão e definição de políticas públicas nacionais nesta área. Neste âmbito, e tendo como ponto de partida os indicadores estruturais, apresenta-se um conjunto de indicadores sobre a evolução da Sociedade da Informação nos últimos anos em Portugal, identificando em particular o grau de penetração destas tecnologias nas principais instâncias da actividade social, designadamente: nas famílias, na Administração Pública central e local, nas escolas e nas empresas.

Figura 1. Utilização e Posse da Internet pelos Portugueses (2002-2004) (%)



Fonte: OSIC/UMIC, Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa, 2004.

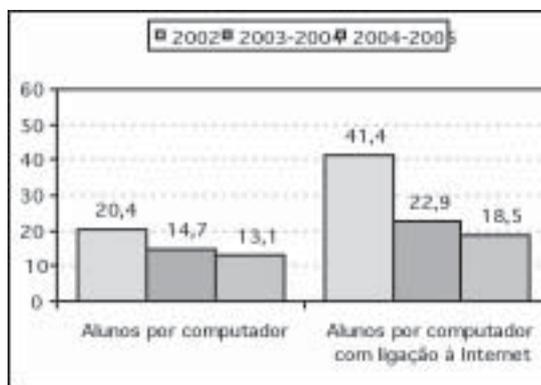
Desde 2002 que a percentagem de portugueses que utiliza a Internet tem vindo a aumentar progressivamente. Destaca-se ainda o crescimento da percentagem de lares já ligados à Internet e, principalmente, a crescente difusão da Banda Larga (regista uma Taxa Média de Crescimento Anual de 152%).

Apesar de ainda ter uma expressão reduzida, o recurso da população ao comércio electrónico revela uma clara tendência de crescimento.

Nos últimos anos lectivos, tem-se assistido a uma diminuição do número de alunos por computador, reflexo do crescente investimento em equipamento tecnológico que tem vindo a ser desenvolvido.

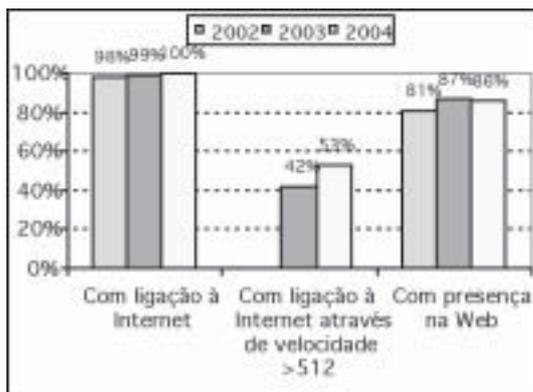
No entanto, os dados demonstram que o trabalho não está concluído, e que um largo esforço estratégico terá de continuar a ser empreendido no sentido de impulsionar definitivamente a infra-estruturação informática das escolas portuguesas.

Figura 2. Rácio Alunos por Computadores (com/sem Internet) (2002-2005)



Fonte: GIASE, Ministério da Educação, 2005.

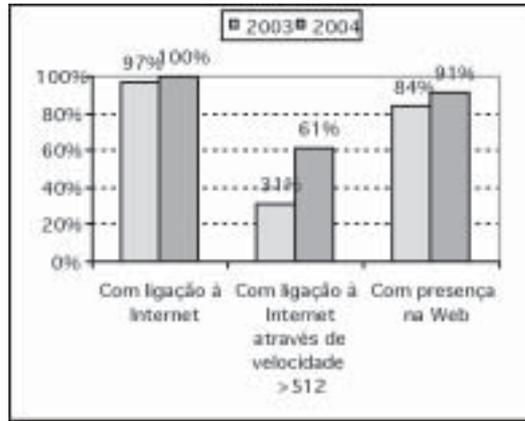
Figura 3. Penetração da Internet na Administração Pública (2002-2004)(%)



Fonte: OSIC/UMIC, Instituto de Informática do Ministério das Finanças, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central 2004.

As tecnologias da informação e da comunicação estão praticamente generalizadas na Administração Pública nacional. Em 2004, praticamente todos os organismos dispõem de ligação à Internet. Neste contexto, estão criadas as condições fundamentais para uma nova fase de modernização, que deverá passar pela disseminação da Banda Larga no sector público (em 2004, cerca de metade dos organismos da Administração Pública Central tinham ligação à Internet através de uma velocidade superior a 512 Kbps).

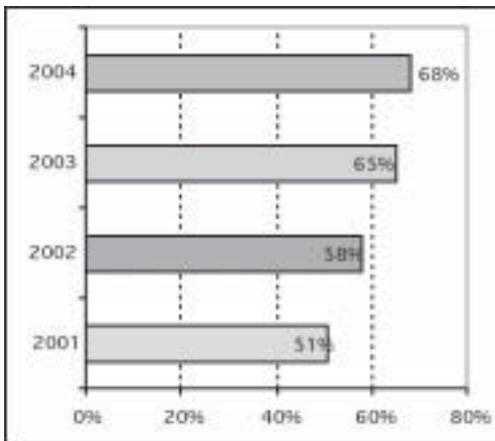
Figura 4. Penetração da Internet nas Câmaras Municipais (2003-2004) (%)



Em 2004 todas as Câmaras Municipais tinham ligação à Internet, sendo de salientar o aumento da percentagem de organismos que dispõem de ligação à Internet com velocidade superior a 512 Kbps: 31% em 2003 e 61% em 2004, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 97%.

Fonte: OSIC/UMIC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais, 2004.

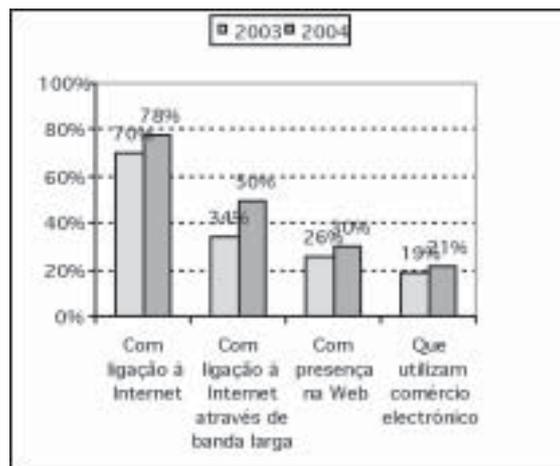
Figura 5. Serviços Públicos Básicos em linha em Portugal, Outubro de 2003 (%)



Portugal apresentava já em 2004 uma percentagem bastante razoável de serviços públicos online. Em 2005, a implementação e desenvolvimento de projectos como o Portal do Cidadão, as iniciativas de Reformulação de Processos e a *Framework* de Serviços Comuns deverão provocar um forte impulso na quantidade e qualidade dos serviços públicos disponibilizados na Internet.

Fonte: Cap Gemini, "Web-based survey on electronic public services (results of the fifth measurement: October 2004), 2005.

Figura 6. Penetração da Internet nas Empresas (2003-2004) (%)



Em 2004, a larga maioria das empresas portuguesas já possuía ligação à Internet, sendo que mais de 50% possuíam acesso em Banda Larga. O reforço da presença online do tecido económico português, aliado a uma forte dinamização do comércio electrónico, afirma-se como desafio a curto prazo.

Fonte: INE, OSIC/UMIC, Inquérito à Utilização das TIC nas Empresas, 2004.



4.15.

ORÇAMENTO DE ESTADO

E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) está desde 2004 dividido em Programas de âmbito global que representam diversos sectores e realidades nacionais e que se revestem de uma importância essencial no desenvolvimento do país. Os primeiros dois programas no exercício de 2004 dizem respeito à Sociedade da Informação e ao Governo Electrónico com mais de 380 projectos inscritos.

Dentro do Programa 001, encontram-se inscritos diversos projectos da Administração Central, que têm como objectivo promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, através da promoção da Internet em Banda Larga e do uso e acesso generalizado às tecnologias da informação, da promoção da cultura digital e da habilitação dos portugueses em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), da promoção da qualidade da democracia através participação dos cidadãos, da promoção de um sistema de saúde mais eficiente e orientado para os cidadãos, da promoção da competitividade e produtividade do tecido empresarial, promovendo consequentemente o sistema económico nacional e da promoção de conteúdos, aplicações e serviços com valor para a sociedade.

Os projectos inscritos no Programa 002 (Governo Electrónico) visam modernizar a Administração Pública, colocando-a ao serviço do cliente, fornecendo-lhe serviços públicos integrados, de qualidade e cada vez mais eficientes e transparentes. Neste contexto, o ponto-chave é a focalização no Cidadão (individual e colectivo), a partir do qual se irá re-estruturar todo o Serviço Público tendo como finalidade de actuação a criação de serviços públicos orientados para o Cidadão, a promoção de uma Administração Pública moderna e eficiente através de uma nova capacidade tecnológica, uma racionalização dos custos de comunicação, uma gestão eficiente das compras, permitir serviços públicos próximos do cidadão e promover a adesão aos serviços públicos interactivos.

Tendo presente as atribuições que lhe haviam sido confiadas, pelo diploma que a criou, a UMIC, além de ser executora de vários projectos de cariz nacional na área da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico, foi também designada a entidade responsável pela coordenação deste programa.

Em 2004 no Programa 001, foram vários os Projectos de grande importância estratégica que foram e estão a ser levados a cabo. Alguns exemplos são: "Massificação da Banda Larga" – UMIC (também inscrita em 2005); "Acessibilidade para Cidadãos com Necessidades Especiais" – UMIC; (também inscrita em 2005); "Acesso ao Ensino Superior On-Line" – MCES; "Telemedicina" – MS (também inscrito em 2005); "Portal da Cultura" – MC (também inscrito em 2005); "Biblioteca Nacional Digital" – MC (também inscrito em 2005).

Também no Programa 002 do PIDDAC/2004, foram bastantes os Projectos que pela sua importância já tinham sido delineados aquando da elaboração dos Planos de Acção do Governo Electrónico, como por exemplo: "Portal do Cidadão e Portugal.gov.pt" – UMIC (também inscrito em 2005); "Portal da Administração Pública e do Funcionário Público" – UMIC; "Portal das Autarquias" – UMIC; "Documento Único Automóvel" – MJ; "Projecto BEP – Bolsas de Emprego Público" – MF (também inscrito em 2005).

Em 2005, houve uma fusão dos anteriores dois Programa Orçamentais num só - "Programa 001 - Sociedade da Informação e Governo Electrónico", onde estão inscritas 11 Medidas (divisões específicas dentro de um Programa).

Medidas de Intervenção	Orçamento	Peso
Medida 1 - Uma Sociedade da Informação para Todos	52,340,181 €	13.51%
Medida 2 - Novas Capacidades	23,599,590 €	6.09%
Medida 3 - Serviços Públicos Orientados Para o Cidadão e A.P. Moderna e Eficiente	157,210,437 €	40.59%
Medida 4 - Novas Capacidades Tecnológicas e Racionalização de Custos de Comunicação	62,028,398 €	16.01%
Medida 5 - Gestão Eficiente de Compras	8,757,347 €	2.26%
Medida 6 - Serviços Próximos do Cidadão e Adesão aos Serviços Públicos Interactivos	25,866,214 €	6.68%
Medida 7 - Melhor Cidadania	3,972,615 €	1.03%
Medida 8 - Saúde ao Alcance de Todos	25,678,314 €	6.63%
Medida 9 - Novas Formas de Criar Valor Económico	12,191,604 €	3.15%
Medida 10 - Conteúdos Atractivos	12,232,314 €	3.16%
Medida 11 - Assistência Técnica	3,470,120 €	0.90%
	387,347,134 €	100.00%

A importância deste Programa é representada pela sua total transversalidade a todos os ministérios, que nele inscreveram projectos.

Peso de cada Ministério no Total de P001-2005		
Ministério	Montante inscrito em P001	Peso no Total de P001
EGE	169,039,533.00 €	43.64%
MFAP	98981629	25.55%
MS	24,722,014.00 €	6.38%
MSSFC	20,150,820.00 €	5.20%
MAI	13,060,992.00 €	3.37%
MICALHDR	9,740,950.00 €	2.51%
MAPF	8,377,769.00 €	2.16%
MNE	7,455,574.00 €	1.92%
MJ	6,584,038.00 €	1.70%
MC	6,483,398.00 €	1.67%
MAET	5,861,370.00 €	1.51%
MCIES	5,462,343.00 €	1.41%
ME	4,813,563.00 €	1.24%
MOPTC	3,325,547.00 €	0.86%
MDN	1,461,280.00 €	0.38%
MAOT	1,557,534.00 €	0.40%
MT	268,780.00 €	0.07%
<b>Total</b>	<b>387,347,134.00 €</b>	<b>100.00%</b>

Em termos quantitativos, esta área têm ganho importância crescente em termos de Orçamento de Estado, pelo que em 2005 foi consagrado a este Programa um total de 387.347.134 €, o que representa aproximadamente 8% de aumento relativamente ao inscrito em 2004 (358 milhões de euros nos dois Programas inscritos neste ano). Este valor significa 5,8 % do total inscrito em PIDDA/2005.

O seu orçamento encontra-se dividido entre Financiamento Nacional e Comunitário, sendo que o Nacional representa a maior parcela (221.823.865 € - 57.3% do total).

5.

# ***POS\_Conhecimento***

***PROGRAMA OPERACIONAL***

***SOCIEDADE DO CONHECIMENTO***

Novos projectos foram inscritos que, pela sua finalidade, também promoverão o desenvolvimento de Portugal nesta área. Assim, pode-se enumerar alguns, como: "Modernização da Rede Consular" – MNE; "Compras Electrónicas" – MC; "Museu Virtual de Arte Pública" – MC; Sistemas de Informação para a Gestão dos Cuidados de Saúde" – MS; "Informatização do Recenseamento Eleitoral" – MAI; "Assinaturas Electrónicas e Certificação Digital para Informação" – SGPCM;

Em termos de execução, mais do que dados financeiros são as metas e as operações realizadas que mais impacto têm e que são mais significativas.

Exemplos disso, são o Programa Nacional para as Compras Electrónicas, que já originou poupanças muito significativas em vários organismos, e que acima de tudo já transformou e reformulou o modelo organizacional das compras públicas; diversos projectos de criação de portais ministeriais que já permitiram um maior contacto entre o estado e os cidadãos, permitindo a estes um maior e melhor acesso a um vasto leque de informação (Portal da Cultura, Portal do MNE); diversos projectos de âmbito cultural que já permitem o acesso do cidadão a obras e documentos até aí inacessíveis a uma grande parte da população (Torre do Tombo on-line; Biblioteca Nacional Digital); projectos que permitem a troca rápida de informação entre diversos organismos da Administração Pública.

O Programa Operacional Sociedade da Informação (actual Programa Operacional Sociedade do Conhecimento) tem, desde 2000, contribuído de forma decisiva para o financiamento e consequente operacionalização dos projectos públicos na área da Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

Assim, com o objectivo de reforçar a capacidade financeira de investimento neste domínio, e atendendo à prioridade que a Sociedade da Informação constitui, foi decidida, em Dezembro de 2003, a afectação ao Programa de **110 milhões de euros adicionais**, originários da reserva de reprogramação do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCA III 2000-2006).

Paralelamente, os resultados da avaliação intercalar (*mid-term review*) do actual Quadro Comunitário de Apoio, e mais concretamente do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), efectuada no início de 2003, evidenciaram, no entanto, um conjunto de oportunidades de melhoramento do Programa.

Com efeito, desde a sua estruturação (na década de 90), verificaram-se alterações significativas na envolvente nacional e internacional do POSI com fortes repercussões sobre o alinhamento das medidas previstas no mesmo com a nova realidade, designadamente:

- a consubstanciação de alguns dos principais objectivos da Agenda de Lisboa em medidas de acção concretas definidas no âmbito dos Planos de Acção eEurope 2002 e eEurope 2005;
- a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, assente no acesso à informação e ao Conhecimento, para o qual contribuiu decisivamente o crescimento exponencial da Banda Larga;
- a nível nacional, a criação da UMIC, em 2002, e a publicação em Diário da República, a 12 de Agosto de 2003, dos seguintes documentos programáticos: Plano de Acção para a Sociedade da Informação, Plano de Acção para o Governo Electrónico, Iniciativa Nacional para a Banda Larga, Programa para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, Programa Nacional das Compras Electrónicas.

Este desfasamento, identificado igualmente na avaliação realizada, esteve assim na origem de um processo de negociação entre a UMIC/Gabinete de Gestão do POSI e a Comissão Europeia (DG REGIO) no sentido de proceder a uma reformulação do Programa por forma a garantir a sua melhor articulação com os objectivos estratégicos associados à nova situação nacional e internacional. A título de exemplo, a anterior versão do Programa não previa ainda a componente de apoio financeiro, através de fundos estruturais, de vários projectos e iniciativas chave, igualmente previstas no Plano de Acção eEurope 2005, em fase final de conceptualização e/ou em lançamento a nível nacional.

Assim, a 27 de Dezembro de 2004, após um longo processo negocial com a Comissão Europeia (no âmbito do qual foram igualmente discutidos e validados um conjunto de princípios orientadores, de índole estratégica e operacional, instrumentais para a implementação dos diferentes projectos), foi finalmente aprovado, pela Comissária Europeia para a Sociedade da Informação e Media, Ms Viviane Reding, o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS\_Conhecimento), resultante da reformulação do POSI, tendo igualmente sido validada a decisão, de Dezembro de 2003, de afectação ao mesmo de parte substancial da reserva de programação do actual Quadro Comunitário de Apoio.

Mantendo ainda abertos os anteriores eixos e medidas de actuação do POSI, o novo POS\_Conhecimento apostou na definição de um conjunto de cinco novos eixos alinhados com as grandes prioridades e projectos chave nacionais:

- Projectos na área da Banda Larga
- Projectos Integrados de Governo Electrónico
- Formação Integrada em TIC
- Inovação Integrada em TIC
- A Sociedade do Conhecimento no Território

Na sequência da aprovação do POS\_Conhecimento por parte da Comissão Europeia, a 25 de Janeiro de 2005, por forma a não comprometer a execução financeira dos apoios financeiros previstos até 2006 (que contaram com um reforço da dotação financeira prevista, via alocação de parte substancial da reserva de programação do QCA, para um total de 110 milhões de euros, correspondente a 216,4 milhões euros de custo total projectos), foram assinados os despachos ministeriais que aprovam os Regulamentos de Acesso a cada uma das medidas definidas, desenvolvidos pela UMIC, em articulação com o Gabinete de Gestão do Programa. Estes Regulamentos são instrumentais para a abertura formal dos canais de financiamento a novos projectos integrados nos cinco novos eixos estabelecidos.



6 .

***A UMIC EM DATAS***

#### Novembro de 2002

- Publicação em Diário da República, do Resolução de Conselho de Ministros 135/2002, de 20 de Novembro, que cria a UMIC - Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, sob a tutela do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro.

#### Dezembro de 2002

- Criação de task forces interministeriais para o desenvolvimento dos Planos de Acção e do Portal do Cidadão.

#### Janeiro de 2003

- Lançamento, em Aveiro, da iniciativa e-U – Campus Virtuais, com assinatura de protocolos com 30 parceiros do projecto e arranque do 1º piloto na Universidade de Aveiro.
- Lançamento nacional do 6º Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Investigação da União Europeia.
- Assinatura do protocolo de cooperação com a FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional), para o apoio à implementação de vários projectos.

#### Fevereiro de 2003

- Conferência internacional sobre Wireless Local Area Networks, organizada pela UMIC no Taguspark.
- No âmbito da iniciativa e-U, publicação de edital do POSI para o financiamento de 25 milhões de euros às instituições de ensino superior para equipar campus universitários com redes wireless, conteúdos e serviços.
- Segundo seminário sobre Indicadores para a Sociedade da Informação, organizado pelo OSIC/UMIC e a Red Iberoamericana de Indicadores de Ciência y Tecnología (RYCIT).
- Apresentação pública da UMIC e das suas actividades, presidida por S. Exa. o Primeiro-Ministro.

#### Março de 2003

- Assinatura do protocolo de colaboração com a ANACOM.

#### Abril de 2003

- Lançamento do site e-U ([www.e-u.pt](http://www.e-u.pt)).

#### Junho de 2003

- Apresentação pública do Plano de Acção para a Sociedade da Informação, do Plano de Acção para o Governo Electrónico e outros documentos programáticos complementares, em sessão presidida por S. Exa. o Primeiro-Ministro.

### Julho de 2003

- Apresentação pública da Iniciativa Nacional para a Banda Larga por S. Exa. o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.
- Participação portuguesa na conferência ministerial sobre Sociedade da Informação que marcou o início da presidência italiana da União Europeia.
- Definição das principais medidas e calendarização de actividades da introdução do IPv6 em Portugal.

### Agosto de 2003

- Publicação em Diário da República do Plano de Acção para a Sociedade da Informação, do Plano de Acção para o Governo Electrónico, da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, do Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e do Programa Nacional de Compras Electrónicas (Resoluções do Conselho de Ministros 107 a 111 de 2003, de 12 de Agosto, respectivamente).
- Assinatura dos protocolos com RTP, SIC e TVI para disponibilização de conteúdos legendados e em língua gestual portuguesa.

### Setembro de 2003

- Arranque dos Projectos Pilotos de Compras Electrónicas (sessão pública de assinatura dos contratos para os ministérios-piloto com a participação de S. Exas. a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro).
- Comunicação apresentada no 1º Workshop Internet@eb1s, pelo OSIC, na Escola Superior de Educação de Coimbra, com o tema: “Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação e da Comunicação: situação actual e novas perspectivas.
- 2ª reunião do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Governo Electrónico, organizada pela UMIC em Lisboa.
- Organização AIP/UMIC, do I LISF - Lisbon Information Society Fórum.

### Outubro de 2003

- Conferência no âmbito da INFORPOR, sobre “uma visão do e-gov para Portugal” com destaque para as iniciativas em curso na UMIC nesta área.

### Novembro de 2003

- Seminário “Mais Acessibilidade, Melhor Acessibilidade” que trouxe a Portugal os melhores especialistas na área da acessibilidade à Web.
- Inauguração do projecto piloto de Rede Wireless no Parque das Nações, desenvolvido pela UMIC em colaboração com a Parque Expo, com a participação de S. Exa. o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.
- Apresentação do Projecto Alarga a Tua Vida, uma iniciativa da Alcatel e da UMIC de desenvolvimento de conteúdos portugueses em banda larga.
- 1º Leilão Electrónico de aquisição conjunta de papel pelos Ministérios da Segurança Social e da Educação, com poupanças de cerca de 27%.
- O Plano de Acção para a Sociedade da Informação é o tema do 13º Congresso das Comunicações, organizado pela APDC.

### Dezembro de 2003

- Participação na primeira parte da WSIS – Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação e edição da Publicação “Treading the Path to the Knowledge Society - Patterns of ICT Diffusion in Portugal 2003” e lançamento do site [www.infosociety.gov.pt](http://www.infosociety.gov.pt).
- Reunião do Stakeholder group para a Banda Larga: mobilização de todos os agentes (mercado e reguladores) para a Iniciativa Nacional para a Banda Larga.
- Segunda Edição do Relatório de Avaliação dos Websites da Administração Pública.
- Publicação da Lei 107-B/2003, de 31 de Dezembro, relativa ao Orçamento de Estado para 2004, o qual consagra, pela primeira vez, em PIDDAC, programas específicos para a Sociedade da Informação, sob a coordenação da UMIC.

### Janeiro de 2004

- Publicação do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de Janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno.

## Fevereiro de 2004

- Semana da Internet- Portugal em Banda Larga, no âmbito da qual foi organizada uma conferência internacional com a participação do Primeiro-Ministro e do Comissário Liikanen, entre outras iniciativas.
- Publicação da Lei das Comunicações Electrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro), que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, no âmbito do processo de transposição de directivas.
- Participação portuguesa na Conferência Ministerial, UE e Países do Alargamento, sob a presidência Irlandesa da União Europeia, em Budapeste, no âmbito da qual foi analisado o progresso do Plano de Acção eEurope+ lançado em Sevilha (Junho de 2001) e apresentado na Europa o Plano de Acção para a Banda Larga, a convite do comissário Liikanen.

## Março de 2004

- Lançamento do Portal do Cidadão, em sessão pública presidida por S. Exa. o Primeiro-Ministro.
- Abertura das propostas apresentadas no concurso público internacional lançado pelo Governo, em Fevereiro de 2004, para dar acesso à Internet de Banda Larga a 9.000 escolas do ensino básico e secundário. Tratou-se de um concurso público internacional lançado pelo Ministério da Educação e FCCN e que contou com o apoio e financiamento da UMIC.

## Abril de 2004

- Apresentação pública do projecto b-on, com a presença do Primeiro-Ministro e lançamento do site [www.b-on.pt](http://www.b-on.pt), que agrega mais de 3.500 revistas científicas.
- No âmbito da iniciativa e-U, inauguração do primeiro campus universitário totalmente instalado com redes wireless e serviços on line, no Instituto Politécnico de Bragança.
- Publicação do livro "Sociedade da Informação: Uma Nova Missão para o Poder Local", no âmbito do Congresso da Associação Nacional de Municípios.

## Maio de 2004

- Semana do Comércio Electrónico, uma iniciativa da Associação do Comércio Electrónico em Portugal com o apoio da UMIC. Esta iniciativa visa potenciar o Comércio Electrónico em Portugal, através de uma forte aposta em iniciativas que promovam a confiança aliada à variedade, comodidade e poupança de tempo associada às compras através da Internet.
- Comunicação apresentada no Painel "Novas Tecnologias", 10º Congresso da Apodemo, com o tema: "A Internet através de Banda Larga como suporte da Sociedade do Conhecimento.
- Conclusão do projecto "Regional Indicators on e-Government and e-Business in Information Society Technologies (Regional IST)" em Bruxelas.
- Apresentação ao Governo de estudo-proposta sobre evolução da natureza orgânica da UMIC, realizado por uma consultora internacional independente.

#### Junho de 2004

- Primeira Experiência de Voto Electrónico Presencial em nove freguesias do país e lançamento do site com informação detalhada sobre o projecto em [www.votoelectronico.pt](http://www.votoelectronico.pt).
- Assinatura de protocolo entre UMIC e 10 Universidades para a criação do Centro de Informação Digital de Apoio aos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior.
- Assinatura de protocolo entre UMIC e Microsoft Portugal relativo ao GSP (Government Security Program) que visa permitir o acesso ao código fonte de sistemas Microsoft Windows, bem como aos técnicos de desenvolvimento, testes e suporte técnico da Microsoft na sede da empresa, por parte de entidades governamentais em Portugal.
- Primeiro leilão transversal - envolvendo vários ministérios - da segunda fase dos projectos-piloto do Programa Nacional das Compras Electrónicas.
- Arranque da iniciativa Reformulação de Processos, em reunião com os Núcleos de Acompanhamento da Reforma, organizada com a Missão para a Reforma de Administração Pública.
- Apresentação e publicação do Guia das Cidades e Regiões Digitais.

#### Julho de 2004

- Na orgânica do XVI Governo Constitucional, a UMIC passa para a tutela do Ministro de Estado e da Presidência, em articulação com o Ministro das Finanças e da Administração Pública.
- Sessão de divulgação do VI Programa Quadro para incentivar a participação de entidades portuguesas neste programa.
- Anúncio dos resultados do concurso público internacional que reforça a ligação em super banda larga das Universidades Portuguesas, através da aquisição de um cabo de cobre com 25 pares de fibra ligando os pólos de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga.
- Workshop do Observatório Sociedade da Informação e Conhecimento, subordinada ao tema "Mapear Conhecimento e Inovação em Portugal: uma proposta para um sistema de indicadores e um programa de observação".

#### Agosto de 2004

- Lançamento da Publicação "Mapear Conhecimento e Inovação em Portugal - uma proposta de indicadores e um programa de observação".
- No âmbito do protocolo de Cooperação entre a UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, abertura de duas linhas de financiamento que permitirão a concretização de um ambicioso programa de apetrechamento com computadores e software educativo a 4200 escolas do ensino pré-escolar e de um programa para a criação de espaços públicos de acesso à internet em banda larga em Bibliotecas, Ludotecas, Museus e Arquivos Municipais em todo o país.
- Primeira edição do Inquérito sobre a Utilização das TIC nas Câmaras Municipais, onde pela primeira vez se atingiu um resultado de 100 por cento de disponibilidade de Internet nas Câmaras.
- Lançamento do Concurso Público nacional para o desenvolvimento do Registo Nacional de Fornecedores (RNF), uma solução informática que tem como objectivo ser um repositório central de fornecedores do Estado, que permita optimizar o seu relacionamento com a Administração Pública.

## Setembro de 2004

- Conferência organizada pela UMIC, no Taguspark, sobre o uso do software aberto na Administração Pública.
- Participação no Forum dos Embaixadores, da API.

## Outubro de 2004

- 1º Concurso Público Electrónico para a Aquisição de Serviços – DGAI, Ministério da Justiça.
- Aprovação da linha de financiamento Inclusão Digital – Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.
- Organização conjunta com a OCDE e acolhimento, no Porto, de uma workshop internacional para a discussão de questões relacionadas com o desenvolvimento da Banda Larga nos diferentes países membros.
- Participação do especialista internacional em Governo Electrónico Andrea di Maio na reunião de trabalho para a reformulação de processos na Administração Pública, presidida pela Secretária de Estado da Administração Pública.

## Novembro de 2004

- Sessão pública de apresentação dos objectivos da UMIC para o período 2005-2006, intitulada “Renovar Compromissos, Alargar Horizontes”; sessão presidida por S. Exa. o Primeiro-Ministro.
- Conselho de Ministros que aprova um pacote de medidas relevantes para o desenvolvimento de uma Sociedade da Informação em Portugal, nomeadamente:
  - o Decreto-Lei que estabelece o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004 (diploma aprovado na generalidade, sujeito posteriormente a notificação à Comissão Europeia; findo o período de status quo sem quaisquer notas, este diploma pode ser aprovado em definitivo);
  - o Decreto-Lei que estabelece o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações electrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos, transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, alterando o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
  - o Decreto-Lei que cria a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.;
  - o Resolução do Conselho de Ministros que aprova o «Guia para as Comunicações na Administração Pública».

## Dezembro de 2004

- Primeira edição do Inquérito sobre a Utilização das TIC nos Hospitais.
- 1º leilão autárquico de aquisição de papel para mais 16 municípios, em Viseu, com uma poupança média de 12,5%.
- Aprovação pela Comissão Europeia do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – POS\_C – em Bruxelas, que veio substituir o POSI e que aumentou a dotação financeira e programática nas várias áreas da sociedade da informação e do conhecimento.
- Biblioteca do Conhecimento Online (b-on) passa a disponibilizar 16.750 revistas científicas, disponibilizadas por 16 editores internacionais.
- Lançamento dos concursos públicos de reformulação dos processos relacionados com a rede de apoio a vítimas de violência doméstica e com a bolsa de emprego.
- Reunião com a Administração da Agência Portuguesa para o Investimento no âmbito da preparação do concurso para a criação do “Dossier Electrónico da Empresa”.

## Janeiro de 2005

- Publicação, em Diário da República, do Guia para as Comunicações na Administração Pública (AP) que fixa os princípios que devem reger as comunicações na AP e do Decreto-Lei 1/2005, de 5 de Janeiro, que estabelece o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações electrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos.
- Publicação do Guia dos Pontos de Acesso à Internet em Portugal, com identificação de 2.000 postos de acesso.
- Lançamento do portal das compras – [www.compras.gov.pt](http://www.compras.gov.pt) e ponto de situação do Programa Nacional de Compras Electrónicas, em sessão pública com a presença de altos representantes da Administração Pública.
- Apresentação pública do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, presidida por S. Exa. o Ministro de Estado e da Presidência do XVI Governo Constitucional.
- Primeiro Workshop Internacional: eEurope benchmarking: indicators post-2005, em Bruxelas.
- Publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei que transforma a UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento em Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.
- Seminário “e-U / Campus Virtuais – Dois anos de actividade”, organizado em Braga, com a participação do Secretário de Estado da Ciência e do Ensino Superior do XVI Governo Constitucional, Eng. Pedro Sampaio Nunes.
- Ainda no âmbito da iniciativa e-U, assinatura dos protocolos com o Expresso (para acesso gratuito da comunidade académica à edição on line do jornal) e com a PT Wi-Fi (para acesso dos estudantes, em condições excepcionais, à rede de hot spots deste operador).
- Arranque da Iniciativa NEOTEC, para apoiar o empreendedorismo, no Porto, nas instalações da ANJE.
- 1º Concurso Público Totalmente Electrónico para a aquisição de estantes de móveis, realizado pelo IEFP – Ministério do Trabalho e da Segurança Social, com o apoio da UMIC.
- Disponibilização do Portal do Cidadão para telemóveis e PDAs.
- Promoção do Portal do Cidadão em 10 centros comerciais de todo o país.
- Protocolo com os CTT – Correios de Portugal para a criação da Caixa de Correio Electrónico Universal e parceria com o Portal do Cidadão no âmbito do Serviço de Alteração de Morada .

## Fevereiro de 2005

- Workshop sobre Comunicações na Administração Pública, no Taguspark, com presença de responsáveis da administração pública e de todos os operadores, para apresentação da nova legislação, do Guia das Comunicações e de casos de estudo de boas práticas.
- Segundo piloto de voto electrónico nas Legislativas 2005, tendo sido realizadas experiências de mobilidade e acesso a cidadãos com necessidades especiais e primeira experiência de voto electrónico não presencial.
- Apresentação do projecto “Escolas Navegadoras”, com a presença da Ministra da Educação, numa das primeiras 3 escolas piloto, em Avelar.
- Publicação do Catálogo de Soluções Nacionais para a Administração Pública, uma iniciativa da ANETIE e da UMIC tendo em vista a apresentação sistematizada de soluções específicas para a Administração Pública disponibilizadas por empresas nacionais de tecnologias de informação e electrónica.
- Apresentação pública do sítio [www.neotec.pt](http://www.neotec.pt).
- Entrada em funcionamento da plataforma de suporte da Base de Dados Nacional de Ajudas Técnicas.
- Workshop sobre Políticas de Segurança, para as entidades públicas da Estratégia Nacional de Segurança da Informação.
- Acções de formação no Instituto Nacional de Administração sobre a ferramenta de edição do Portal do Cidadão a mais de 250 quadros da Administração Pública, fornecedores de conteúdos do Portal.
- Lançamento do concursos públicos de reformulação dos processos relacionado com a criação da empresa e do concurso público para a disponibilização de uma plataforma de serviços comuns à Administração Pública (autenticação, pagamentos, orquestração de processos e segurança).

## Março de 2005

- Assinatura de protocolo de cooperação com os organismos da Administração Pública da Hungria com responsabilidades na área da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico, representados pelo Secretário de Estado de Informática e Comunicação do Governo da República da Hungria.
- Apresentação pública do sítio institucional e documental do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento – [www.osic.unic.gov.pt](http://www.osic.unic.gov.pt).
- 1º seminário Europaper Digital, dedicado às Compras Públicas Electrónicas, co-organizado pela FIL e pela UMIC.
- Disponibilização do site [www.cidadesdigitais.pt](http://www.cidadesdigitais.pt).
- Publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei 68/2005 que altera o regime de construção, gestão e acesso a infra-estruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas.
- Lançamento, em conjunto com a Agência de Inovação, das iniciativas OTIC – Oficinas de Transferência de Tecnologia e Conhecimento e Centros de Excelência.

## Abril de 2005

- I Feira das Capacidades, no âmbito da qual é posta no ar, pela primeira vez, uma emissão de rádio para surdos em língua gestual portuguesa.
- Projecto das Compras Electrónicas distinguido no Prémio de Boas Práticas na Administração Pública – Deloitte/Diário Económico.

## Maio de 2005

- Relatório sobre a Presença na Internet das Câmaras Municipais.
- Apresentação do Portal Rede Solidária e da plataforma de gestão de conteúdos que serve de porta de entrada a cerca de 250 instituições de e para pessoas com deficiência ou em risco de exclusão.

7.

# ***FICHAS DE PROYECTO***



## **1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

- 1.1. Banda Larga nas Escolas
- 1.2. B-on (Biblioteca do Conhecimento on-Line)
- 1.3. Rede de Fibra Óptica
- 1.4. e-U (Campus Virtuais)
- 1.5. Redes Comunitárias
- 1.6. Mapa das Vias Digitais
- 1.7. Rede Aberta Wi-Fi
- 1.8. Pontos de Acesso Público à Internet
- 1.9. Protocolo com Associação Nacional de Municípios
- 1.10. Escolas Navegadoras
- 1.11. Cidadãos com Necessidades Especiais
- 1.12. Sistema Nacional de Certificação em TIC
- 1.13. Portal da Formação em TIC
- 1.14. Bolsas para a Sociedade da Informação e Governo Electrónico
- 1.15. Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação

## **2. GOVERNO ELECTRÓNICO**

- 2.1. Voto Electrónico
- 2.2. Programa Nacional de Compras Electrónicas
- 2.3. Portal do Cidadão
- 2.4. Reformulação de Processos
- 2.5. Cidades e Regiões Digitais
- 2.6. Caixa de Correio Universal
- 2.7. Arquitectura Tecnológica (Interoperabilidade e Comunicações), infra-estrutura de Segurança Digital e Políticas de Software
- 2.8. Racionalização de Custos de Comunicações

## **3. INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO**

- 3.1. OTIC – Oficinas de Transferência de Conhecimento e de Tecnologia
- 3.2. Centros de Excelência
- 3.3. NEOTEC

## **4. MONITORIZAÇÃO E FINANCIAMENTOS**

- 4.1. OSIC (Responsabilidades e Projectos)
- 4.2. Coordenação do Programa P001 – “Sociedade da Informação e Governo Electrónico” / PIDDAC
- 4.3. Programa Operacional Sociedade do Conhecimento
- 4.4. Grupo de Trabalho UMTS



# 1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

## 1.1. BANDA LARGA NAS ESCOLAS

Objectivo e Descrição
<p>No âmbito da Iniciativa Nacional para a Banda Larga (RCM 109/2003, de 12 de Agosto), pretende-se que, até final de 2005, todas as escolas públicas do ensino básico e secundário tenham acesso à Internet através das tecnologias de Banda Larga.</p> <p>Para este efeito, em Fevereiro de 2004, foi lançado pelo Governo Português, através da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e do Ministério da Educação (MEd), por iniciativa da UMIC e com o seu apoio institucional e técnico, um concurso público internacional para o fornecimento de serviços de voz e de acesso à Internet em banda larga a um universo de cerca de 9.000 escolas públicas, englobando as escolas do ensino básico e secundário.</p> <p>Esta iniciativa pretendeu assegurar a todos os alunos e professores do ensino básico, independentemente da sua localização geográfica, o acesso à Internet em Banda Larga, bem como a um vasto conjunto de recursos educacionais e formativos, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino.</p> <p>Foi o primeiro exemplo nacional de agregação de procura pública na área das telecomunicações, permitindo a obtenção de benefícios ao nível do binómio preço/qualidade dos serviços contratados através de um reforço da posição negocial do Estado enquanto cliente de serviços de telecomunicações, via aumento do volume a contratar. Adicionalmente, o formato definido para o concurso (regionalizado) assegurou, pela primeira vez, condições efectivas de possibilidade de concorrência por parte de todos os agentes de mercado – única forma de garantir o crescimento sustentado de todo o mercado nacional de telecomunicações. À data, estão “migradas” 4168 escolas.</p>

Ponto de Situação	
<p><b>Realizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Definição das especificações técnicas, económicas e jurídicas de caderno de encargos e programa de concurso: <ul style="list-style-type: none"> <li>MEd – Fornecedor da listagem das escolas a ligar e definição base de necessidades;</li> <li>FCCN – Definição da solução técnica;</li> <li>UMIC – Definição de regiões (concurso regionalizado), definição das condições económicas do concurso; definição das metas temporais de cobertura mínima por região;</li> <li>UMIC/FCCN – Revisão de cláusulas jurídicas elaboradas por entidade externa contratada para este efeito;</li> </ul> </li> <li>Lançamento do concurso em Fevereiro 2004 (concurso público internacional). Entidades adjudicantes – MEd, FCCN;</li> <li>Avaliação de respostas dos concorrentes (membros do júri do concurso: representantes da UMIC, FCCN e MEd);</li> <li>Processo de adjudicação (condicionado por processo e providência cautelar interposta por concorrente excluído por incumprimento dos termos do caderno de encargos/programa do concurso. Processo de adjudicação após decisão final do Tribunal Administrativo ter sido favorável a entidades adjudicantes);</li> <li>Assinatura de contrato com concorrente vencedor em Outubro de 2004;</li> <li>Agosto de 2004, edição e envio do “Guião da Migração das Escolas do 1º CEB para Tecnologias de Banda Larga”, por parte da UMIC, para todas as Câmaras Municipais do país, responsáveis pela gestão das escolas públicas do 1º CEB.</li> </ul>	<p><b>A Realizar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em curso: Migração / Instalação de equipamento nas escolas abrangidas (processo operacional desenhado e liderado pela FCCN; ponto de situação relativo a nº e tipo de escolas ligadas em: <a href="https://escolas.internet.gov.pt">https://escolas.internet.gov.pt</a>);</li> <li>Em curso: serviço de helpdesk às escolas.</li> </ul>

#### Factores Críticos de Sucesso

Processo de migração mais lento do que inicialmente previsto.

Questões chave: mobilização das escolas / autarquias para envio de informação necessária ao início de processo de instalação e respectivo agendamento; identificação de responsáveis/interlocutores chave em cada escola para acompanhamento do processo de instalação; agendamento de data de instalação; local de instalação (adequação da cablagem interna dos edifícios para garantia de acesso à solução nos locais pretendidos dentro da escola) .

Participação pro-activa do Ministério da Educação e das Autarquias na mobilização das escolas durante a fase de instalação é fundamental para a aceleração do ritmo de migração.

#### Impacto

Resultados encorajadores em termos de resposta do mercado ao concurso (5 operadores) e de poupanças de custos estimadas (cerca de 35% nas comunicações de voz; solução de banda larga com preço similar a preço da anterior solução RDIS), mas inferior no caso das escolas com mais horas de utilização em RDIS.

Exemplo de agregação de procura alavancado para iniciativas análogas desenvolvidas e em fase de desenvolvimento p.ex. em outros Ministérios, Governo Regional Açores, Autarquias da região do Alentejo, etc..., bem como para o desenvolvimento do Decreto-Lei 1/2005 (que estabelece o regime para a compra de serviços de comunicações pela AP).

Adicionalmente, quando totalmente finalizado, este projecto permitirá:

1. Assegurar a todos os alunos e professores do ensino básico, independentemente da sua localização geográfica, o acesso à Internet em Banda Larga, bem como a um vasto conjunto de recursos educacionais e formativos.
2. Contribuir para uma mais rápida e eficaz interacção entre os órgãos de gestão de cada escola e entre estes e os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.
3. Facilitar o estabelecimento de comunidades virtuais e de redes colaborativas, permitindo a troca de informação e o intercâmbio técnico, educativo e cultural entre escolas, entre professores e entre alunos.
4. Promover e difundir a Sociedade da Informação e do Conhecimento e fomentar novos métodos de trabalho e de aprendizagem nas camadas mais jovens da população.

## 1.2. B-ON (BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ON-LINE)

#### Objectivo e Descrição

Promover o acesso electrónico às principais fontes internacionais de conhecimento: acesso a um vasto número de publicações electrónicas por parte das entidades do sistema científico e académico nacional;

Racionalizar os custos, através de uma negociação global com as Editoras de publicações científicas;

Garantir o acesso alargado das instituições de ensino e investigação a conteúdos científicos, promovendo a capacidade nacional de investigação e construindo uma verdadeira rede do conhecimento;

Dinamizar e estimular a comunidade para o consumo e produção de conteúdos científicos contribuindo assim para melhorar o sistema científico nacional como pilar essencial na construção da Sociedade do Conhecimento;

Consolidar o consórcio nacional e o sentido de cooperação entre as entidades do sistema científico nacional.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <p>Inquirido a todas as entidades académicas e científicas para análise dos custos de subscrição de revistas científicas.</p> <p>“Benchmarking” internacional de bibliotecas digitais.</p> <p>Definição do “modelo de negócio”, diálogo com a comunidade de potenciais aderentes e viabilização do financiamento público, nacional e comunitário para a iniciativa.</p> <p>Criação da marca e do conceito.</p> <p>Escolha da tecnologia de pesquisa a disponibilizar no portal agregador.</p> <p>Lançada em Março e inaugurada em Abril de 2004, com 3500 revistas de seis editores, a b-on permite hoje o acesso online integral (texto completo) a mais de 16750 publicações electrónicas de editoras de referência internacional nas principais áreas de investigação científica.</p> <p>A lista de editoras/bases de dados actualmente contratadas é:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elsevier</li> <li>• Springer</li> <li>• IEEE</li> <li>• SAGE</li> <li>• Wiley</li> <li>• Taylor &amp; Francis</li> <li>• Annual Reviews</li> <li>• Association Computing Machinery</li> <li>• Institute of Physics</li> <li>• American Institute of Physics</li> <li>• Royal Society of Chemistry</li> <li>• American Chemical Society</li> <li>• American Mathematical Society</li> <li>• Society for Industrial and Applied Mathematical</li> <li>• Zentralblat</li> <li>• Academic Search Premier + Business Source Premier</li> </ul> <p>Um outro aspecto, também muito importante, ao qual foi alocado algum esforço, é a inclusão de conteúdos gratuitos. Foi realizado um estudo, em colaboração com as instituições aderentes, para avaliar a pertinência de cada um deles. Isto constitui mais um conjunto importante de recursos de informação, que neste momento estão incluídos na b-on.</p> <p>Já aderiram à b-on 63 instituições, entre Universidades, Laboratórios de I&amp;D e Institutos Politécnicos, organizações da Administração Pública e 6 Hospitais.</p> <p>Até Maio de 2005 foram contabilizados mais de 3 milhões de downloads. Apesar de esta iniciativa ser muito recente, estes números revelam uma enorme utilização da b-on por parte da comunidade científica, quando comparados com os correspondentes em outros países, como a Espanha, a França e a Grécia. É de notar que Portugal tem já uma taxa de utilização superior à Espanha, estando já bastante próxima da França e da Grécia, referindo-se que a Grécia já constituiu o seu consórcio em 1999.</p> <p>Protocolo com a FCCN para gestão técnica e administrativa do projecto.</p> <p>Foi também feita a integração dos conteúdos contratados com o Web of Knowledge.</p> <p>Foi realizada uma campanha de divulgação da b-on e realizado um estudo qualitativo junto da população-alvo.</p> <p>Foi realizado um roadshow pelo país para promover e fomentar a utilização do b-on.</p>	<p>A Realizar</p> <p>Consolidação do serviço Help Desk aos utilizadores no sentido de prestar um serviço de qualidade à Comunidade aderente.</p> <p>Conclusão da constituição formal de um consórcio de gestão da b-on;</p> <p>Integração de novos conteúdos (artigos, teses de mestrado e doutoramento, actas de conferências, etc.), incluindo conteúdos em língua portuguesa. Neste ponto inclui-se também a inserção de uma panóplia de conteúdos gratuitos.</p> <p>Colaboração na iniciativa Open Access e outras que contribuam para o enriquecimento da b-on. Muitas destas iniciativas serão desenvolvidas em forte colaboração com as instituições aderentes e outras entidades, tais como a Biblioteca Nacional e a Fundação para a Ciência e Tecnologia.</p> <p>Integração da nova versão do motor de busca (Metalib).</p> <p>Formação e disseminação junto da comunidade aderente.</p> <p>Estabilizar o modelo de financiamento e numa base pluri-anual.</p> <p>Reavaliação do modelo de repartição de custos entre as instituições aderentes.</p> <p>Avaliação do impacto da b-on na comunidade académica e científica.</p>

#### Factores Críticos de Sucesso

A b-on já pode ser considerada uma iniciativa estável, mas é necessário para a sustentabilidade do projecto:

- Estabilizar o modelo de financiamento, numa base pluri-anual;
- Reavaliar o modelo de repartição de custos entre as instituições aderentes;
- Concluir a constituição de um consórcio de gestão da b-on.

#### Impacto

Pilar fundamental na construção da Sociedade do Conhecimento.

Racionalização do investimento em conteúdos científicos: significa ter mais conteúdos disponíveis à comunidade por menos dinheiro.

A comunidade académica e científica considera já a b-on um instrumento de trabalho indispensável.

### 1.3. REDE DE FIBRA ÓPTICA

#### Objectivo e Descrição

As redes de investigação e de ensino (NREN – National Research and Education Networks) começaram a consolidar-se na Europa desde meados dos anos 80 e existem em todos os países da União Europeia e na maioria dos outros países europeus. Estas redes têm representado um enorme contributo para a concretização de algumas linhas de acção decididas na Cimeira de Lisboa e são um dos principais instrumentos de consolidação do Espaço Europeu de Investigação. As redes de investigação e de ensino estão interligadas, através da rede Internet mais avançada do mundo na sua classe, a rede GÉANT ([www.geant.net](http://www.geant.net)). Espera-se que no final de 2005, a rede pan-europeia que liga as redes de investigação e de ensino europeias possa ter um backbone a funcionar a velocidades de 40 Gbps.

A Rede Ensino e Investigação gerida pela FCCN assentava no aluguer de circuitos aos operadores de telecomunicações, sendo a taxa de transmissão máxima de 200 Mbps, e para tornar esta rede compatível com o que de melhor se faz na Europa, decidiu-se recorrer à tecnologia de fibra óptica, à semelhança de muitas das suas congéneres Europeias.

No âmbito da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, a UMIC deu o seu apoio formal a esta alteração de paradigma e viabilizou o investimento realizado pela FCCN, estimado, numa primeira fase, em cerca de 4 milhões de euros.

Assim, numa primeira fase vai ser possível interligar as Universidades situadas no eixo Lisboa – Braga, a uma velocidade de 10 Gbps. O investimento estimado para esta primeira fase é de 4 milhões de Euros.

O objectivo central deste projecto é conseguir que a Rede Ensino e Investigação esteja ao nível das redes de investigação e de ensino mais avançadas da Europa, fornecendo aos nossos investigadores e à comunidade de ensino superior uma rede Internet muito avançada e de banda muito larga, 10 Gbps no backbone e 2 Gbps nos acessos locais. Deste modo, a Rede Ensino e Investigação é um forte contributo na implementação da Iniciativa Nacional para a Banda Larga.

#### Ponto de Situação

##### Realizado

Lançado um concurso público internacional em 23 de Abril de 2004 para adquirir um cabo de fibra óptica de longa distância que, através da adição de lacetes locais de acesso, permita interligar um conjunto de Universidades portuguesas.

Como resultado do concurso, foi assinado o contrato de adjudicação com a entidade vencedora, a REFER Telecom e instalado o respectivo cabo. Nesta fase serão interligadas as cidades de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga.

Trabalhos com vista a implementação dos acessos locais para ligar as Universidades ao de fibra óptica de longa distância estão em fase muito avançada, estando já alguns concluídos.

Foi lançada uma consulta pública a solicitar propostas para adquirir equipamento para iluminar o cabo de fibra óptica e também para os routers, estando esse equipamento instalado e a funcionar. Já há 4 Universidades a utilizar esta infra-estrutura.

Financiamento do projecto aprovado pelo POSC, com o parecer favorável da UMIC.

##### A Realizar

Concluir a implementação dos acessos locais para interligar as Universidades ao cabo de fibra óptica de longa distância.

Implementação dos modelos de gestão e operação da rede.

Expansão da infra-estrutura de fibra óptica para outras instituições no país, onde tal se justifique.

**Factores Críticos de Sucesso**

Sustentabilidade de investimentos futuros para alargamento da rede de fibra a mais instituições, nomeadamente as situadas no interior.

Aproveitamento das regras de acesso a condutas criadas pelo DL 68/2005, de 18 de Março.

Sustentabilidade de investimentos futuros para alargamento da rede de fibra a mais instituições, nomeadamente as situadas no interior do país.

**Impacto**

Hiper aumento da largura de banda (ex. Universidade do Porto multiplicou por 25 e passou de 80 Mb para 20 Gbps) disponível às instituições a custos muito mais reduzidos comparado com o que o mercado oferece e possibilidade de utilizar a infra-estrutura para realizar projectos de investigação com requisitos exigentes e também projectos de I&D ao nível da transmissão óptica.

**1.4. e - U (CAMPUS VIRTUAIS)****Objectivo e Descrição**

O objectivo da iniciativa está assente em cinco vectores de actuação:

Criação de serviços universitários "on-line", produção e partilha de conteúdos académicos, criação de comunidades do Ensino Superior, colocação online dos processos internos da universidade.

Massificação da utilização de computadores portáteis ("um para cada", aluno/professor);

Fomentar o acesso à Internet (e Intranet) fora e dentro da universidade, em banda larga.

Criação da maior rede sem fios (Wireless Lan) mundial de acesso ao conhecimento.

Configuração da infra-estrutura para permitir a mobilidade entre os vários campus aos utilizadores registados, fornecendo-lhes o serviço de conectividade em banda larga a partir de qualquer instituição aderente.

**Ponto de Situação****Ponto Situação Candidaturas e-U**

- o Candidaturas apresentadas: 76
- o Candidaturas aprovadas e com Termos de Aceitação Assinados: 70
- o Candidaturas reprovadas: 6
- o Candidaturas aprovadas que não resultaram em projectos: 4

**Abrangência do projecto**

Candidataram-se à iniciativa e-U:

- o 32 universidades,
- o 25 politécnicos e
- o 21 escolas de ensino superior.

Esta adesão ao projecto permite cobrir mais de 95% da população do ensino superior português.

Valores de investimento atribuídos

Valor global dos contratos: 30.778.888,45 euros

Montante apresentado: 13.171.872,21 euros

Montante aprovado para pagamento: 9.271.267,48 euros

Ponto de Situação (detalhe)	
<p><b>Realizado</b></p> <p>Ferramentas de divulgação</p> <p>O site <a href="http://www.e-u.pt">www.e-u.pt</a> serve para divulgar o projecto e oferta dos parceiros. Este site teve durante o ano de 2004 uma média de 2700 page views diários que corresponderam a 220000 visitantes. Existe ainda um email de contacto (<a href="mailto:info@e-u.pt">info@e-u.pt</a>) onde foram recebidas cerca de 1500 mensagens em dois anos (ver caixa "oferta comercial e-U para utilizadores finais").</p> <p>Ferramentas de gestão</p> <p>Foi criada no início de 2005 uma ferramenta de acompanhamento e gestão do projecto online acessível em <a href="http://gestao.e-u.pt">gestao.e-u.pt</a>. Este site permite obter toda a informação sobre a evolução dos projectos e permite às instituições accionarem os pedidos de verificação de conformidade das redes sem fios, plataforma de conteúdos, conformidade com regras de acessibilidade e realizar os pedidos de pagamento referentes ao financiamento do seu projecto.</p> <p>Tarefas em Curso</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Concursos de software com Microsoft e Sun de apoio às instituições e alunos para promover novas ferramentas e tecnologias de comunicação online</li> <li>o Redefinição do modelo de dinamização do e-U: incentivos à utilização por estudantes e professores; Campanha de Regresso às Aulas;</li> <li>o Reavaliação da Oferta e-U</li> </ul> <p>Instituições com projectos de rede sem fios concluídos:</p> <p>Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing            IP Guarda            IP Bragança            IP Leiria            IP Lisboa            Univ. Aveiro            Univ. Católica Portuguesa            Univ. Coimbra            Univ. Minho            Univ. Porto            Univ. Lusófona            Univ. Técnica de Lisboa</p> <p>Em fase avançada de instalação e testes:</p> <p>IP Coimbra            IP Porto            IP Viana do Castelo            Univ. Beira Interior            Univ. Évora            Univ. Fernando Pessoa            Univ. Lisboa            Univ. Lusíada            Univ. Madeira            Univ. Nova de Lisboa            Univ. Algarve            Univ. Independente            Univ. Internacional            ESE de Paula Frassinetti            ISCTE</p> <p>** Dados recolhidos a partir da informação prestada por 21 instituições no site de gestão em Março de 2005</p>	<p><b>A realizar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Verificação e inauguração de redes sem fios do e-U</li> <li>o Difusão de boas práticas: edição de publicação e-U</li> <li>o Lançamento de um prémio de Boas Práticas e-U</li> <li>o Finalização e difusão das conclusões dos grupos de trabalho de conteúdos</li> <li>o Promoção da utilização de TI nas universidades</li> <li>o Promoção da utilização banda larga a partir de casa</li> </ul>

## Factores Críticos de Sucesso

A forte aposta no início de 2003 numa tecnologia emergente mostrou o empenho e liderança no desenvolvimento de um conceito de infra-estrutura para o ensino superior que foi correspondida pelos actores no universo académico e no mercado. O amadurecimento da tecnologia Wi-Fi permitiu encontrar no mercado diversos fornecedores com quem foi possível interagir de modo a construir uma solução que respondesse aos desejos do conceito inicial de Campus Virtual.

O arranque da iniciativa e-U junto das instituições académicas, com o apoio directo à elaboração de candidaturas através de pré-projectos e reuniões de esclarecimento permitiu que todas as Universidades e Politécnicos apresentassem candidatura. A elevada taxa de aprovação dos projectos é o resultado deste acompanhamento directo.

A originalidade do projecto e o seu pioneirismo a nível nacional e internacional e a dimensão do projecto (envolve praticamente todo o ensino superior português) permitiu captar o interesse de grandes empresas mundiais. Este interesse resultou num investimento directo no projecto concedendo descontos de aquisição do equipamento e software chegando nalguns casos aos 80% sobre o preço normal.

As empresas aliaram-se ao projecto e apostaram nele de modo a demonstrar as potencialidades da tecnologia de comunicações sem fios e os novos contextos de ensino recorrendo às tecnologias de informação. Os requisitos do projecto Português permitiram aos parceiros tecnológicos desenvolver e testar novas funcionalidades nos seus equipamentos que lhes abriu novos mercados.

A adesão maciça por parte das instituições permitiu que o projecto e-U, em 2003, estivesse a construir a maior rede académica sem fios do mundo. Sendo o principal responsável pela criação de utilizadores com tecnologia Wi-Fi, o e-U permitiu o aparecimento do mercado de operadores de comunicações de redes locais via rádio (RL-R). A este nível tem-se estudado formas de interligação entre a infra-estrutura do e-U e a dos operadores comerciais, havendo já ofertas especiais para o acesso nos hotspots destas empresas por parte de utilizadores e-U.

A construção desta rede com uma abrangência nacional criou a oportunidade de interligar os vários campus, efectivamente criando, do ponto de vista do utilizador, uma única rede integrada que facilita a mobilidade. Deste modo, foi desenvolvido um modelo que permite aos utilizadores de uma instituição ligarem-se noutra qualquer sem necessitarem de reconfigurar os seus equipamentos. As instituições com rede e-U já implementada usufruem já desta funcionalidade tendo-se registado desde 24 de Setembro 2004 quase 19.000 autenticações com sucesso.

A campanha de comunicação do projecto foi essencial para criar nos utilizadores finais (alunos e professores) a apetência pelo projecto, levando à criação de alguma pressão sobre as instituições de modo a concretizarem os seus projectos. No Verão de 2003 foram recebidos várias mensagens de correio electrónico de candidatos ao ensino superior a questionar se a instituição para a qual tinha concorrido iria ter disponível o projecto e-U.

Para se garantir o sucesso completo desta iniciativa, importa intensificar o marketing da mesma ("below the line") em cada uma das escolas (o "regresso às aulas", no ano lectivo 2005/2006, é uma excelente oportunidade, uma vez que a esmagadora maioria das redes sem fios e serviços estarão já disponíveis) e monitorizar a disponibilização online dos serviços e conteúdos de cada uma das instituições beneficiárias.

## Oferta comercial e-U para utilizadores finais

Com o objectivo de massificar o acesso a computadores portáteis por parte de alunos e professores foi lançado um programa de divulgação do projecto juntamente com ofertas comerciais especiais de acesso aos equipamentos.

A oferta mantém-se disponível mas o diferencial entre a oferta normal e a oferta e-U tem-se vindo a reduzir. O projecto e-U terá contribuído para uma maior dinamização do mercado de oferta académica mas neste momento deve equacionar outra abordagem para melhorar as suas condições. O contexto das telecomunicações em Portugal levou a que dois dos fornecedores de pacotes com condições especiais de acesso à internet em Banda Larga retirassem a sua oferta, seguindo a sua estratégia de oferta normal no mercado português. A banca continua a ser o sector que tem contribuído para o projecto e-U oferecendo taxas de juro significativamente mais baixas do que o normal para o mesmo tipo de produto. Alguns fabricantes mantêm ofertas e-U com destaque. Existe uma movimentação constante por parte de outros fabricantes para entrar no programa. Este interesse poderá ser usado para negociar mais e melhores contrapartidas para os utilizadores.

### Divulgação

Foi construído um site de divulgação do projecto disponível em [www.e-u.pt](http://www.e-u.pt). Este site apresenta o projecto aos utilizadores, com informação sobre os vários projectos em curso nas instituições de ensino e agrega toda a oferta comercial e-U. Alguns dados sobre o site:

- o 81 000 page views mensais;
- o 220 000 visitantes individuais em 2004;
- o 35 parceiros com produtos no site;
- o 99 produtos disponíveis.

## Impacto do projecto

A iniciativa e-U tem sido projectada como caso de estudo internacional. A ideia de base do projecto foi exportada, estudada e adaptada no Governo Regional da Catalunha, em França ([www.delegation.internet.gouv.fr/mipe/](http://www.delegation.internet.gouv.fr/mipe/)) e, mais recentemente, foi um dos temas de discussão com os responsáveis do Governo Húngaro para esta área.

Referências internacionais:

*Christian Morales, Vice President and General Manager of Intel EMEA*

*“e-U has been one of the most innovative initiatives, on a worldwide level, that has been driven by a government, to promote the use of technology into academia and is improving the flexibility and quality of learning among Portuguese universities. Intel recognizes the importance of promoting the use of information and communication technology (ICT) in and for education and encourage UMIC to maintain their innovative spirit in order to accelerate the growth of the Information Society in Portugal”*

*Steve Ballmer, CEO Microsoft Corp.*

*“One of the most interesting projects that we are involved with is the Portuguese Virtual Campus. This is a very innovative project that acts as a seed to develop new competences in several society areas, from the younger to the older, and with impact in the short and long term.”*

*Robert Lloyd, President EMEA Operations, Cisco Systems*

*“Cisco considers Portugal’s e-U initiative a landmark international reference. By bringing the broadband world to the current and future generations of Portugal we believe that e-U will have a tremendous impact on the quality of education in Portugal. The successful roll-out of e-U, over a short timeframe, across such a large number of universities is very impressive, as is the project’s scale relative to the size of Portugal. This initiative demonstrates what foresight and engagement at the highest government levels can achieve. e-U has become a role model for the rest of Europe”*

*Economist Intelligence Unit:*

*“Accessing EU funds: best practice from around the EU”, Mar. 2005*

*“UMIC focused on creating sufficient genuine demand for the virtual campus network to ensure its immediate viability – and to create a broader impact over the long term. Co-operate closely with IT companies on its own terms, leveraging the strengths of both public and private sectors to achieve better far better results than either could have achieved alone.”*

O impacto do e-U ao nível dos utilizadores

A nível de utilizadores o impacto do e-U tem-se sentido sobretudo nas instituições com cursos mais próximos das tecnologias de informação e nas instituições que já disponibilizam a rede sem fios. A reunião de dados estatísticos pode ser feita instituição a instituição embora se esteja a estudar um formato de recolha e análise agregada a nível nacional automática. Entre as instituições que regularmente publicam os seus dados estatísticos existem já 18369 utilizadores registados. A evolução dos utilizadores segue um padrão de crescimento semelhante nas várias instituições com rede sem fios certificada.

## 1.5. REDES COMUNITÁRIAS

### Objectivo e Descrição

A maioria das zonas geográficas mais remotas e/ou desfavorecidas apresenta fortes limitações no acesso à Internet em de Banda Larga, resultado da sua reduzida atractividade comercial para os agentes do mercado face aos significativos investimentos iniciais necessários à sua correcta infra-estruturação. De acordo com um estudo conjunto UMIC/ANACOM, no final de 2003, mais de 67% do território nacional apresenta taxas de cobertura por este tipo de infra-estruturas inferiores a 10%. Apenas 7% do território registava coberturas superiores a 70%. Inclusivamente em áreas geográficas onde já são actualmente disponibilizados serviços de banda larga, verifica-se frequentemente ser a infra-estrutura existente e correspondente largura de banda insuficiente para permitir suprir as necessidades dos agentes económicos aí instalados.

O Projecto Redes Comunitárias pretende estimular a criação de redes comunitárias de Banda Larga em concelhos desfavorecidos, interligando as suas freguesias, seja através de investimento público directo, seja através da partilha de infra-estruturas de domínio público e do estabelecimento de parcerias publico-privadas com agentes do mercado.

Incluído num vasto movimento de iniciativas semelhantes actualmente em curso em vários países europeus (ex. Irlanda, Alemanha, Espanha, França, Finlândia, etc.), este projecto pretende contribuir para o desenvolvimento económico e social das regiões actualmente info-excluídas.

Projectos como este, que têm contado com a forte oposição dos operadores históricos dos diferentes países, têm vindo a surgir um pouco por toda a Europa na sequência de uma alteração de fundo na política base da Comissão Europeia no sentido de permitir, pela primeira vez, aos Governos dos diferentes Estados Membros da UE a utilização de fundos estruturais para o desenvolvimento de infra-estruturas de comunicações em áreas rurais e remotas.

Para além de reforçar o potencial de captação de investimento das regiões abrangidas, a disponibilização de acesso em Banda Larga, a preços atractivos, à generalidade da população e às entidades públicas e privadas torna-se ainda um veículo indutor do conhecimento, valorização profissional e de coesão social.

O acesso às infra-estruturas desenvolvidas será aberto a todos os operadores e prestadores de serviços em condições atractivas e não discriminatórias, em resultado da intervenção do Estado. Espera-se igualmente uma descida dos preços praticados aos clientes finais, em resultado do aumento da concorrência nessas zonas.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Definição do modelo a adoptar no desenvolvimento/construção da infra-estrutura e na fase de operação da mesma, com vista a assegurar a sua sustentabilidade e a sua total adequação aos objectivos definidos para o projecto e à legislação aplicável em vigor (Modelo definido: Open Access Network);</li> <li>Assinatura de protocolo com definição de primeiro projecto piloto: Castelo de Paiva;</li> <li>Lançamento de primeiro convite à manifestação de interesse por parte de Concelhos / Regiões interessadas no desenvolvimento de projectos de Redes Comunitárias no seu território. Recepção e análise de respostas;</li> <li>Na sequência do mid-term review do QCA III, reformulação do Plano Operacional Sociedade da Informação (POSI) em negociação com Comissão Europeia, com: abertura de canal de financiamento (FEDER) para este tipo de projectos; discussão e validação do modelo operacional das infra-estruturas a desenvolver/construir;</li> <li>Desenvolvimento e publicação de Regulamento (por Despacho de 25 de Janeiro de 2005 do Ministro de Estado e da Presidência do XVI Governo) para acesso à medida/canal de financiamento aberto;</li> <li>Dossier para lançamento do projecto terminado em Janeiro de 2005. Dada a sua importância estratégica, foi decidido não lançar o projecto em Janeiro/Fevereiro, considerando fase de Governo de Gestão.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento de Edital “Redes Comunitárias”, para início da fase de implementação dos projectos.</li> </ul>

Decisões Políticas/ Factores Críticos de Sucesso
<p>Projecto crítico para o crescimento sustentado da economia nacional no longo prazo, complexo e com vários pontos sensíveis (escolha de regiões a abranger, articulação com infra-estruturas já existentes e detidas por operadores privados, questões associadas a direito da concorrência e regulação do sector, potenciais interesses e/ou resistência por parte de operadores e/ou outras entidades relevantes, coordenação entre Estado e mercado).</p> <p>Assim, para a eficaz e correcta implementação do projectos será essencial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Rápida validação do conceito, lançamento do Edital e estabilização da estrutura operacional para acompanhamento da fase de implementação dos projectos;</li> <li>Liderança/ “empowerment” político e capacidade de articulação inter-ministerial e com Administração Local;</li> <li>Mobilização dos vários agentes chave para o projecto;</li> <li>Eficaz gestão de parcerias / compatibilização entre os interesses dos vários agentes privados envolvidos (fornecedores de equipamento, operadores, etc), assim como de todos estes com o interesse público.</li> </ul> <p>É um projecto estruturante, interrelacionado e crítico para o sucesso de vários outros projectos em curso, designadamente projectos de índole territorial (ex. Cidades e Regiões Digitais, captação de Investimento Directo Estrangeiro, etc.). Adicionalmente, dado o seu objecto (construção e desenvolvimento de infra-estruturas), é um projecto com um horizonte de implementação alargado (procedimentos, prazos, etc.) com efeitos visíveis somente a médio ou longo-prazo.</p> <p>Pelas razões anteriormente expostas, e considerando a aproximação do final do actual QCA, está-se, neste momento, no actual contexto nacional e comunitário, perante uma janela de oportunidade única e irrepetível, cujo aproveitamento dependerá directamente do célere lançamento do Edital respectivo para permitir iniciar fase de implementação dos projectos.</p>

Impacto
<p>Contribuição relevante para eliminação do “Digital Divide” e reforço da coesão territorial (especialmente em projectos desenvolvimento da Sociedade da Informação com spill over effects potenciais para o desenvolvimento económico e social dos Concelhos/Regiões abrangidos); aumento do potencial de captação de investimento e fixação/desenvolvimento de competências TIC em áreas do interior do país; etc.</p> <p>Articulação directa com restantes projectos da Iniciativa Nacional para a Banda Larga na área das infra-estruturas de Banda Larga: Intervenção Legislativa Banda Larga e Mapa das Vias Digitais.</p>

## CONSTRUÇÃO E ACESSO A INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES BANDA LARGA

### Objectivo e Descrição

O desenvolvimento de infra-estruturas de rede de domínio público (ex. rede viária, água e saneamento, etc) preparadas de base para a colocação/co-instalação de infra-estruturas de telecomunicações e a possibilidade de acesso às mesmas por parte dos agentes de mercado é unanimemente identificado como um dos factores mais decisivos para um maior desenvolvimento da banda larga, ao permitir reduzir substancialmente o nível de investimento inicial necessário à sua implementação, ao mesmo tempo que garante a sua total adequação às necessidades do mercado.

Esta medida, nas suas duas vertentes:

- obrigatoriedade de construção de infra-estruturas públicas preparadas de base (com condutas, postes, caixas de visita, etc.) para a posterior colocação de infra-estruturas de telecomunicações por parte dos agentes de mercado;
- garantia de acesso, em condições transparentes e não discriminatórias, a essas infra-estruturas de domínio público por parte de todos os agentes de mercado que pretendam investir na colocação nas mesmas das suas infra-estruturas de telecomunicações;

é fortemente desejável, uma vez que permite maximizar o aproveitamento das fortes sinergias existentes entre estes dois tipos de investimento, promovendo desta forma a optimização da aplicação dos recursos públicos e a sua eficiência económica, ao mesmo tempo que minimiza os impactos ambientais e o nível do desconforto de cidadãos e entidades motivados pela repetida realização de trabalhos de obras num mesmo local.

Este tipo de medidas, previstas no Plano de Acção eEurope2005, já se encontram implementadas, com resultados positivos ao nível da massificação da banda larga, em alguns Estados Membros.

Em Portugal, é uma das intervenções legislativas previstas na Iniciativa Nacional para a Banda Larga.

A Lei das Comunicações Electrónicas (lei n.º5/2004 de 10 de Fevereiro) dá um primeiro passo nesse sentido nos seus art.ºs 24º a 26º, nos quais são apresentados os princípios genéricos relativos a direitos de passagem e acesso a condutas de domínio público por parte dos agentes de mercado.

No que se refere especificamente às condutas detidas por operadores licenciados, a ANACOM encontra-se presentemente a desenvolver regulamentação específica nesse campo, designadamente no que se refere à oferta de acesso às condutas da concessionária do Serviço Universal de comunicações – a PT Comunicações.

No entanto, em todos os restantes casos, designadamente no caso de obras públicas lançadas por entidades não sujeitas à tutela da ANACOM, não existia, à data, qualquer tipo de regulamentação que permitisse uma abordagem comum integrada a estas questões (designadamente à construção e acesso a condutas e caixas de visita), o que se traduz em práticas e procedimentos não harmonizados, definidos individualmente, de forma conjuntural, por parte das diferentes entidades públicas responsáveis pelos mesmos. Consequentemente, várias obras estão a ser terminadas sem esta componente chave, designadamente no interior do país.

A alteração já a curto-prazo desta situação revela-se tão mais urgente quanto está ainda prevista a realização de várias obras públicas relevantes com avultados investimentos públicos nacionais e comunitários, durante a segunda metade do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), potencialmente o último com enfoque significativo no financiamento de infra-estruturas básicas.

### Ponto de Situação

#### Realizado

- Diploma promulgado a 28 Fevereiro 2005 e publicado a 15 de Março 2005 (Decreto-Lei n.º 68/2005 de 15 de Março)
- Trabalho conjunto e partilha de know-how UMIC com congéneres de outros Estados-Membros UE actualmente em fase de desenvolvimento de processo análogo de intervenção legislativa (ex. França e Espanha)

#### A Realizar

- Criação de task-force operacional transversal, liderada pela UMIC e constituída por todas as entidades públicas relevantes, para efeitos de aplicação do diploma. Objectivo: célere e efectiva implementação prática dos princípios e medidas constantes do diploma, incluindo partilha de know-how e melhores práticas (considerando diferentes estádios de aplicação dos princípios estabelecidos por parte de diferentes entidades), articulação/coordenação na aplicação do diploma, criação de sinergias que permitam acelerar processo de implementação
- Apoio técnico a entidades públicas no desenvolvimento dos respectivos cadastros de infra-estruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas, conforme disposto no artigo 5º do supramencionado diploma (VER IGUALMENTE FICHA PROJECTO MAPA DAS VIAS DIGITAIS)
- Processo de divulgação/publicitação do diploma legislação a partes potencialmente interessadas / afectadas pelo mesmo
- Análise da possibilidade/pertinência de extensão dos princípios e medidas constantes do diploma para a Administração Local

**Factores Críticos de Sucesso**

Medida estruturante de significativo interesse público.

Aplicação urgente, dada a janela de oportunidade QCA III e os seus impactos expectáveis sobre o desenvolvimento sustentável do mercado e consequentemente sobre a possibilidade de massificação da banda larga. Complexa e de carácter transversal, a sua efectiva implementação prática, afectando vários Ministérios, várias entidades públicas e privadas (com interesses fortemente conflitantes), poderá, no entanto, ser morosa e complexa.

Assim, é essencial:

- continuidade do esforço de articulação das entidades públicas envolvidas (criação task-force);
- divulgação do diploma.

Medida complementar relevante:

Processo obrigatório de constituição e manutenção de cadastro de infra-estruturas por parte das entidades públicas relevantes poderá ser passível de co-financiamento até 75% na sequência do processo de renegociação / reformulação do Programa Operacional Sociedade da Informação, reduzindo assim substancialmente o encargo financeiro decorrente desta obrigação para as entidades públicas visadas (VER IGUALMENTE FICHA PROJECTO MAPA DAS VIAS DIGITAIS).

**Impacto**

Contribuição para a eliminação de incerteza legal e de práticas diferenciadas no acesso a infra-estruturas básicas essenciais instaladas sobre domínio público do Estado; Eliminação de uma das principais barreiras ao desenvolvimento sustentado do mercado das comunicações electrónicas em território nacional; Criação de condições base para redução das assimetrias regionais no respeitante à dotação do território com infra-estruturas de banda larga.

Articulação directa com restantes projectos INBL na área das infra-estruturas de Banda Larga: Redes Comunitárias e Mapa das Vias Digitais.

**1.6. MAPA DAS VIAS DIGITAIS****Objectivo e Descrição**

O “Mapa das Vias Digitais” pretende desenvolver uma identificação detalhada, rigorosa e isenta das infra-estruturas de comunicações electrónicas existentes no território nacional, tal como já acontece actualmente para todos os restantes tipos de infra-estrutura de rede (estradas, redes de abastecimento de água e saneamento, rede eléctrica, etc.). Este tipo de informação é não só importante para efeitos de Regulação, como também para uma implementação mais célere e eficaz de projectos de índole Regional na área da Sociedade da Informação.

Este projecto, constante da Iniciativa Nacional para a Banda Larga e do protocolo de cooperação UMIC/ANACOM anexo à mesma, assenta numa coordenação de esforços para a qual é essencial a colaboração de todos os agentes envolvidos – ANACOM, UMIC, operadores e outras entidades detentoras e/ou administradoras de infra-estruturas passíveis de utilização para o alojamento de redes e/ou para a prestação de serviços de comunicações electrónicas.

Na vertente de redes de comunicações electrónicas de operadores licenciados, este processo está a ser desenvolvido, desde Fevereiro de 2004, pela ANACOM, que enquanto Regulador do sector é a entidade com efectiva legitimidade e poder para solicitar a informação necessária aos operadores licenciados.

Na vertente de infra-estruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas (e entidades não licenciadas enquanto operadores / prestadores de serviços de telecomunicações), este processo está a ser coordenado pela UMIC.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de trabalho, no âmbito do Grupo de Acção para a Banda Larga, com interlocutores relevantes para projecto (Dezembro 2003 e Fevereiro 2004. Actas de reunião e lista de presenças em: <a href="http://www.internet.gov.pt/inbl/grupo_acciao_bl.asp">http://www.internet.gov.pt/inbl/grupo_acciao_bl.asp</a> )</li> <li>• Reuniões bilaterais ANACOM / Operadores licenciados para identificação de requisitos do sistema/aplicação SIG e BD a implementar pelo Regulador</li> <li>• Na sequência do mid-term review do QCA III e da consequente reformulação do Plano Operacional Sociedade da Informação (POSI) negociado com a Comissão Europeia: abertura de canal de financiamento (FEDER) para este tipo de projectos a desenvolver pelas entidades públicas relevantes</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento de procedimento de aquisição de plataforma SIG por parte da ANACOM para armazenamento do Mapa das Vias Digitais, na vertente redes de comunicações electrónicas de operadores licenciados</li> <li>• Desenvolvimento e lançamento de Edital para abertura de concurso que permita às entidades publicas relevantes (Reguladores e/ou entidades administradoras de infra-estruturas construídas sob domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações electrónicas) recorrer a co-financiamento para procederem ao cadastro de infra-estruturas.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Processo lento e complexo, sendo que não existe actualmente em Portugal qualquer cadastro completo e/ou actualizado sobre as infra-estruturas de comunicação existentes em Portugal.</p> <p>Projecto neste momento a ser fortemente recomendado pela Comissão Europeia (DG Information Society) aos vários Estados-Membros.</p> <p>No caso nacional, tem-se verificado, desde o início do processo em 2003, um défice ao nível da colaboração, por parte de alguns operadores, no fornecimento da informação solicitada no âmbito das reuniões do Grupo de Acção já realizadas.</p> <p>Necessário reforçar apoio político e operacional ao projecto por forma a garantir a sua continuidade.</p>

Impacto
<p>Contribuição para identificar falhas de mercado, designadamente zonas de inexistência ou deficit de infra-estruturas; Reforço de informação relevante para efeitos de Regulação de infra-estruturas e para correcta implementação de projectos de índole local ou regional com enfoque tecnológico.</p> <p>Articulação directa com restantes projectos INBL na área das infra-estruturas de Banda Larga: Redes Comunitárias e Intervenção Legislativa Banda Larga</p>

## 1.7. REDE ABERTA WI-FI

Objectivo e Descrição
<p>Promoção da integração e interoperabilidade entre as diferentes WLANs públicas/Hotspots existentes, desenvolvendo uma rede aberta que permita a qualquer utilizador final, através do seu prestador de serviços, o acesso a todas as WLANs públicas/Hotspots existentes em qualquer parte do território nacional.</p> <p>A prossecução deste objectivo assenta nas seguintes iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão, em conjunto com o mercado, de uma solução que assegure, de forma eficaz, o roaming entre as diferentes WLANs públicas/Hotspots nacionais (ex. pela criação de uma entidade agregadora que assegure a prestação de serviços de interoperabilidade a todos os agentes presentes neste mercado).</li> <li>• Fomento, em áreas públicas com elevado potencial de mercado, de modelos de partilha de infra-estruturas, garantindo o acesso à infra-estrutura em condições não discriminatórias por parte de todos os agentes de mercado, eliminando barreiras à entrada e facilitando assim a concorrência na prestação de serviços ao utilizador final (ex. Projecto Zona Wireless Parque das Nações, promovido pela UMIC em conjunto com a Parque Expo 98, S.A.). Este modelo de operação pretende igualmente funcionar enquanto teste de conceito e implementação ao modelo a desenvolver no projecto Redes Comunitárias.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Zona Wireless Parque das Nações totalmente operacional desde Novembro 2003. Fase de teste com acesso gratuito para utilizadores finais até final de Maio de 2004. Abertura da solução ao mercado realizada em Junho de 2004. Actualmente 2 operadores encontram-se já a prestar serviço sobre a infra-estrutura nas condições acordadas. Cerca de 3 operadores ponderam igualmente a entrada na solução.</li> <li>Roaming nacional WiFi: Terminado identificação e estudo de potenciais opções/soluções para roaming nacional WLAN/Hotspots. Realizado primeiro round de discussão com agentes do mercado sobre soluções estudadas. Identificados pontos de convergência e divergência. Identificada solução a implementar.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Continuação do processo de acompanhamento do projecto Parque das Nações</li> <li>Roaming nacional em “stand by” até maior consolidação do mercado WiFi em Portugal, atendendo ao ainda reduzido número de prestadores de serviço e a um movimento de associação voluntário a que se tem vindo a assistir no mercado. Solução unanimemente considerada desnecessária no actual momento por todos os agentes envolvidos.</li> <li>Em fase de conclusão: estudo de viabilidade de disponibilização de serviço WiFi comercial através da rede sem fios montada nas instituições de ensino superior na iniciativa e-U.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Acompanhamento do projecto WiFi na Parque Expo num contexto de passagem da gestão de toda a área do Parque das Nações para as autarquias de Lisboa e Loures, por forma a garantir que essa transição de gestão e património não põe em causa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A continuidade do projecto;</li> <li>O seu modelo de funcionamento assente numa rede aberta, de forma transparente e não discriminatória, a todos os operadores interessados na prestação de serviço aos seus utilizadores finais na área abrangida.</li> </ul>

Impacto
<p>O projecto no Parque das Nações serviu como prova de conceito / teste não apenas a elementos da componente técnica do projecto, mas igualmente a vários aspectos chave do respectivo plano de negócio.</p> <p>A disponibilização de acesso gratuito durante 6 meses permitiu incentivar a criação de utilizadores equipados com Wi-Fi, uma tecnologia emergente na altura de concretização do projecto. Aliado ao projecto e-U, projecto crucial para facilitar o surgimento de operadores de comunicações de redes locais via rádio em Portugal.</p> <p>A disponibilização do serviço na zona do Parque das Nações, para além de servir como montra de funcionalidades tecnológicas num modelo de rede aberta a considerar no desenvolvimento urbano permitiu também o teste e a divulgação de uma tecnologia de banda larga alternativa emergente.</p> <p>Finalmente, o aspecto mais relevante deste projecto foi demonstrar a exequibilidade de soluções técnicas baseadas na partilha de um mesmo espaço por vários operadores usando uma mesma e única infra-estrutura de comunicações, segundo um modelo Open Access Network.</p>

## 1.8. PONTOS DE ACESSO PÚBLICO À INTERNET

Objectivo e Descrição
<p>Apoio à disseminação de Pontos Banda Larga</p> <p>Esta iniciativa para além de cumprir objectivos de coesão social, permite ainda o acesso à Internet de forma conveniente a todos aqueles que por qualquer motivo não o têm, seja por falta de terminais, quer seja por falta de ligação/acesso.</p> <p>Os Pontos Banda Larga envolvem a criação de pontos de acesso à Internet em espaços públicos, contribuindo assim para a familiarização dos cidadãos com o uso das tecnologias de informação e comunicação, especialmente, com a Internet de Banda Larga.</p> <p>Estes projectos obedecem aos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que os terminais sejam instalados em locais de grande visibilidade e de fácil acesso pelas populações;</li> <li>Disponibilizar um mínimo de 2 Pontos de Banda Larga com acesso à Internet através de terminais apropriados às condições físicas dos locais;</li> <li>Funcionar em horários alargados de abertura ao público;</li> <li>Prever o acesso gratuito a alguns conteúdos de natureza pública (ex: Portal do Cidadão);</li> <li>Assegurar o cumprimento de normas de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais.</li> </ul> <p>Guia dos Pontos Públicos de Acesso à Internet</p> <p>O objectivo primordial desta iniciativa é a promoção e a divulgação da Internet junto da população, mais concretamente dinamizar a afluência dos Cidadãos aos pontos de acesso à internet.</p> <p>Consistiu na produção anual de um guia que agregue todos os pontos públicos de acesso à Internet existentes no país. Neste guia, para todos os pontos públicos de acesso estão enumerados detalhes como designação e morada, horário de funcionamento, etc, organizados por Distrito/Freguesia.</p>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do “Edital Pontos Banda Larga”</li> <li>• Aprovação de financiamento para a criação de 550 pontos banda larga no âmbito do referido Edital</li> <li>• Recenseamento dos Pontos Públicos de Acesso à Internet e publicação do respectivo Guia</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em curso: Acompanhamento da implementação dos projectos de criação de Pontos Banda Larga aprovados</li> <li>• Edição 2005/2006 do Guia dos Pontos de Acesso à Internet em Portugal</li> <li>• Disponibilização da informação nele contida através das redes móveis</li> </ul>

Impacto
<p>No âmbito do Edital Pontos Banda Larga foi aprovado o financiamento para a criação de 550 novos pontos banda larga.</p> <p>No final de 2004, foram recenseados 2640 pontos de acesso à Internet em todo o país, o que assegura os objectivos fixados na Iniciativa Nacional para a Banda Larga.</p>

## 1.9. PROTOCOLO COM ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Objectivo e Descrição
<p>Protocolo de colaboração entre a UMIC e a ANMP celebrado em Fevereiro 2004, abrangendo os seguintes domínios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Rede de Acesso Banda Larga no Ensino Básico;</li> <li>Apetrechamento das Escolas do Ensino Pré-escolar;</li> <li>Rede de Acesso Ciência e Ensino Superior;</li> <li>Programa de Bibliotecas Públicas Municipais, Ludotecas, Museus Municipais e Arquivos Municipais;</li> <li>Redes Comunitárias de Banda Larga;</li> <li>Agregação de procura local de banda larga;</li> <li>Banda Larga dentro de Casa;</li> <li>Programa de formação em TIC para quadros da ANMP, dos Municípios, Associações de Municípios, Áreas Metropolitanas, Comunidades Intermunicipais, Freguesias, Professores e Educadores.</li> </ol> <p>O protocolo enumera as principais prioridades de colaboração UMIC/ANMP no domínio da Sociedade da Informação e, mais concretamente, nos vários projectos em curso nesta área.</p>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição, em conjunto com a ANMP, uma primeira proposta de concretização de dois projectos (apetrechamento do ensino pré-escolar, bibliotecas públicas municipais e museus municipais).</li> <li>• Lançamento do “Edital Programa de Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet em Bibliotecas Públicas Municipais, Ludotecas, Museus Municipais e Arquivos Municipais”.</li> <li>• Lançamento do “Edital Apetrechamento das Escolas do Ensino Pré-escolar”.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em curso: fase de recepção, análise/aprovação de candidaturas aos Editais “Programa de Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet em Bibliotecas Públicas Municipais, Ludotecas, Museus Municipais e Arquivos Municipais” e “Apetrechamento das Escolas do Ensino Pré-escolar” e implementação pelos municípios dos respectivos projectos após aprovação.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Necessário reforço do envolvimento/participação da ANMP na implementação do disposto no protocolo assinado.</p>

Impacto
<p>Recebidas 104 candidaturas no âmbito do Edital Programa de Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet em Bibliotecas Públicas Municipais, Ludotecas, Museus Municipais e Arquivos Municipais;</p> <p>Recebidas 88 candidaturas no âmbito do Edital Apetrechamento das Escolas do Ensino Pré-escolar.</p>

## 1.10. ESCOLAS NAVEGADORAS

Objectivo e Descrição
<p>O principal objectivo desta iniciativa é a criação de um novo conceito de acesso e de partilha de conhecimento nas escolas, de forma a contribuir para o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem nos diferentes níveis de ensino e para o estabelecimento de novas parcerias educativas locais.</p> <p>Este projecto está assim estruturado em 3 grandes áreas de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas Infra-estruturas - Disponibilização de módulos móveis que circulam no interior da escola, levando a conectividade junto dos alunos (armários específicos onde computadores portáteis estão acondicionados e que integram o acesso à rede sem fios);</li> <li>• Novas formas de construção de conhecimento - Integração das novas tecnologias nos métodos de ensino - aprendizagem de diferentes disciplinas recorrendo, para além do computador, a interfaces avançados como quadros interactivos. Introdução de novos terminais no processo criativo dos alunos, tais como scanners e máquinas fotográficas digitais. Procura de novas formas de interacção pedagógica em contexto de sala de aula, promovendo a aprendizagem cooperativa, auto-regulada, e redes de comunicação mais alargadas, em busca da adaptação da Escola à sociedade e às suas formas de construir o conhecimento, produzir e desenvolver-se;</li> <li>• Novas capacidades e competências em rede - Formação TIC aos professores com métricas de impacto de forma a garantir que a infra-estrutura e os conteúdos existentes serão utilizados diariamente como ferramentas para o aumento da qualidade da aprendizagem e para induzir um efeito mobilizador na comunidade (“filhos trazem os pais para o mundo da Internet”).</li> </ul> <p>O projecto Escolas Navegadoras tem previsto o seguinte enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Público Alvo: escolha de 150 escolas mediante concurso;</li> <li>• Produto / Serviço: baseado em cinco níveis: Conectividade sem fios, equipamento, serviços e aplicações, conteúdos e utilizadores</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de 3 pilotos dos diferentes graus de ensino: Escola EB1 e Escola EB23 de Avelar, Escola Secundária de Arouca.</li> <li>• Criação do regulamento e do Edital</li> <li>• Disponibilização dos meios financeiros no âmbito do POSC (cerca de 20 milhões de euros)</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação do Edital</li> <li>• Definição do júri/painel de avaliação da iniciativa</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Validação do conceito por parte dos ministérios envolvidos</li> <li>• Decisão da data de lançamento do Edital</li> </ul>

Impacto
<p>Impacto na forma de aprendizagem dos estudantes, novas competências dos professores</p>

## 1.11. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

### Objectivo e Descrição

Aprovado em Conselho de Ministros (RCM n.º 110/2003, de 12 de Agosto), trata-se de um programa com a duração de 3 anos (Janeiro 2003 a Dezembro de 2005) que tem os seguintes objectivos específicos:

- 1) Apoiar o desenvolvimento de novos produtos, conteúdos e serviços que possam beneficiar a qualidade de vida dos cidadãos com necessidades especiais;
- 2) Incentivar a utilização das tecnologias da sociedade da informação por parte dos cidadãos com necessidades especiais e das suas organizações;
- 3) Minimizar as barreiras digitais criadas na concepção de conteúdos digitais e de interfaces de software e hardware. São objecto de particular atenção os conteúdos disponibilizados na Internet pela Administração Pública; a documentação e o software utilizado no trabalho; as aplicações multimédia para fins educativos; as interfaces das comunicações móveis de terceira geração e da televisão digital terrestre;
- 4) Melhorar o sistema de informação e atribuição de ajudas técnicas;
- 5) Reforçar os recursos humanos e materiais de apoio, nomeadamente nos ambientes hospitalares e escolares;
- 6) Fomentar a partilha de conhecimento especializado e de experiências entre profissionais e pessoas com necessidades especiais;
- 7) Introduzir conhecimentos de acessibilidade e tecnologias de apoio na formação de profissionais de tecnologias de informação, reabilitação e educação.

Estão neste momento vários projectos em curso, entre os quais se destacam: Linha de Financiamento Inclusão Digital; Rede Solidária; Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sítio Web do Programa Acesso <a href="http://www.acesso.unic.pcm.gov.pt">www.acesso.unic.pcm.gov.pt</a></li> <li>Contrato Público de concessão que obriga as estações SIC e TVI a emitir no mínimo 5 horas/semana em Língua Gestual Portuguesa, e 10 horas/semana com Teletexto.</li> <li>Produção de 2 instrumentos de auxílio à implementação das Directrizes de Acessibilidade do W3C na AP: "Kit ACESSO/UMIC para profissionais Web" e "Anexo ao Caderno de Encargos: Acessibilidade Web para Cidadãos com Necessidades Especiais".</li> <li>HelpDesk e Consultoria sobre Acessibilidade para a AP.</li> <li>Tradução e concepção do "Currículo das Directrizes de Acessibilidade do Conteúdo da Web 1.0" disponível em: <a href="http://www.acesso.unic.pcm.gov.pt/wai/wai.htm">http://www.acesso.unic.pcm.gov.pt/wai/wai.htm</a></li> <li>Concepção do Kit Acesso com conteúdos de Apoios Educativos e Comunicação.</li> <li>Rede Solidária (presença grátis na net das ONGs) – ampliação, upgrade para banda larga e concepção do gestor de conteúdos (actualmente 250 pontos de acesso).</li> <li>Disponibilização ao SNRIPD da plataforma para suporte on-line do Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas em <a href="http://www.ajudastecnicas.gov.pt">www.ajudastecnicas.gov.pt</a>.</li> <li>Introdução de funcionalidades para CNEs na Lei das Comunicações.</li> <li>Criação de uma Comissão Técnica sobre acessibilidade com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)/Instituto de Informática/Ministério da Educação/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).</li> <li>Aprovação de 60 projectos, perfazendo o total de 25.000.117,00 (do total de 147 candidaturas recebidas) no âmbito da Linha de Financiamento Inclusão Digital – Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (criada pela Portaria nº 1354/2004), o qual é parte integrante do Plano de Acção Sociedade da Informação</li> <li>Assinatura de protocolo entre a UMIC e 10 Universidades com o objectivo de criar um centro de informação digital para alunos com deficiência e suporte aos actuais centros de avaliação e apoio; início de contactos com as ESE (Escolas Superiores de Educação) para criação de salas de avaliação e introdução de Ajudas Técnicas nas acções curriculares dos professores.</li> <li>Em 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, a UMIC acompanhou, em conjunto com a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), que coordenou em Portugal a iniciativa da Comissão Europeia e do Fórum Europeu da Deficiência, o Autocarro do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, tendo sido distribuído o Kit ACESSO para profissionais de Reabilitação e agentes educativos.</li> <li>O Programa ACESSO tornou-se membro do Conselho Editorial do Magazine semanal CONSIGO sobre a área da deficiência no canal A DOIS.</li> <li>Organização das Jornadas SIDAR "Mais acessibilidade, Melhor acessibilidade", com a presença e peritos do W3C e que contou com cerca de 300 participantes; uma acção de formação para as universidades-pivots do projecto Campos Virtuais (e-U); duas acções de formação (2003) no INA para profissionais da AP para as quais foi concebido o Manual "Acessibilidade aos Sítios Web da AP" (online no sítio web do Programa Acesso).</li> <li>No final de 2003 PT Comunicações introduziu sintetizador de voz Português/Europeu em leitores de ecrã para cegos e em software de controlo de ambiente e comunicadores.</li> <li>Em Março 2004 a Fundação Vodafone introduziu nas escolas 400 leitores de ecrã com sintetizador em Português Europeu.</li> <li>Introdução de um segundo sintetizador em Português Europeu nos telemóveis e Portais de Voz (projecto aprovado pela Inclusão Digital). Na área dos telemóveis foi já introduzido no mercado a síntese de fala.</li> <li>Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Europeia no seio do grupo de peritos eAccessibility. Participação como membro na Rede de Centros de Excelência EDeAN (European Design for All e-Accessibility Network <a href="http://www.eaccessibility.org">www.eaccessibility.org</a>).</li> <li>Introdução nos planos eGov do espaço Ibero-americano do cumprimento pela AP das Directrizes de Acessibilidade do W3C.</li> <li>Abril de 2005: Lançamento do Portal da Rede Solidária <a href="http://www.redesolidaria.org.pt">www.redesolidaria.org.pt</a>.</li> <li>7 Abril 2005: Primeira emissão de rádio para surdos em língua gestual portuguesa (na TSF).</li> </ul>	<p>A realizar</p> <p>Salientam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Formação às ONG pertencentes à Rede Solidária, no manuseio do CMS.</li> <li>Concurso para Webdesigners estudantes de escolas profissionais de multimédia.</li> <li>Workshop liderado pelo W3C – WAI/TIES – Training, Implementation, Education, Support</li> </ul>

#### Factores Críticos de Sucesso

Re-análise da situação actual de financiamento dos projectos à luz das contrapartidas UMTS assumidas pelos operadores de telecomunicações móveis na fase de atribuição das respectivas licenças.

#### Impacto

- Impacto ao nível da produção de conteúdos digitais (Web, televisão, rádio) e nas formas de comunicar. Concepção de informação digital na AP de acordo com directrizes de Design for All, com impacto directo ao nível da inclusão laboral, educacional, lazer;
- Impacto ao nível da modernização/reestruturação/criação dos serviços de apoio (apoio à educação, à formação profissional, à reabilitação, à avaliação e diagnóstico) existentes em Portugal para a área das pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência e idosas);
- Impacto ao nível das ajudas técnicas: catálogo nacional de ajudas técnicas; criação de ajudas técnicas resultado de investigação nacional; reformulação do sistema de prescrição e financiamento de ajudas técnicas.

## 1.12. SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO EM TIC

#### Objectivo e Descrição

O Sistema Nacional de Certificação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (SNCTIC) pretende ser um instrumento de reconhecimento formal de competências de utilização das TIC, que terá um efeito indutor na aquisição de formação.

O sistema será composto por três níveis de certificação sequenciais (básico, intermédio e avançado) que atendem às condições de partida de cada cidadão e acompanham a evolução de competências adquiridas em contextos formais ou não formais.

O SNCTIC responde aos seguintes objectivos:

1. Massificar a aquisição de competências TIC pela indução da procura de formação TIC, apresentando-a a) aos cidadãos como mais-valia para a empregabilidade e factor de info-inclusão; b) e às empresas e organismos públicos como factor potenciador da produtividade e competitividade;
2. Induzir a oferta de formação TIC e valorizá-la pela associação a níveis de certificação reconhecidos;
3. Valorizar a certificação de competências de utilização das TIC, por via da harmonização dos diversos instrumentos de certificação hoje existentes;
4. Permitir que os cidadãos, as entidades empregadoras e as entidades formadoras procedam mais facilmente ao diagnóstico das competências já adquiridas e à identificação de competências em falta, de modo a identificar novas áreas de formação;
5. Facultar aos órgãos de decisão política a informação necessária para a promoção de novas iniciativas orientadas para a generalização e o desenvolvimento de competências em TIC.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de benchmark nacional e internacional de sistemas de certificação em TIC, das políticas nacionais e europeias para o desenvolvimento de competências em TIC e da oferta pública e privada de certificações neste domínio a nível nacional e internacional;</li> <li>Elaboração de diagnóstico relativo aos Portugueses e a utilização da TIC, que veio a evidenciar a necessidade de criação de um sistema desta natureza;</li> <li>Mobilização dos actores públicos e privados neste domínio através da realização de reuniões exploratórias que permitiram aferir da sensibilidade e experiências destas entidades em sistemas semelhantes;</li> <li>Em linha com o benchmark realizado, foram definidos três níveis de certificação a adoptar – básico, intermédio e avançado;</li> <li>Elaboração de draft dos referenciais para os três níveis de certificação;</li> <li>Relativamente ao modelo de funcionamento do sistema foi definido o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> <li>Competências e características funcionais da entidade gestora do sistema</li> <li>Modelo de acreditação de entidades certificadoras</li> <li>Possíveis modelos de financiamento, assim como projecção financeira para avaliação de viabilidade e auto-sustentabilidade do sistema.</li> </ul> </li> <li>Definição de plano/draft para adopção generalizada do sistema através de acções em parceria, dirigidas a públicos-alvo específicos e previamente identificados;</li> <li>Elaboração de documento estratégico de apresentação do SNC TIC contendo todos os elementos anteriormente mencionados;</li> <li>Elaboração de proposta de decreto-lei para implementação do sistema.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção da entidade gestora do sistema;</li> <li>Constituição de entidade de supervisão/reguladora com elementos das instituições relevantes (IQF; IEFP; UMIC; etc);</li> <li>Definição do quadro de financiamento inicial do sistema;</li> <li>Discussão e aprovação da proposta de referenciais de certificação;</li> <li>Operacionalização e massificação do sistema de certificação.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento e adopção das certificações pela Administração Pública e pelos sistemas de ensino e de formação profissional: <ul style="list-style-type: none"> <li>Obriga à articulação estreita e geração de consenso entre os principais actores actantes nesta área: ME; MSST; IQF; IEFP;</li> <li>Possíveis acções para adopção e maior reconhecimento seriam a associação das certificações à disciplina TIC nos 9º e 10º anos; estabelecer as certificações TIC como requisito para entrada na AP</li> </ul> </li> <li>Reconhecimento e adopção das certificações do sistema pelas empresas e indivíduos <ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação estreita com as principais associações empresariais e profissionais</li> </ul> </li> </ul>

Impacto
<ol style="list-style-type: none"> <li>Medida eficaz para garantir a disseminação de competências TIC, logo funcionando como promotora da info-inclusão e da valorização profissional dos Portugueses;</li> <li>Dinamização do mercado de oferta de formação em TIC, tanto no sector público como no sector privado;</li> <li>Aumento do número de cidadãos com formação e certificação em TIC de nível básico, intermédio e avançado.</li> </ol>

## 1.13. PORTAL DA FORMAÇÃO EM TIC

### Objectivo e Descrição

O Portal da Formação TIC está inserido nas medidas de reforço da literacia digital dos Portugueses, no âmbito da estratégia de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. O Portal afirma-se como um veículo importante para estimular a procura de formação TIC por parte dos cidadãos e das empresas, através da disponibilização de informação estruturada sobre a oferta de formação e certificação nesta área.

Os conteúdos do Portal subdividem-se em três categorias:

1. Conteúdos Informativos
  - Informação genérica sobre competências TIC
  - Oferta de formação TIC (mapas que revelam os cursos e as entidades que ministram formação TIC por região)
  - Oferta de certificação TIC na óptica do utilizador
2. Conteúdos Interactivos
  - Plataformas de e-learning com cursos TIC básicos
  - Provas online de conhecimentos adquiridos (testes de auto-diagnóstico)
  - Simulacros de testes de provas de certificação
3. Conteúdos de comunicação
  - Divulgação da importância de aquisição de competências TIC, evidenciando os motivos para a necessidade de formação e certificação.

O Portal da Formação TIC prossegue os seguintes objectivos estratégicos:

- Estimular os cidadãos a adquirir as competências necessárias para o exercício dos seus direitos de cidadania no contexto da Sociedade da Informação;
- Incentivar o desenvolvimento das competências em TIC que constituam para os cidadãos uma mais-valia na óptica da empregabilidade e para as empresas uma mais-valia na óptica da produtividade e competitividade no contexto da Economia baseada no Conhecimento;
- Contribuir para uma resposta estratégica ao problema da info-exclusão;
- Estimular o desenvolvimento da oferta de formação e certificação em TIC, tanto no sector público como no sector privado;
- Proporcionar um primeiro contacto com a formação TIC através de plataformas e-learning.

### Ponto de Situação

#### Realizado

- Benchmark nacional e internacional de Portais no âmbito da formação e certificação TIC e de plataformas de e-learning adequadas;
- Identificação da oferta pública e privada de formação e certificação em TIC a nível nacional;
- Definição de taxionomia comum de base do Portal da Formação TIC e delimitação de conteúdos abrangidos;
- Desenvolvimento da matriz de conteúdos de acordo com os públicos-alvo identificados;
- Realização de reuniões exploratórias com entidades públicas (IQF; FDTI) e privadas;
- Identificação das possíveis soluções de arquitectura tecnológica e melhor forma de agregação e estruturação de conteúdos informativos e interactivos;
- Elaboração do documento referente à concepção do Portal da Formação TIC, do qual fazia parte integrante o seu enquadramento, definição estratégica, estrutura de conteúdos do Portal e Implementação.

#### A realizar

- Definição e consolidação da modalidade de parceria entre a UMIC e os parceiros públicos e privados a envolver (eg protocolo de colaboração com IQF);
- Sistematização e agregação final de conteúdos informativos e interactivos; Integração das bases de dados existentes no IQF e IIEFP;
- Definição e concepção final da plataforma tecnológica e sistema de gestão e manutenção do Portal da Formação TIC;
- Carregamento dos conteúdos;
- Lançamento do Portal;
- Promoção do Portal junto dos cidadãos, empresas, AP e ONGs: apresentação pública do Portal da Formação TIC; elaboração de uma brochura institucional para divulgação do Portal;
- Consolidação e desenvolvimento da componente interactiva e transaccional;
- Alargamento de parcerias.

**Factores Críticos de Sucesso**

- Estabelecimento de protocolo de parceria com o Instituto para a Qualidade na Formação - IQF;
- Divulgação estratégica do Portal com vista à sua adopção como ferramenta privilegiada de pesquisa da oferta formativa em TIC;
- Evolução do Portal para abranger percursos formativos profissionais em linha com as iniciativas delineadas pelo eSkills Forum, DG Empresas (eg ICT Skills Metaframework; eSkills Passport; ICT Career Portal).

**Impacto**

A sistematização e divulgação da oferta dinamizarão a procura de formação e certificação em TIC, com expectáveis aumentos no número de cidadãos/empresas com formação e certificação nestes domínios.

## 1.14. BOLSAS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELECTRÓNICO

**Objectivo e Descrição**

Com a actual implementação de vários projectos na Administração Pública que promovem o Governo Electrónico, muitos deles com um elevado nível de complexidade, tem-se assistido a uma carência de recursos humanos habilitados, tanto em número como em competências específicas na área da Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

A melhor forma de desenvolver o conhecimento aplicado é através da formação-acção que associa a investigação e a formação a desafios concretos no âmbito da implementação de projectos marcantes.

Foi neste contexto que a UMIC inscreveu em PIDDAC/2004 e em PIDDAC/2005 o Projecto com vista ao lançamento de “Bolsas para a Inovação e para o Governo Electrónico”.

Este projecto pretende a colocação em diversos organismos, de pessoal com formação superior, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Governo Electrónico, permitindo, por um lado, a formação destes e, por outro, dotar os organismos de pessoal especializado.

Este projecto tem como objectivos:

- Desenvolver conhecimento avançados sobre Governo Electrónico;
- Atrair recursos humanos para a Administração Pública;
- Apoiar as entidades públicas na implementação de projectos complexos, no âmbito do Plano de Acção para o Governo Electrónico;
- Desenvolver as capacidades dos jovens licenciados através de uma formação em áreas tecnológicas avançadas.

Os destinatários são jovens licenciados que pretendam desenvolver as suas capacidades seguindo um programa de trabalhos composto por actividade de projecto na área do Governo Electrónico e da Sociedade da Informação num estágio com a duração de 12 meses.

Este projecto aplica-se a quatro grandes áreas de actuação, que se constituem em sub-programas:

- Prestação de melhores serviços públicos através de estratégias multicanais e reorganização do back-office;
- Compras electrónicas;
- Comunicações na administração pública;
- Tecnologias e sistemas de informação interoperáveis na Administração Pública.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Setembro de 2004: Contactaram-se diversos organismos da Administração Pública no sentido de se obterem: candidaturas para este projecto, o perfil dos candidatos pretendidos, o responsável de cada organismos pelo projecto, bem como um plano de trabalhos a ser desenvolvido ao longo do estágio.</li> <li>Outubro de 2004: Foi feita uma consulta ao mercado na áreas das empresas de Recursos Humanos para a obtenção de serviços de selecção e recrutamento dos candidatos a integrarem este estágio. Após a recepção das propostas e com base em critérios de avaliação, foi seleccionada a empresa EGOR, que tinha como função: a elaboração de anúncios a publicar em dois jornais (Expresso e Jornal de Notícias), recepção das candidaturas, triagem e elaboração de testes para posterior apresentação à UMIC dos candidatos considerados aptos para a colocação.</li> <li>Dezembro de 2004: Após a recepção dos candidatos, a UMIC, de acordo com perfis pré-definidos pelos organismos seleccionados, distribuiu-os, pelas entidades, para estas procederem a entrevistas e à selecção final.</li> <li>Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005: Selecção de 54 estagiários para integrarem 22 organismos da Administração Pública.</li> <li>Março de 2005: Início do programa de estágios precedido por uma sessão de abertura e informação e 3 sessões de formação.</li> <li>Março de 2005: Integração dos estagiários nos respectivos organismos.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <p>Salientam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de encontros trimestrais para avaliação e análise do ponto de situação.</li> <li>Avaliação de relatórios (semestral e anual) realizados pelos estagiários e pelos coordenadores de estágio.</li> <li>Ações de formação específicas a cada área de actuação para desenvolvimento das capacidades dos estagiários.</li> <li>Análise estratégica da possibilidade de realizações futuras de Programas de Estágios.</li> <li>Acompanhamento contínuo dos estagiários, nomeadamente planos de trabalho, condições de trabalho, formação.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Visto tratar-se de uma programa de estágio de formação e integração profissional, que teve início este ano, será necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação final de estágio com possibilidade de premiar as melhores classificações;</li> <li>Avaliação final do Programa por parte dos organismos.</li> </ul> <p>Foi já solicitado por diversos organismos a realização futura de mais programas neste âmbito. Assim terão que ser levadas a cabo acções no sentido da:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Análise das necessidades junto dos organismos da Administração Pública;</li> <li>Análise das áreas prioritárias que necessitam de apoio;</li> <li>Análise da viabilidade orçamental da repetição do Projecto.</li> </ol>

## 1.15. CIMEIRA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Projecto
<p>Objectivo e Descrição</p> <p>A Cimeira foi convocada com o objectivo de contribuir para a realização dos objectivos sociais e económicos estabelecidos na Cimeira do Milénio. A Cimeira do Milénio pode ser entendida como uma tentativa de sintetizar o que foi o ciclo de conferências sociais das Nações Unidas, ocorrido ao longo dos anos 90 (Rio 92, a Cimeira de Pequim, Joanesburgo).</p> <p>A Cimeira da Sociedade da Informação, ao manter-se empenhada no propósito de contribuir para a realização dos MDGs (Millenium Development Goals), dá continuidade e insere-se no ciclo de conferências sociais das Nações Unidas, o chamado "Ciclo Social" da ONU.</p> <p>As áreas tradicionais de actuação da UIT (União Internacional de Telecomunicações) são telefonia, televisão e rádio. Actualmente, analisando estas três áreas, na conjuntura do rápido processo de convergência tecnológica em torno da Internet e do protocolo IP, conclui-se que a UIT não tem actualmente capacidade para alargar as suas competências à governação do ciberespaço e novas áreas de actuação que nascem com as novas tecnologias. Conclui-se, por exemplo, que as funções actualmente desempenhadas pelo ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) - <a href="http://www.icann.org">http://www.icann.org</a> - na gestão dos domínios de topo da Internet não poderão ser desempenhadas pela UIT, com a sua actual estrutura. Este ponto não foi alvo de consenso ao longo do processo preparatório da Cimeira.</p> <p>É necessário que os países em desenvolvimento estejam, efectivamente, envolvidos no processo de formação desse novo regime - processo que se iniciou ainda nos 90 com a convocação de várias reuniões sobre o tema e que ganha uma dimensão, verdadeiramente global, com a convocação da Cimeira. Esta será uma das grandes concretizações da Cimeira e uma das grandes razões para que os países estejam representados ao mais alto nível - colocar na "agenda" da Sociedade da Informação de todos os países, incluindo os países em desenvolvimento, os objectivos definidos e aprovados em consenso entre todos os países do Mundo.</p>

Ponto de Situação		
Realizado	<p>al, coordenado pelo Brasil; 5) Sobre Infra-estrutura, dirigido pela Arábia Saudita; 6) Sobre Financiamento, presidido pela Suécia; e 7) Sobre os Media, coordenado pela Suíça.</p> <p>Reunião preparatória em Genebra (10 a 14 de Novembro de 2003):</p> <p>Reunião realizada com vista a finalizar o processo de discussão sobre o conteúdo dos dois textos a aprovar em Dezembro. Não se atingiu o consenso, tendo daí resultado dois novos projectos de documentos (Declaração de Princípios e Plano de Acção) com data de 14 de Novembro.</p> <p>Primeira Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, Genebra, 10 a 12 de Dezembro de 2003:</p> <p>Esteve representada a quase totalidade dos países do mundo, juntamente com o sector privado, organizações não governamentais e sociedade civil.</p> <p>Portugal esteve representado por delegação, presidida pelo Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro. Apresentou em sessão pública o projecto “Campus Virtuais” – como caso de estudo.</p> <p>No dia 12 de Dezembro foram aprovados, por todos os países do mundo, com o alto patrocínio da Organização das Nações Unidas, dois documentos,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Declaração de Princípios;</li> <li>- Plano de Acção,</li> </ul> <p>(Vd. o site oficial <a href="http://www.itu.int/wsis/">http://www.itu.int/wsis/</a>)</p> <p>Estabeleceu-se, no Plano de Acção adoptado, uma “Agenda de Solidariedade Digital” e uma Task Force (Task Force on Financial Mechanisms -TFFM), com alto patrocínio do Secretário-Geral das Nações Unidas, para analisar todos os mecanismos de financiamento existentes e a sua adequação aos desafios das tecnologias de informação e comunicação – a conclui até Dezembro 2004.</p> <p>Constituiu-se igualmente, um grupo de trabalho sobre “governança” da Internet (Working Group on Internet Governance - WGIG) que deverá funcionar de forma aberta e inclusiva, assegurando a participação dos governos, da sociedade civil, quer dos países desenvolvidos, quer dos países em desenvolvimento, envolvendo as relevantes organizações e fóruns internacionais, de forma a investigar e apresentar propostas concretas, se oportuno, sobre a governança da Internet, até 2005.</p> <p>Processo preparatório da Segunda Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, a ocorrer em Tunes, de 16 a 18 de Novembro de 2005:</p> <p>Prepcom I - Hammamet (Tunísia) 24-26 Junho 2004</p> <p>Primeira reunião preparatória da Segunda Fase da Cimeira. Portugal fez-se representar por via da Missão Permanente de Portugal na ONU.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prepcom II - 17-25 Fevereiro, 2005, Genebra (Suíça).</li> </ul> <p>Segunda reunião preparatória da Segunda Fase da Cimeira. Portugal fez-se representar por via da Missão Permanente de Portugal na ONU, SEM-MNE e UMIC.</p>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PrepCom-III: Setembro 2005</li> <li>- Segunda Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação</li> <li>- Tunes - Governo da Tunísia será anfitrião, de 16 a 18 de Novembro de 2005.</li> </ul>
<p>Acompanhamento Internacional presencial (através da Missão Permanente de Portugal na ONU e sempre que necessário e possível representantes do Governo português, nomeadamente UMIC) e nacional do processo preparatório da Cimeira, incluindo reuniões interministeriais coordenadas pelo MNE e envio de contributos escritos.</p>		
<p>Prepcom I ( 01 a 05 de Julho de 2002): A Resolução da Assembleia-Geral, convocatória da Cimeira, atribuiu à própria UIT a tarefa de organizar o evento e estabeleceu que a Cimeira será precedida de um processo preparatório, que teve início com a realização, em Genebra, de 1 a 5 de Julho de 2002, do Primeiro Comité Preparatório (I Prepcom), que contou com a participação de uma delegação portuguesa.</p>		
<p>Prepcom II (17 a 28 de Fevereiro de 2003): Reuniu-se, pela segunda vez, em Genebra, em Fevereiro de 2003, o Comité Preparatório da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, para dar continuidade à elaboração do projecto de “Declaração de Princípios” e de “Plano de Acção”, a serem assinados na 1ª Fase. Esteve presente delegação portuguesa que participou nas negociações.</p>		
<p>Primeira Semana do Prepcom II: Na primeira semana do Prepcom II, ocorreram debates entre Governo, sector privado e sociedade civil em painéis e em mesas-redondas, com destaque para o “Painel dos Visionários”, no qual estiveram presentes o Presidente da Roménia, Sua Excelência Ion Iliescu, e o do Senegal, Sua Excelência Abdoulaye Wade. Trechos do discurso proferido pelo Presidente senegalês foram publicados, em forma de artigo, na primeira página do “Le Monde”, edição de 07.03.2003, sob o título “Fossée numérique et solidarité numérique”. No artigo, o Presidente Wade propõe a criação de um fundo internacional para combater a info-exclusão.</p>		
<p>Reunião Intersessional de Paris (15 a 18 de Julho de 2003): Com o objectivo geral de dar continuidade à negociação dos projectos de Declaração de Princípios e do Plano de Acção, com assinatura prevista na I Fase da Cimeira em Genebra, em Dezembro de 2003, foi realizada uma reunião intersessional na sede da UNESCO em Paris, de 14 a 18 de Julho de 2003. Esteve presente delegação portuguesa que participou no processo negociado no seio do grupo da EU, coordenado pela Itália.</p>		
<p>A reunião de Paris avançou no refinamento do texto da Declaração de Princípios, que foi reduzida de 30 para 12 páginas, e iniciou-se a discussão do Plano de Acção. Entre os pontos principais discutidos e que geraram grande debate, destacaram-se os parágrafos sobre “direito à comunicação e direito de acesso à informação”; “propriedade intelectual”; “governança da Internet” e “fundo de solidariedade digital”.</p>		
<p>Prepcom III (15 a 26 de Setembro de 2003): O Prepcom III continuou as negociações dos drafts de Declaração de Princípios e de Plano de Acção, reduzidos, cada um, para cerca de 5 páginas. No Prepcom III, os temas mais difíceis foram tratados em grupos de trabalho sectoriais: 1) Sobre Direito à Comunicação e Direitos Humanos, presidido pelo Canadá; 2) Sobre Segurança da Internet, coordenado pela União Europeia (Itália); 3) sobre Governança da Internet, coordenado pelo Quênia; 4) Sobre Marcas Registadas e Propriedade Intelectu-</p>		

## 2. GOVERNO ELECTRÓNICO

### 2.1. VOTO ELECTRÓNICO

#### Objectivo e Descrição

O Projecto Voto Electrónico tem como objectivo criar as condições para a introdução gradual de novas formas de votação de suporte tecnológico que permitam a mobilidade do voto, combatendo assim a abstenção, diminuindo os custos do processo eleitoral e facilitando /acelerando o apuramento eleitoral, tornando mais eficiente e mais seguro, através de:

- Eliminação do custo associado à impressão dos boletins tradicionais;
- Simplificação da gestão do processo em relação aos métodos tradicionais;
- Redução da logística de implementação presente nos processos tradicionais;
- Aumento da fiabilidade dos resultados, minimizando os erros;
- Melhorias de segurança e auditabilidade, por intermédio do armazenamento dos dados em vários suportes (memória, disco rígido e cartão externo) e a incorporação de ficheiros de auditoria;
- Diminuição do tempo de contagem na mesa de voto, já que realiza uma elaboração automática da acta de escrutínio;
- Possibilidade do eleitor votar em qualquer assembleia de voto, sem prejuízo do seu voto ser contabilizado na freguesia onde está recenseado.

Para atingir este objectivo, foram já realizados dois pilotos de voto electrónico. O primeiro projecto-piloto decorreu no contexto das Eleições Europeias de 2004, num total de nove freguesias, com um universo de aproximadamente 150.000 eleitores e com os objectivos de:

- Medir quantitativamente o impacto da introdução das novas tecnologias no sufrágio eleitoral junto dos eleitores, identificando assim os principais factores de bloqueio à implementação futura do projecto;
- Divulgar as potencialidades do voto electrónico presencial junto dos cidadãos, familiarizando-os com este tipo de tecnologia;
- Simular todo o processo de votação utilizando plataformas tecnológicas, comparando diferentes tecnologias do ponto de vista da usabilidade e da segurança.
- Sensibilizar e mobilizar as forças políticas e de soberania, dos agentes eleitorais e sobretudo dos eleitores em torno das vantagens do voto electrónico.

Nas Eleições antecipadas de 2005, realizou-se um novo piloto de voto electrónico presencial, num total de cinco freguesias (onde votaram os líderes dos cinco partidos com assento parlamentar e S. Exa. o Sr. Presidente da República), com um universo de 40.000 potenciais eleitores. Este piloto teve como principais objectivos:

- Aprofundar o conhecimento sobre as tecnologias de votação electrónica
- Testar a utilização de backup de voto em papel
- Testar tecnologias de plena inclusão de cidadãos com necessidades especiais
- Testar a identificação central dos eleitores, requisito fundamental para a mobilidade futura do voto.
- Sensibilizar os decisores políticos para as vantagens do voto electrónico.

No contexto das Eleições Legislativas antecipadas de 2005, foi ainda realizado uma experiência piloto de voto electrónico não presencial, para o universo dos eleitores portugueses recenseados no estrangeiros, com os objectivos de:

- Desenvolver e testar uma plataforma de voto electrónico segura e robusta
- Medir a adesão dos eleitores portugueses no estrangeiro ao voto por internet
- Colocar a temática na agenda política, de forma a reunir os consensos políticos e sociais necessários.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <p>Benchmark das experiências vinculativas e não vinculativas realizadas a nível internacional</p> <p>Benchmark da tecnologia de suporte à votação existente no mercado</p> <p>Elaboração do sítio <a href="http://www.votoelectronico.pt">www.votoelectronico.pt</a></p> <p>Estudo aprofundado do actual processo eleitoral português, nas suas vertentes de recenseamento, votação e apuramento.</p> <p>Iniciativa de Voto Electrónico Presencial na Eleição para o Parlamento Europeu, realizada em 13 de Junho de 2004, em 9 freguesias de Portugal Continental, seleccionadas segundo o critério de cobertura do espectro sócio-demográfico nacional, abrangendo cerca de 150.000 eleitores</p> <p>Iniciativa de Voto Electrónico Presencial nas Eleições Legislativas Antecipadas de 20 de Fevereiro do corrente ano, nas 5 freguesias onde votam os líderes políticos com assento parlamentar e o Presidente da República, de forma a sensibilizar</p> <p>Iniciativa de Voto Electrónico Não Presencial para os cerca de 148.000 eleitores portugueses residentes no estrangeiro e aptos a votar.</p> <p>Inquirição aos eleitores participantes nas iniciativas realizadas, garantindo o conhecimento sobre a posição do cidadão face a esta temática.</p> <p>Auditoria realizada por equipas multidisciplinares de várias universidades portuguesas a todas as iniciativas realizadas, garantindo uma análise crítica e uma reflexão profunda a todo o processo, com especial destaque para a segurança e usabilidade das plataformas tecnológicas utilizadas</p>	<p>A realizar</p> <p>Estudo de impacto financeiro de uma generalização do voto electrónico em Portugal</p> <p>Seleção da tecnologia a generalizar</p> <p>Alteração da lei eleitoral</p> <p>Uniformização e centralização da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral</p> <p>Iniciativa de Voto Electrónico Vinculativa testando a mobilidade, nas vertentes de Identificação, Votação e Apuramento</p> <p>Generalização do Voto Electrónico Vinculativo em Portugal, com mobilidade</p>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Para que o Voto electrónico em mobilidade em Portugal seja uma realidade, é necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorganizar a Base de Dados do Recenseamento eleitoral para um contexto de identificação central de eleitores, apostando numa gestão centralizada da mesma.</li> <li>• Alterar a Lei 13/99 de 22 de Março, relativa ao Recenseamento Eleitoral</li> <li>• Alterar as Leis Eleitorais</li> <li>• Adequar as tecnologias de votação electrónica presencial à mobilidade e à realidade eleitoral portuguesa;</li> <li>• Desenvolver plataformas de identificação e certificação de eleitores centralizadas</li> <li>• Formar os agentes eleitorais</li> <li>• Assegurar a infra-estruturação tecnológica das Assembleias de voto</li> <li>• Prosseguir a sensibilização e formação dos eleitores</li> <li>• Promover o forte envolvimento das Autarquias Locais</li> <li>• Realizar uma experiência piloto, com carácter vinculativo, num próximo acto eleitoral.</li> </ul>

## Impacto

Com vista à monitorização do impacto da experiência piloto junto dos eleitores que tiveram oportunidade de nela participar, o projecto contou com uma importante vertente de inquirição. Após experimentarem as tecnologias, os eleitores foram convidados a responder a um curto inquérito com vista a aferir as suas sensibilidades relativamente aos novos modelos de votação testados.

O Inquérito Voto Electrónico 2005 contou com uma amostra de 4131 eleitores na sua vertente presencial e de 4367 eleitores na sua vertente não presencial.

Na vertente presencial do projecto:

- 99,2% dos eleitores que participaram no projecto-piloto e responderam ao inquérito gostaram da experiência de voto electrónico presencial e 98,1% revelam-se dispostos a votar electronicamente em futuros actos eleitorais;
- Os eleitores que votaram electronicamente consideram que o sistema é Rápido (98,2), Simples/Fácil (97,8%) e que facilita a identificação dos candidatos (90,2%);
- 80,5% dos eleitores inquiridos confia na Segurança do sistema.
- 84,5% dos eleitores que votaram electronicamente numa máquina com registo do voto em papel, consideraram importante que o seu voto tenha sido impresso e automaticamente inserido na urna;
- 86,3% dos eleitores inquiridos consideram que a implementação desta nova forma de votar, a permitir a mobilidade do votante contribuirá para a diminuição da abstenção eleitoral;
- Na possibilidade de recurso a tecnologias alternativas que permitam o voto à distância, 62,4% das preferências dos eleitores inquiridos recaem sobre o voto pela Internet, seguindo-se o voto através da rede ATM (54,2%). O voto por SMS (42,9%) e por Telefone (42,4%) surgem no fim da lista das preferências, sendo cerca de metade dos eleitores inquiridos pouco receptivos a estas duas tecnologias;

Na vertente não presencial do projecto:

- 99,2% dos eleitores que participaram no projecto-piloto e responderam ao inquérito gostaram da experiência de voto electrónico presencial e 98,3% revelam-se dispostos a votar electronicamente em futuros actos eleitorais;
- 98,1% dos eleitores que participaram no projecto-piloto e responderam ao inquérito consideram o sistema Simples/Fácil, Rápido (98,9%), Seguro (com menor percentagem – 57,8%). Os inquiridos consideram ainda que facilita a identificação dos candidatos (90,2%);
- 73,3% dos eleitores inquiridos consideram que a implementação desta nova forma de votar para as comunidades imigrantes contribuirá para diminuir a abstenção eleitoral.

## 2.2. PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

Objectivo e Descrição
<p>O Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE) aprovado em Conselho de Ministros (RCM n.º 111/2003, de 12 de Agosto), englobado no Plano de Acção para a Sociedade da Informação e no Plano de Acção para o Governo Electrónico, tem como objectivos: aumentar a eficiência, a transparência, gerar poupanças e promover a adopção pelo tecido empresarial dos negócios electrónicos. O modelo conceptual das compras públicas electrónicas assenta sobre 6 princípios: factor humano, os processos, a organização, a legislação, o contexto económico e a tecnologia.</p> <p>Ao longo do último ano, trabalhou-se na caracterização da despesa e reformulação de processos em oito ministérios piloto, adoptando-se novos conceitos, como o sourcing, a agregação e a negociação.</p> <p>O planeamento tem uma abordagem incremental e de implementação focalizada, envolvendo inicialmente apenas alguns ministérios, organismos e categorias de bens. Só no primeiro ano as poupanças alcançadas ultrapassam em muito o investimento realizado, para além de se gerar um elevado nível de adesão e de conhecimento, que permitiram refinar o modelo para as compras públicas. Actualmente o PNCE encontra-se em fase de generalização e de alargamento, tanto de organismos e ministérios, como de categorias de produtos.</p> <p>O investimento efectuado incidiu especialmente na aquisição de serviços de consultoria para reformulação dos processos associados à função compra, considerando a tecnologia como um facilitador, o que possibilitou efectuar um processo de aprendizagem, testar a adopção e mobilizar os agentes envolvidos, permitindo que o Modelo Tecnológico se adapte às necessidades identificadas.</p> <p>O desafio incide sobre a consolidação da reformulação da função compras na Administração Pública, incluindo: a racionalização organizacional através da criação da Unidade Nacional de Compras; a desburocratização de processos; a definição de políticas de compras diferenciadas por categoria de bens e serviços, lançando e actualizando os acordos quadro; onde a componente tecnológica emerge como um potenciador de melhores soluções.</p> <p>Estão neste momento 25 projectos em curso, entre os quais se destacam:</p> <p>Estruturantes: Unidade Nacional de Compras; Novos Acordos Quadro; Portal Compras.Gov; Registo Nacional de Fornecedores; Concursos Públicos Electrónicos; Catálogos Electrónicos; Sistema de Gestão de Informação de Compras.</p> <p>Implementação Focalizada: oito projectos-piloto ministeriais; projectos sectoriais saúde, obras públicas e defesa</p> <p>Projectos de Suporte: Adequação do enquadramento legal; Estimativa de poupanças e sistema de monitorização; Re-organização de sourcing; Acções de formação e gestão da mudança; Incentivos PME.</p> <p>Resultados: 8 ministérios e 132 organismos envolvidos, 907 utilizadores, 12 Milhões de euros negociados, 30% Poupança e 20 processos de agregação e negociação. Mais informação sobre a implementação do programa e aprovisionamento público em: <a href="http://www.compras.gov.pt">www.compras.gov.pt</a></p>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao projecto de compras do Viseu Digital. Realização de leilão electrónico de papel para 15 autarquias e constituição da UMC – Unidade Metropolitana de Compras;</li> <li>• Com base no modelo proposto foram criadas as Unidades Ministeriais de Compra do ME, do MTSS, do MOPTC, do MF e do MJ;</li> <li>• Definida estratégia nacional de sourcing – i.e. portfólio de categorias de compra a centralizar, e definidas estratégias preliminares para cada uma;</li> <li>• Estudo de estimativa de poupanças (cerca de 200 M. ano) e desenho de sistema de monitorização;</li> <li>• Definido modelo de agregação de intenções de compra e de benchmark pelo melhor preço;</li> <li>• Lançamento de acordos quadro: elaborada proposta para o Ministério das Finanças, aguarda-se abertura formal de procedimento pela DGP/ MF. Encontra-se a decorrer um Concurso Público Internacional para aquisição de equipamento informático, para actualização do CTAP;</li> <li>• Oito projectos piloto 1ª vaga – terminados, com extensão de mais dois meses para realização de procedimentos aquisitivos transversais (PCM, MJ, ME, MTSS, MOPTC, MS, MF e MADRP);</li> <li>• Portal de Compras – compras.gov.pt, lançado no passado dia 12 de Janeiro;</li> <li>• Registo Nacional de Fornecedores em fase final de análise de propostas;</li> <li>• Ferramenta de Concursos Públicos Electrónicos – três ferramentas em piloto. Foram já realizados de forma electrónica concursos públicos na DGAJ – serviços de limpeza, IEF – estante amovível; Instituto Ricardo Jorge – limpeza específica para laboratórios e geral para espaços comuns;</li> <li>• Sistema de Gestão de Catálogos – definido o modelo. Caderno de Encargos elaborado, segue-se lançamento do procedimento;</li> <li>• Adjudicado o procedimento para desenvolvimento da ferramenta de agregação de necessidades da AP, para utilização em todos os ministérios;</li> <li>• Projecto piloto de Portal de Empreitadas em desenvolvimento em colaboração com o IEP;</li> <li>• Definição do modelo tecnológico para as Compras Públicas Electrónicas;</li> <li>• Quantificação de poupanças alcançadas nos projectos-piloto através da utilização de uma ferramenta de monitorização;</li> <li>• Aprovação em Conselho de Ministros de 11 de Novembro do DL da Contratação Electrónica (revogação do DL 104/2002): define a obrigação de a AP comprar electronicamente bens e serviços; esclarecimento do regime de prova e esclarecimento do “time stamp”; a obrigatoriedade da publicitação dos anúncios dos concursos no Portal de Compras Públicas, assim como a respectiva adjudicação; uma nova configuração da sessão de negociação, adaptando-a ao entorno electrónico; a conformação do designado “Acto Público Electrónico”. Foi enviado para análise da Comissão Europeia, tendo já terminado o prazo para se pronunciarem;</li> <li>• Arranque do Grupo de Trabalho para a transposição das directivas comunitárias que implicam alteração do DL 197/99 – a ser realizada até Janeiro de 2006;</li> <li>• Realizada formação sobre negociação (igual à do INSEAD) para 80 quadros da AP;</li> <li>• Eventos públicos para divulgação do PNCE, direccionados quer para a AP, quer para o tecido empresarial (LISF – 2003, OCDE - 2004, Lançamento do Portal e Europaper - 2005);</li> <li>• Realizados workshops para especialistas de categoria nos ministérios, para bens e serviços da 1.ª vaga;</li> <li>• Candidatura dos ministérios em fase de generalização e em fase piloto ao POSI através da ICPM – Iniciativa de Compras Públicas Ministeriais. Os ME e MADRP já lançaram o procedimento de aquisição. Foi aprovada para os ministérios de generalização e aguarda aprovação para os da fase piloto;</li> <li>• Enquadramento da Negociação Dinâmica na AP -definido modelo preliminar para leilões electrónicos;</li> <li>• Ferramenta de apoio à decisão para a adopção da negociação dinâmica nos procedimentos aquisitivos públicos, (versão web e excel);</li> <li>• Novas funcionalidades do Portal das Compras: serviço de alertas de anúncios por SMS e versão inglesa;</li> <li>• Arranque da implementação da ferramenta para disponibilização electrónica de cadernos de encargos no Portal das Compras, adequada às necessidades da proposta de DL da Contratação Electrónica;</li> <li>• Iniciativa para recrutamento de 20 estagiários para o projecto de compras electrónicas nos ministérios.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <p>Salientam-se</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Unidade Nacional de Compras;</li> <li>• Generalização das compras electrónicas nos 8 ministérios da 1ª vaga e arranque dos 8 projectos pilotos nos ministérios da 2ª vaga;</li> <li>• Redesenho de processos e normalização da documentação referente às compras;</li> <li>• Apoio ao arranque de projectos pilotos nas autarquias, alinhados com o Programa Cidades e Regiões Digitais;</li> <li>• Lançamento de novos acordos quadro para as 10 categorias da 1.ª vaga (em preparação pelo MF/DGP/UMIC);</li> <li>• Programa de Acreditação de Fornecedores da AP;</li> <li>• Acções de formação e gestão da mudança – Programa de sensibilização e comunicação:             <ul style="list-style-type: none"> <li>o Acção de sensibilização nas autarquias;</li> <li>o Sessões de formação em negociação (iguais às do INSEAD) para novos projectos piloto e estagiário das compras dos ministérios;</li> <li>o Preparação de acções de formação, em coordenação com o INA;</li> <li>o Elaboração de um Livro Verde e Guias Boas Práticas;</li> </ul> </li> <li>• Constituição das UMC's nos restantes ministérios;</li> <li>• Sistema de Gestão de Catálogo Electrónico;</li> <li>• Actualização da estimativa de poupanças para 2005;</li> <li>• Reorganização de sourcing e de processos de transacção;</li> <li>• Sistema de Gestão de Informação de Compras;</li> <li>• Projecto de Interoperabilidade para o modelo tecnológico das compras - Definição de regras de interoperabilidade para as compras públicas;</li> <li>• Implementação do Portal Transaccional;</li> <li>• Modelo para o enquadramento da ferramenta de procedimentos aquisitivos electrónicos;</li> <li>• Apoio à actualização legislativa: implementação do DL para a contratação electrónica e transposição das directivas comunitárias;</li> <li>• Guia de procedimentos e Centro de Competências das Compras;</li> <li>• Elaboração de Caderno de Encargos e lançamento de concurso para o Portal Sectorial da Saúde;</li> <li>• Lançamento de caderno de encargos para modelo de negócio do Portal das Empreitadas;</li> <li>• Generalização do Sistema de Monitorização nas UMC's.</li> </ul>

Impacto	
Racionalização de custos	
1.	Concretização de poupanças estruturais: poupança média de 30% na área intervencionada.
2.	Valores absolutos - acima de 3,5 M já poupados no âmbito dos projectos piloto; estimativa conservadora de poupanças só de preço em 20 categorias centrais de: 15 Milhões de euros em 2004, 50 Milhões de euros em 2005, 100 Milhões de euros em 2006 e 200 Milhões de euros em 2007; fora deste universo específico de 20 categorias, esperam-se poupanças adicionais, incluindo no Poder Local – não contabilizadas nesta estimativa.
Racionalização da organização da AP	
1.	Unidades Ministeriais de Compra a serem implementadas nos ministérios (cinco criadas e três em constituição), irão racionalizar o número de estruturas de compras, eliminando duplicações orgânicas e de processos;
2.	A automatização do processo de compra já em curso em alguns ministérios, irá diminuir o tempo de realização de tarefas, eliminar erros e libertar recursos humanos;
3.	As alterações legislativas propostas (revogação do DL 104/2002) e em estudo (DL 197/99) irão eliminar burocracia e reduzir o tempo de realização de tarefas.
3.	O novo modelo de gestão e cultura orientada para resultados: todo o modelo das Unidades Ministeriais de Compras e todo o PNCE assenta numa lógica de orientação para resultados, conforme já em curso em 8 ministérios.
4.	Transparência: todo o processo electrónico garante transparência no processo aquisitivo público, conforme atestam as ferramentas já utilizadas de leilões, e também de concursos públicos electrónicas
5.	Formação e aumento de competências: é já grande a diferença de competências sobre compras entre os ministérios piloto e os restantes, que só agora irão iniciar o mesmo processo.

Ponto de Situação Projectos Generalização das Compras Electrónicas
O ponto de situação actual em cada Ministério é o seguinte (em 30 de Maio de 2005):

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)									
1. Âmbito e Resumo									
Organismos incluídos no Projecto	DGFCQA - Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar; DGPA - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura; DGPC - Direcção Geral de Protecção das Culturas; DGRF - Direcção-Geral dos Recursos Florestais; DGV - Direcção-Geral de Veterinária; DRABL - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral; DRARO - Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste; DRAAL - Direcção Regional de Agricultura do Alentejo; GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar; IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica; INIAP - Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas; IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas; INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola; IVV - Instituto da Vinha e do Vinho; SEG - Secretaria-Geral.								
Categorias incluídas no Projectos	Papel; Economato; Consumíveis de informática,								
Nº de Entidades / Organismos	15	Nº de procedimentos efectuados	6	Volume total negociado	506.199,40	Poupança total (Euros)	69.680,31	Poupança média (%)	13,8%

2. Constituição da UMC
Constituição da UMC em fase de aprovação. Elaboração de regulamento interno e manual de procedimentos.
Convite de 5 novos organismos para fase de generalização. Marcação de reuniões entre a Equipa de Projecto e os respectivos Directores-Gerais.
Formação de utilizadores do novo organismo IVV (13 Maio 2005). Foi realizada formação aos utilizadores, aprovadores e diferentes fornecedores.
Preparação de um caderno de apoio com legislação relevante e FAQ's relacionada com o PNCE, para entrega aos actuais e novos organismos.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)								
1. Âmbito e Resumo								
Organismos incluídos no Projecto	GPM – Gabinete do Primeiro-Ministro; GMEDN – Gabinete do Ministro de Estado e da Defesa Nacional; GMAP – Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares; GMP – Gabinete do Ministro da Presidência; GMAPM – Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro; GSEPCM – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; GSEAMP – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro; GSEAMP - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência; GSEJD – Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto; ACIME – Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; CEGER – Centro de Gestão da Rede Informática do Governo; CEJUR – Centro Jurídico; CNECV – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; CSICT – Conselho Superior de Informações – Comissão Técnica; SGPCM – Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP*.							
Categorias incluídas no Projectos	Material de Escritório e Consumíveis de Informática; Equipamento Informático.							
Nº de Entidades / Organismos	Nº de procedimentos efectuados	3	Volume total negociado	321.076,00	Poupança total (Euros)	59.609,14	Poupança média (%)	18,6%

2. Constituição da UMC
Memória descritiva, Monografia de funções, ficha de actividades, ficha de avaliação e Indicadores de Desempenho, entregues.
Não foram encontradas necessidades de redefinição de novos processos. Há novos Organismos (IDP e APSA) e alargamento do IPJ. Nova funcionalidade para requisições de produtos não catalogados.
APSA - última semana Fevereiro (realizada). Mudança de Governo novos utilizadores.
Identificação de novas categorias de material (Limpeza e Higiene, Manutenção). Optimização na categoria Electricidade.

\* De acordo com a orgânica do XVII Governo Constitucional, a UMIC é tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ministério que não fazia parte dos projectos-piloto, ao contrário da PCM, onde a UMIC estava anteriormente integrada

Ministério das Finanças									
1. Âmbito e Resumo									
Organismos incluídos no Projecto DGAP – Direcção Geral da Administração Pública; DGCI – Direcção Geral dos Impostos; DGITA – Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros; IIMF – Instituto de Informática do Ministério das Finanças; INA – Instituto Nacional da Administração; SGMF – Secretaria Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública; DGP – Direcção Geral do Património; IGF – Inspeção-Geral de Finanças; ADSE – Direcção-Geral de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE); SOFE - Serviços Sociais do Ministério das Finanças.									
Categorias incluídas no Projectos Material de Escritório (inclui consumíveis de informática); Equipamento Informático.									
Nº de Entidades / Organismos	11	Nº de procedimentos efectuados	4	Volume total negociado	2.163.013,39	Poupança total (Euros)	238.777,80	Poupança média (%)	11,0%
2. Constituição da UMC									
Não foram encontradas necessidades de redefinição de novos processos. Poderá haver novos Organismos e alargamento da DGCI e SGMFAP. Nova funcionalidade para requisições de produtos não catalogados.									
Identificação de novas categorias de material (Limpeza e Higiene, Manutenção, Águas, Mobiliário).									

Ministério da Saúde (MS)									
1. Âmbito e Resumo									
Organismos incluídos no Projecto	ARS Algarve ARS Centro ARS Lisboa ARS Norte Centro Psiquiátrico Arnes Centro Saúde Alameda Centro Saúde Alvalade Centro Saúde Azambuja Centro Saúde Cascais Centro Saúde Guarda Centro Saúde Parede Centro Saúde São João da Talha Centro Saúde Sintra CRA Centro CRA Norte Departamento Modernização e Recursos Saúde Hospital Amarante Hospital Barcelos Hospital Barreiro Hospital Beja Hospital de Elvas Hospital Distrital Bragança Hospital Distrital de Seia Hospital Distrital Macedo Cavaleiros Hospital Distrital São João da Madeira Hospital Distrital Torres Vedras Hospital Espinho Hospital Estarreja				Hospital Évora Hospital Faro Hospital Litoral Alentejano Santiago do Cácerem Hospital Maria Pia Hospital Miguel Bombarda Hospital Ovar Hospital Peniche Hospital Portalegre Hospital Psiquiátrico de Lorvão Hospital Santa Luzia Viana do Castelo Hospital São Francisco Xavier Hospital São João Hospital Tondela Hospital Universidade de Coimbra Hospital Vila Franca de Xira IDT Algarve IDT Centro IDT Norte INSA Maternidade Alfredo da Costa Rovisco Pais Serviços Sociais Ministério da Saúde Sub Região Aveiro Sub Região Coimbra Sub Região Guarda Sub Região Portalegre Sub Região Santarém Sub Região Viseu				
	Categorias incluídas no Projectos Medicamentos; Materiais de consumo clínico (luvas, seringas, agulhas, contentores, contrastes radiológicos); Consumíveis de informática; Economato; Papel.								
Nº de Entidades / Organismos	58	Nº de procedimentos efectuados	8	Volume total negociado	2.798.607,00	Poupança total (Euros)	532.550,00	Poupança média (%)	19,0%

## 2. Constituição da UMC

- Elaboração dos estatutos da nova sociedade;
- Proposta de alteração de portaria que regulamenta os CPA's;
- Elaboração de business plan de suporte à actividade da UMC;
- Definição das linhas reguladoras de adesão dos organismos à nova UMC.

A UMC do MS ficará sediada no IGIF e reportará ao Conselho de Administração do dito Instituto.

Estudo da viabilidade de iniciar um projecto de aprovação electrónica de facturas no Hospital Curry Cabral

Digitalização de assinaturas electrónicos para permitir a assinatura dos faxes enviados para os fornecedores

- Foi ministrada formação em todas as entidades envolvidas no projecto-piloto: Hospital Curry Cabral (Dezembro e Janeiro 2004, 16 utilizadores); Centro Hospitalar de Cascais (Janeiro 2004, 10 utilizadores); Sub-região de Saúde de Setúbal (Janeiro e Fevereiro 2004, 7 utilizadores).
- Sessões efectuadas a alguns fornecedores para utilização da ferramenta electrónica de compras.
- Formação sobre integração de sistemas na Sub-Região de Setúbal.

- Contactos com todos os organismos do Ministério da Saúde para apresentação do projecto; - Recolha de consumos para algumas categorias seleccionadas

## Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)

## 1. Âmbito e Resumo

Organismos incluídos no Projecto	Secretaria-Geral (SGMOPTC); Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN); Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); Direcção-Geral dos Transportes Terrestres (DGTT); Instituto das Estradas de Portugal (IEP); Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM); Instituto Nacional de Aviação Civil; Instituto Nacional de Habitação; Obra Social do MOPTH; Gabinete de Estudos e Planeamento; Instituto Nacional dos Transportes Ferroviários; Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional; Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas; Auditoria Jurídica; Auditoria Ambiental; Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes; Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado; Inspecção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Aéreo; Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo; Comissão de Planeamento de Emergência dos Transportes Terrestres; Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes em Aeronaves.								
Categorias incluídas no Projectos	Material de Escritório e consumíveis de informática; Material de Limpeza e Higiene; Equipamento Informático.								
Nº de Entidades / Organismos	22	Nº de procedimentos efectuados	3	Volume total negociado	460.934,30	Poupança total (Euros)	224.392,30	Poupança média (%)	48,7%

## 2. Constituição da UMC

São objectivos da UMC:

- Definir políticas de compra e de negociação a nível ministerial, em articulação com a UNC;
- Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra dos organismos, incluindo a consolidação do planeamento, e análise/uniformização das especificações dos produtos e serviços a adquirir por estes;
- Conduzir os processos negociais, no que respeita às categorias ministeriais, bem como na gestão dos respectivos contratos e relações com fornecedores;
- Promover a optimização do processo ministerial de compra;
- Apoiar na política de compra e de sourcing específica, qualquer entidade deste ministério.

Formação dos utilizadores requisitantes, aprovadores de contabilidade e aprovadores de despesa, permitiu a transmissão da informação de forma especializada, garantindo que cada entidade na cadeia de aprovação tivesse todo o saber sobre a tarefa a realizar.

Ministério da Justiça (MJ)									
<b>1. Âmbito e Resumo</b>									
Organismos incluídos no Projecto	Secretaria Geral do MJ (SGMJ); Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça (ITIJ); Inspeção Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ); Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP); Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (IGFPJ); Instituto de Reinserção Social (IRS); Serviços Sociais do Ministério da Justiça (SSMJ); Gabinete de Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC); Direcção Geral da Administração da Justiça (DGAJ); Tribunal Judicial da Comarca de Sintra (TJCS).								
Categorias incluídas no Projectos	Material de Escritório e Consumíveis de Informática; Equipamento Informático.								
Nº de Entidades / Organismos	10	Nº de procedimentos efectuados	6	Volume total negociado	550.327,64	Poupança total (Euros)	156.145,11	Poupança média (%)	28,4%
<b>2. Constituição da UMC</b>									
<p>Foi feito um projecto de despacho para constituição de uma equipa de trabalho conducente à criação da UMC, tendo sido pedida a reformulação pela Secretária Geral.</p> <p>A UMC, terá por missão actuar transversalmente a todo o Ministério de forma a, por um lado, promover maior eficácia (comprar melhor), eficiência (mais agilidade e menor burocracia), transparência e reduzir os custos de aquisição (unitários e de processo) para os organismos do Ministério e, por outro lado, alinhar a política do Ministério e dos respectivos organismos com a política global das compras públicas, actuando sectorialmente quando adequado e em plena articulação com a Unidade Nacional de Compras.</p>									
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir políticas de compra e de negociação de compras a nível ministerial, em articulação com a UNC;</li> <li>• Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra dos organismos, incluindo a consolidação do planeamento, e análise/uniformização das especificações dos produtos e serviços a adquirir por estes;</li> <li>• Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias ministeriais, bem como na gestão dos respectivos contratos e relações com fornecedores;</li> <li>• Promover a optimização, uniformização e automatização de processos ministeriais de compra.</li> </ul>									
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta de melhorias em processos no sistema de compras.</li> <li>• Foi desenvolvido um modelo de controlo e tratamento de reclamações.</li> </ul>									
<p>Estão previstos os seguintes passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Kick-off do projecto;</li> <li>• Apresentação interna do projecto;</li> <li>• Plano de comunicação do projecto.</li> </ul>									

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)									
1. Âmbito e Resumo									
Organismos incluídos no Projecto	Secretaria Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (SGMSST); Instituto de Emprego e Formação Profissional - Serviços Centrais (IEFP - SC); Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES); Instituto da Solidariedade e Segurança Social - Centro Distrital de Santarém (CDSSS Santarém); Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL); Instituto da Solidariedade e Segurança Social - Serviços Centrais (CDSSS - SC).								
Categorias incluídas no Projectos	Material de Escritório (Papel); Material Higiene e Limpeza; Equipamento Informático.								
Nº de Entidades / Organismos	6	Nº de procedimentos efectuados	5	Volume total negociado	3.127.748,00	Poupança total (Euros)	1.692.396,00	Poupança média (%)	54,1%

2. Constituição da UMC								
<p><b>Missão:</b> Actuar transversalmente a todo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, até à implementação da nova Lei Orgânica, por forma a, por um lado, promover maior eficácia, eficiência, transparência e reduzir os custos de aquisição para os organismos do Ministério e, por outro lado, alinhar a política do Ministério e dos respectivos organismos com a política global das compras públicas, actuando em plena articulação com a Unidade Nacional de Compras.</p> <p><b>Objectivo a Médio Prazo (2005 e 2006):</b> Centralização de categorias de Vaga II e III; Modelo de monitorização e benchmarks; Definição do Modelo de relacionamento com a UNC; Avaliação do desempenho da EPC e identificação de necessidades adicionais face ao quadro de desenvolvimento, consolidação e resultados anuais, tendo em vista a revisão do modelo no final de 2006.</p> <p><b>Áreas de Actuação da Estrutura Projecto de Compras (EPC):</b> Definir políticas de compra e de sourcing a nível ministerial, em articulação com a UNC; Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra dos organismos, incluindo a consolidação do planeamento e análise/ uniformização das especificações dos produtos e serviços a adquirir por estes; Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias ministeriais, bem como na gestão dos respectivos contratos e relações com fornecedores.</p> <p>Criação da Unidade Central de Compras (UCC) efectuado em 06-01-2005.</p>								
Definir o Modelo Organizacional e Bases de Regulamento Interno da EPC.								
<p>Processos e procedimentos de relacionamento interno e com entidades externas.</p> <p><b>Objectivos a Médio Prazo (2005 e 2006):</b> Definição de contratos tipo para as diversas categorias de bens e serviços; Definição de modelo de monitorização; Proposta de Melhorias ao nível do Processo de Compras.</p>								
Envio de newsletter com periodicidade bimestral a todos os Organismos intervenientes e Workshop com componente de formação.								
<p>Formação (interna) aos colaboradores. Foi efectuada uma formação a todos os elementos da EPC.</p>								
<p>Standardização de artigos de escritório e preparação de negociação de alguns (a definir em breve); Criação de catálogo para o MTSS; Preparação de uma newsletter inserida no plano de comunicação do projecto no MTSS.</p> <p>O envolvimento dos novos organismos no plano de generalização será potenciado pelo desenvolvimento de acções de Formação/ Sensibilização e pela elaboração de um "Dossier de Adesão" contendo, entre outros: Apresentação do Programa Nacional de Compras Electrónicas; Resumo do Projecto-Piloto, incluindo objectivos pretendidos e resultados alcançados; Detalhe do Plano de Generalização.</p>								

Ministério da Educação (ME)									
<b>1. Âmbito e Resumo</b>									
Organismos incluídos no Projecto	Secretaria Geral do Ministério da Educação (SG); Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE - DAPP); Inspeção Geral de Educação (IGE); Gabinete de Gestão Financeira (GGE- GEF); Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV); Gab. Assuntos Europeus e Rel. Internacionais (GAERI); Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC – DEB); Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE); Direcção-Geral Rec. Hum. Educação (DGRHE – DGAE); Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL); Direcção Regional de Educação do Norte (DREN); Direcção Regional de Educação do Centro (DREC); Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREALT); Direcção Regional de Educação do Algarve (DREALG).								
Categorias incluídas no Projectos	Material de Escritório e Consumíveis de Informática: Incluem-se nesta categoria diversos tipos de material tais como: Arquivadores, Blocos, Cadernos, Capas, CDs, DVDs, Disquetes, Impressos, Invólucros, Material de Escrita (ex: canetas, esferográficas, lápis, lapiseiras, marcadores, etc...), Papel (ex: A4, A3, Branco, Reciclado, etc...), Pastas, Separadores, Tapes, Tinteiros, Toners, ZipDrives e outros.  Material Didáctico: Corresponde às aquisições de material utilizado nas Escolas, desde material desportivo (ex: Espaldares, trampolins, tabelas de basquetebol,...) até material informático (ex: Impressoras, microcomputadores, leitores de códigos de barras,...).								
Nº de Entidades / Organismos	27	Nº de procedimentos efectuados	6	Volume total negociado	1.298.156,57	Poupança total (Euros)	237.229,04	Poupança média (%)	18,3%

## 2. Constituição da UMC

### Objectivos a Curto Prazo (2004):

Consolidação da missão e objectivos, estrutura organizacional e quadro de pessoal;  
 Análise dos sistemas de gestão e informação existentes complementado o trabalho do projecto-piloto;  
 Definição do modelo de gestão a adoptar para Gestão Estratégica de Compras;  
 Definição de critérios de selecção de uma solução de BackOffice integrada.

### Objectivos a Médio Prazo (2005 e 2006):

Centralização de categorias de Vaga II e III;  
 Implementação do sistema de gestão e informação integrado ao nível do ME;  
 Modelo de monitorização e benchmarks (estabelecimento da política de monitorização - periodicidade de auditorias, responsabilidades, mecanismos de reporte).

A UMC terá como responsabilidades fundamentais a identificação e agregação de necessidades e a centralização da negociação ao nível da Unidade Ministerial de Compras, descentralizando a aquisição nos organismos, através do acesso às condições negociadas pela UMC.

Actividades: definição das bases do regulamento interno; definição de processos e procedimentos internos ao CAPI; consolidação do plano de comunicação; preparação de duas edições de suportes de comunicação; preparação de um evento de divulgação ao nível do Ministério;

Definir o Modelo Organizacional e Bases de Regulamento Interno do CAPI

Objectivos: Definição de processos e procedimentos de suporte à aquisição via contrato ou de bens de consumo imediato (de relacionamento interno e com entidades externas).

### Objectivos a Médio Prazo (2005 e 2006):

Definição do Modelo de relacionamento com a UNC;  
 Definição de contratos tipo para as diversas categorias de bens e serviços;  
 Definição de modelo de monitorização.

Actividades: Definição processo de agregação e de processos e procedimentos de relacionamento CAPI e Organismos – Gestão de contratos e aquisição de bens de consumo imediato; consolidação dos requisitos de integração com sistemas B/O existentes; apoio à definição dos indicadores necessários à gestão do CAPI; desenvolvimento de ferramenta transitória de suporte aos principais indicadores definidos;

Envio de newsletter com periodicidade bimestral a todos os Organismos intervenientes e Workshop com componente de formação.

Formação (interna) aos colaboradores das áreas de compras dos organismos.

## Factores Críticos de Sucesso

A implementação do PNCE (iniciada em Setembro 2003) termina agora o ciclo de conceptualização (aprofundamento) e experimentação (prova de conceito), que teve resultados extremamente positivos e entra agora num ciclo de generalização onde são necessárias acções decisivas de nível central:

- 1 - Estudos realizados no âmbito das compras públicas Electrónicas
- 2 - Clarificação da implementação da Unidade Nacional de Compras;
- 3 - lançamento de acordos-quadro numa nova lógica (multidisciplinar, participativa, profissional, com suportes electrónicos);
- 4 - modernização dos processos de compras da Administração Pública – experiências nos piloto necessitam de generalização, com alterações de regras a nível da AP e legislativas;
- 5 - implementação dos sistemas tecnológicos estruturantes – procedimentos em curso;

Estudos realizados no âmbito das compras públicas Electrónicas

De entre os vários estudos realizados destacam-se os seguintes:

Os estudos efectuados no final da elaboração do Plano de Acção para o Governo Electrónico e do Programa Nacional das Compras Electrónicas (PNCE), ainda antes do arranque dos projectos-piloto das compras electrónicas. Estes estudos, para além da caracterização do Benchmarking sobre Potenciais Poupanças para o Estado Português e da Metodologia para um Estudo sobre Poupanças, consistiram ainda em apoiar a UMIC na elaboração da estratégia nacional para as compras electrónicas, definição estratégica de opções tecnológicas e na indicação das soluções tecnológicas mais adequadas.

Destaque-se também

Em Março de 2004, com o objectivo de monitorizar, acompanhar e sobretudo melhorar o processo de aquisições pelo Estado, que coincidia com o final da realização dos projectos-piloto das compras electrónicas em 6 ministérios, a UMIC decidiu detalhar e alargar o estudo efectuado inicialmente com base no Orçamento de Estado de 2004 aos 16 Ministérios.

Deste modo, foi realizado um novo estudo, subordinado aos seguintes objectivos: Definição da Estimativa de Potenciais de Poupanças do PNCE (Gestão Estratégica de Compras e Gestão da Implementação dos Projectos do PNCE) e Definição do Modelo e Implementação do Sistema de Monitorização e Reporte de Compras Públicas.

Neste momento, pretende-se actualizar os valores das poupanças para o orçamento de 2005, tendo em consideração as poupanças já realizadas até ao momento e a criação de condições para um maior detalhe e sistematização na monitorização das mesmas.

Lançamento de concursos públicos internacionais para Novos Acordos Quadro

Os actuais acordos-quadro - datados e montados numa estratégia de montra - não permitem a realização de poupanças significativas e na maioria dos casos promovem o facilitismo no processo de aquisição pública. O efeito contrário que se requer no PNCE. Adicionalmente, toda a estratégia do PNCE, assim como dos restantes países europeus, está baseada na gestão adequada dos seus acordos quadro. A maior parte das poupanças resultantes do PNCE, requerem uma actualização dos acordos-quadro.

Os estudos efectuados traduzem-se num potencial de poupança anual de 129-267 Milhões de euros (2% do OE 2003). Tendo em consideração o necessário tempo de maturação para o impacto nas poupanças efectivas se manifestar, cada dia de atraso representa um custo de oportunidade de 500.000 euros em relação à velocidade de cruzeiro de 129-267 M poupanças/ano.

Neste momento, por forma a obter poupanças significativas, considera-se premente o lançamento de novos acordos quadro (Contratos Públicos de Aprovisionamento) nas seguintes categorias:

- Equipamento e Material informático (substitui parcialmente actual acordo do CTAP)
- Combustíveis e Lubrificantes (substitui parcialmente actual acordo do CTAP)
- Comunicações (substitui parcialmente actual acordo do CTAP)
- Vigilância e Segurança
- Material de Escritório
- Electricidade
- Equipamento administrativo
- Material de transporte
- Limpeza e Higiene (serviços)
- Refeições confeccionadas

Sumário da Situação Actual

A estratégia de desenvolvimento dos actuais acordos quadro da DGP (Contratos Públicos de Aprovisionamento ) possui um carácter de “montra”, mediante a negociação de acordos de fornecimento com o objectivo de disponibilizar o maior leque possível de fornecedores e produtos, facilitando apenas o processo administrativo da aquisição mas não se transformando em condições preferenciais de compra pela AP, uma vez que os preços presentes em catálogo são apenas preços máximos sujeitos a posterior negociação individual pelos organismos.

Estes processos têm sido efectuados sem recurso a estratégias de sourcing e negociação que são o principal factor gerador de poupança nos processos aquisitivos.

A fragilidade deste processo em termos negociais é acentuada pela inexistência de informação sobre as compras efectuadas pelos organismos e suas necessidades, não se tirando partido da agregação do poder de compra do maior comprador nacional que é a Administração Pública.

Outro factor que condiciona a falta de eficácia dos actuais acordos quadro para a constituição de poupanças resulta da inexistência de mecanismos de avaliação dos processos e das poupanças resultantes da utilização desses acordos quadro.

As Portarias que homologaram os Contratos Públicos de Aprovisionamento celebrados pela Direcção Geral de Património, ultrapassaram, na sua maioria, o prazo de vigência de três anos nelas previsto, mantendo-se as mesmas em vigor até à data de homologação de novos acordos quadro.

Esta desactualização tem distorcido o funcionamento do mercado, uma vez que muitos dos principais fornecedores actuais do mercado não estão considerados.

#### A Experiência dos Projectos Piloto

A experiência dos Projectos Piloto conduzidos em alguns organismos de ministérios seleccionados têm demonstrado que:

- Processos negociais simples, com um nível muito reduzido de agregação utilizando os fornecedores do CTAP têm permitido poupanças efectivas entre os 15% a 50%, com uma média de poupança de 40% em relação aos preços indicativos do CTAP e de 30% em relação ao melhor preço praticado pelos organismos envolvidos. Estas poupanças tenderão a ser superiores em processos de agregação de valor superior no âmbito de uma adjudicação fechada a poucos concorrentes ou com um leque de fornecedores mais alargado;
- Os acordos quadro podem ser uma importante ferramenta de controle da despesa, se devidamente negociados e se for monitorizada a sua utilização;
- Os organismos aderem facilmente a acordos negociados centralmente, se para eles advir uma mais-valia negocial, uma vez que a mais-valia administrativa representa per si um elevado benefício.

#### A definição das categorias transversais e estimativa de poupança

Igualmente no âmbito da implementação do PNCE foi desenvolvido pela UMIC um projecto que teve como objectivo definir as categorias (ou famílias) de bens e serviços mais indicadas para um processo centralizado de aquisição e estimar quais as poupanças potenciais que podem advir da centralização e reestruturação das compras do estado.

Da análise da tipologia de compras do estado, conclui-se que 29% das despesas do Estado em aquisição de bens e serviços correntes e de capital possuem um carácter transversal no montante de 2.341 Milhões de euros/ano.

Os resultados desta análise traduzem-se num potencial de poupança anual de 129-267 Milhões de euros (2% do OE 2003).

Neste estudo, para além de um benchmark de 300 projectos internacionais foram considerados: a despesa do Estado em 2003, a experiência dos projectos pilotos e o PNCE.

A priorização das famílias de compras com base no seu potencial de poupança e facilidade de implementação de uma acção coordenada de sourcing, levou à identificação de três vaga de famílias para a racionalização do processo de compras.

A implementação da primeira vaga, composta por 10 famílias que representam um potencial de poupança de 73 a 147 M , face a uma despesa alcançável de 1.068 M , abarca as famílias que deverão ser transformadas, de imediato, em acordos quadro negociados centralmente:

- Equipamento e Material Informático - 24,5 M (potencial de poupança)
- Vigilância e Segurança - 8,7 M
- Material de Escritório - 10,4 M
- Combustíveis e Lubrificantes - 2,6 M
- Encargos das Instalações - 5,7 M
- Equipamento Administrativo - 5,1 M
- Material de Transporte - 1,8 M
- Limpeza e Higiene (Serviços) - 14,2 M
- Comunicações - 2,5 M
- Alimentação - Refeições confeccionadas - 14,8 M

Foi igualmente desenvolvido documento com a análise da estratégia de sourcing para estas famílias contendo: a análise de compras do Estado, análise do mercado fornecedor e estratégias de sourcing e potencial de poupanças, cujo documento junto enviamos.

Em complemento está em desenvolvimento um Sistema de Monitorização para controle e acompanhamento das poupanças geradas.

O adiamento da implementação desta estratégia tem um custo diário muito elevado para o Estado, para além de enviar um sinal negativo para a dinâmica já construída nos ministérios e poder incentivar a tomadas de iniciativa sectoriais que esvaziarão o impacto do esforço a levar a cabo centralmente.

O atraso de 1 mês no lançamento dos acordos quadro fará atrasar os benefícios deste projecto somente para 2005. Tendo em consideração que é necessário um tempo de maturação para o impacto nas poupanças efectivas se manifestar, cada dia de atraso representa um custo de oportunidade de 500.000 euros em relação à velocidade de cruzeiro de 129-267 M poupanças/ano.

#### Definição da Unidade Nacional de Compras

- A criação de uma Unidade Nacional de Compras que assegure a gestão e actualização de todo o Programa Nacional de Compras Electrónicas, com responsabilidades de definição e monitorização de políticas, de sourcing (gestão estratégica de compras), de regulação, normalização e promoção, e de gestão dos sistemas de informação centralizados;
- O enfoque inicial da UNC será nos processos negociais centralizados, por forma a obter um impacto inicial mais significativo ao nível das poupanças;
- O modelo preconizado (resultado de um estudo encomendado a uma consultora internacional independente) segue a tendência internacional nesta matéria, embora consubstancie um modelo minimalista em termos de dimensão. Para este efeito, esta Unidade será alavancada por Unidades Ministeriais de Compras (na óptica de serviços partilhados), que assegurarão um nível adicional de impacto nas poupanças através de racionalização a nível ministerial e a gestão centralizada de categorias sectoriais;
- Esta Unidade irá agregar as responsabilidades atribuídas à UMIC e à Direcção Geral do Património (DGP) nesta matéria;
- A forma jurídica mais adequada para a Unidade Nacional de Compras, de acordo com aquele estudo, é o de uma estrutura de natureza empresarial por forma a garantir a flexibilidade necessária à gestão da complexidade inerente a esta matéria e dimensão, bem como à garantia de concretização do elevado impacto em termos de poupanças e racionalização de processos. Deste modo, propõe-se a criação de uma Agência Nacional de Compras sob a titularidade social do Ministério das Finanças.
- Propõe-se que a UNC tenha um arranque o mais breve possível, assumindo as atribuições da DGP nesta matéria desde o primeiro momento e as atribuições da UMIC de uma forma faseada, até ao final de 2004. A liderança política deste processo mantém-se na UMIC até ao final de 2004;
- O Plano de Negócio realizado ilustra que esta entidade consegue obter com facilidade a sua auto-sustentabilidade e, dependendo da ênfase política e de gestão, uma elevada rentabilidade. O estado de desenvolvimento do PNCE à altura do arranque da Agência Nacional de Compras permitirá uma estimativa mais próxima da realidade, nunca pondo em causa a sua viabilidade.

A UNC tem como competências:

- Implementar e adaptar continuamente o Programa Nacional de Compras Electrónicas;
- Definir, comunicar e avaliar as políticas e a estratégia global de compras para a Administração Pública;
- Elaborar, em colaboração com entidades especializadas, os estudos necessários à formulação de medidas nas matérias relacionadas com as compras públicas;
- Propor a definição dos quadros normativos reguladores das compras públicas;
- Promover a divulgação da informação relacionada com as compras públicas e as acções adequadas ao seu correcto entendimento;
- Definir, desenvolver e implementar estratégias de compra e negociação para as categorias de produtos e serviços centralizadas;
- Coordenar e auxiliar os organismos públicos e seus fornecedores na adopção das normas e procedimentos definidos para o aprovisionamento público;
- Avaliar o desempenho da função compras ao nível da Administração Pública;
- Assegurar as relações externas em matéria das suas atribuições, em articulação com outras entidades competentes;
- Definir e promover procedimentos de natureza normativa relativos à aquisição e utilização de sistemas informáticos de suporte ao aprovisionamento público, definindo os standards de comunicação;
- Promover a permanente adequação dos sistemas de informação de suporte às compras públicas às necessidades de gestão e operação desta função;
- Gerir as aplicações centralizadas que integram o Sistema de Compras Públicas Electrónicas, bem como as aplicações de suporte à actividade da UNC.

Os Recursos a Mobilizar

Para atingir estas poupanças e lançar os acordos quadro referidos terá que se actuar em duas frentes:

- Constituição de equipas multidisciplinares;
- Preparação técnica e logística.

Constituição de equipas multi-disciplinares

A condução do procedimentos por equipas de uma só organização corresponde a um modelo ultrapassado com resultados parcos. A prática recente ilustra que equipas multidisciplinares, suportadas por especialistas e gestores de projecto e representantes dos organismos compradores, têm resultados elevados.

Adicionalmente, é necessário constituir uma equipa com uma dupla vertente: uma vertente permanente e um vertente variável e transitória que assegure capacidade em período de pico de trabalho e conhecimento especialista pontual.

## 2.3. PORTAL DO CIDADÃO

### Objectivo e Descrição

Este projecto tem por objectivo congregar os serviços prestados pela Administração Central e por outras entidades ou empresas prestadoras de serviços de cariz público, quer ao cidadão individual quer a empresas, comunicando e disponibilizando-os por via electrónica, e permitindo a sua realização completa no portal ou a obtenção de informação sobre um determinado serviço.

Com a criação do Portal do Cidadão [lwww.portaldocidadao.pt](http://www.portaldocidadao.pt) pretende-se:

- Facilitar a relação entre os Cidadãos e a AP;
- Colocar a Administração Pública a comunicar entre si;
- Desenvolver iniciativas de reformulação dos processos de retaguarda, sofisticando os serviços, de modo a permitir a sua colocação online no Portal do Cidadão

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <p>Mobilização de mais de 120 entidades da Administração Pública, correspondendo ao envolvimento de mais de 500 pessoas;</p> <p>Desenvolvimento, manutenção e gestão de toda a infra-estrutura tecnológica e aplicacional para o Portal do Cidadão, criada de raiz para o efeito;</p> <p>Desenvolvimento de uma classificação taxionómica lógica e entendível pelos cidadãos, a todos os serviços públicos electrónicos disponíveis;</p> <p>Produção de conteúdos de interesse para o Cidadão</p> <p>Lançamento do Portal do Cidadão a 17 de Março de 2004:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 122 prestadores de serviços</li> <li>• mais de 700 serviços: 50% informativos, 30% interactivos e 20% transaccionais</li> </ul> <p>Lançamento do Serviço de Alteração de Morada, com 14 entidades envolvidas, originando assim o primeiro serviço transversal de referência oferecido no Portal do Cidadão.</p> <p>Linha telefónica de apoio aos utilizadores do Portal do Cidadão - 808 24 11 07 - partilhada com a linha de apoio telefónico das Lojas do Cidadão</p> <p>Migração do Serviço Público Directo, com cerca de 18.000 pedidos mensais de certidões, para o Portal do Cidadão</p> <p>Realização de estudos qualitativos antes e após o lançamento do Portal</p> <p>Campanha de comunicação aquando do lançamento do Portal</p> <p>Presença constante em meios de comunicação on-line.</p> <p>Criação de Newsletter semanal a todos os cidadãos que a subscreverem, actualmente com mais de 1600 subscritores.</p> <p>Evolução do Directório da Administração Pública: upgrade ao serviço que permite o download da aplicação para o desktop do utilizador e a sua actualização automática.</p> <p>Criação de Ferramenta de edição de conteúdos que permite aos prestadores a edição e actualização de conteúdos, via web.</p> <p>Criação do Portal do Cidadão Móvel: funcionalidades para WAP/PDA e/ou SMS: obtenção do número de eleitor e da freguesia ; contactos de entidades da Administração Pública (Centros de emprego, hospitais, repartições de finanças, etc); alertas de notícias ou eventos relacionados com a AP.</p> <p>Desenvolvimento da Ferramenta Corporativa, permitindo a criação de uma intranet para todas as equipas do Portal do Cidadão, dentro dos organismos.</p>	<p>Em curso/A Realizar</p> <p>Encontra-se em desenvolvimento a plataforma de pagamentos comum à Administração Pública.</p> <p>Em curso o desenvolvimento da nova versão do serviço de Certidões Online (incluindo novas funcionalidades, nomeadamente a integração do back office nas conservatórias, o módulo de carrinho de compras, a pesquisa automática de conservatórias, entre outros),</p> <p>Integrar o resultado das iniciativas de reformulação de processos de retaguarda dos serviços públicos.</p> <p>Constituir o Espaço Público, constituindo um repositório de informação e de funcionalidades de natureza dinâmica e de interacção entre o Cidadão e o Estado.</p> <p>Desenvolver o “Meu Portal”, constituindo uma primeira materialização de uma relação personalizada com a Administração Pública, fornecendo um interface próprio de relacionamento com o Cidadão.</p> <p>Desenvolver a Loja Virtual, consagrando um espaço transaccional partilhado de comercialização de produtos da Administração Pública, valorizando e facilitando o acesso da população ao seu enorme acervo documental e cultural.</p> <p>Implementar a prova de conceito da Plataforma de Interoperabilidade utilizando os serviços do EUL – Estádio Universitário de Lisboa.</p> <p>Implementar a segunda fase do Serviço de Alteração de Morada concretizando a sua completa desmaterialização e prossecução do serviço totalmente por via electrónica.</p>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Garantir a evolução do Portal do Cidadão numa crescente aproximação da relação com Cidadãos e Empresas</p> <p>Garantir o prosseguimento das iniciativas de reformulação de processos e a colocação online dos respectivos serviços no Portal do Cidadão</p> <p>Mobilizar e garantir a participação activa dos organismos da AP</p> <p>Evoluir para a integração da Administração Local</p> <p>Garantir a Actualização dos Serviços Oferecidos</p>

Impacto
<p>O Portal do Cidadão constitui um verdadeiro Instrumento para a mudança do relacionamento do Estado com o Cidadão, fornecendo serviços numa base da procura e não da oferta.</p> <p>O Portal conseguiu transmitir uma imagem de vanguarda, abrangendo todas as situações de vida do cidadão e da empresa, apresentando-as de uma forma moderna e flexível. Neste sentido, é também primordial continuar a comunicar convenientemente a importância do portal, a ter uma taxionomia actualizada e adaptada às necessidades dos cidadãos e empresas e continuando a promover conteúdos e serviços cada vez mais dinâmicos.</p> <p>Passado um ano desde o seu lançamento, o portal recebe em média 2,5 Milhões de Page Views por mês e conta já com 2,6 milhões de visitas e cerca de 38 mil downloads mensais de documentos, formulários, legislação, entre outros. No que diz respeito a visitas únicas, cerca de 5% da população portuguesa já visitou o Portal, uma vez que o Portal está perto de alcançar o meio milhão de visitas únicas.</p> <p>Dentro dos serviços disponíveis no Portal, os mais utilizados foram, desde o seu início, a Entrega de Declaração de IRS, o Serviço Público Directo, o Serviço de Alteração de Morada, o Pedido de Registo de Marcas e Patentes, bem como todos os serviços relativos a simuladores – de IRS, Crédito Habitação, entre outros. Ao todo as páginas relativas a serviços receberam já mais de 4 milhões de page views.</p> <p>Através de um estudo realizado pela Marktest apurou-se, em Dezembro de 2004, que cerca de 36% da população portuguesa conhecia o Portal do Cidadão. Nesse estudo, apurou-se simultaneamente que cerca de 29% dos inquiridos já tinham utilizado o Portal do Cidadão. 75% dos inquiridos que já visitaram o Portal garantiram que pretendem voltar a utilizá-lo.</p> <p>Com a colaboração de todos os Ministérios e também da Sociedade Civil, pretende-se continuar a dar especial importância a este projecto contínuo, que proporciona benefícios aos três principais agentes da Sociedade da Informação e do Conhecimento: Cidadãos, Empresas e Organismos da Administração Pública.</p>

## 2.4. REFORMULAÇÃO DE PROCESSOS

Objectivo e Descrição
<p>A Iniciativa de Reformulação de Processos de Retaguarda tem por objectivo promover o processo de e-transformação no interior da Administração Pública, protagonizada pela reengenharia de processos, com o claro sentido de desmaterializar, agilizar e simplificar o relacionamento do Estado com o Cidadão e Empresas.</p> <p>Esta Iniciativa promove ainda a integração e partilha dos sistemas de informação de suporte aos processos complexos, através de mecanismos de interoperabilidade semântica (ex. Projecto de Definição do Modelo de Metadados Comuns para a AP), técnica e tecnológica.</p> <p>Por sua vez, o Portal do Cidadão, ponto de contacto, por excelência, com o universo de serviços públicos, é o local privilegiado onde os serviços electrónicos, resultantes da reengenharia serão disponibilizados. Os novos serviços transversais passam assim a integrar o catálogo de serviços globais, cuja análise inicial muito ajudou a perceber qual o grau de sofisticação dos serviços electrónicos existentes, permitindo uma mais rápida identificação das áreas necessitadas de intervenção.</p>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <p>Levantamento inicial dos processos onde se assumiu como ponto de partida o conjunto de áreas de intervenção definidas no Plano de Acção eEurope, enriquecendo-as com a identificação das necessidades potenciais apresentada em vários estudos nacionais e internacionais.</p> <p>Os critérios subjacentes à escolha dos processos candidatos a reformulação tiveram em atenção os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Procura de uma representatividade de processos orientados aos Cidadãos e às Empresas;</li> <li>• Procura dos processos de maior transversalidade inter-ministerial, facilitando assim a partilha e evitando redundâncias de procedimentos;</li> <li>• Englobamento de melhorias diversas na prestação dos serviços públicos electrónicos nas áreas a desenvolver, aproveitando o relacionamento a estabelecer com as entidades e a própria dinâmica da iniciativa (por exemplo: associar à reformulação de um processo de marcação de consultas nos hospitais, a capacidade "inteligente" de pesquisa dos hospitais mais próximos, com determinados serviços, etc.).</li> </ul> <p>De acordo com estes critérios foram seleccionados 32 macro-processos, que incluem cerca de 120 processos associados, (ex. procura e oferta de emprego integradas, criar uma empresa, alterar a morada, etc.)</p> <p>A escolha dos processos iniciais passíveis de intervenção, tiveram como objectivo, adequar formas e meios de propagar a Iniciativa aos restantes processos. Se quisermos, a "prova de conceito" foi feita a vários níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Engenharia completa, desenvolvendo um sistema integrado, disponibilizado numa área própria no Portal do Cidadão (ex: Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica);</li> <li>- Reengenharia ao nível tecnológico e técnico, através do desenvolvimento de webservices que garantem uma integração na disponibilização do serviço (ex: Procura e Oferta de Emprego e Formação Profissional, Público e Privado);</li> <li>- Reengenharia total do processo, nas vertentes, organizacional, tecnológica, recursos humanos e jurídica, através da apresentação totalmente integrada dos sub-processos associados ao ciclo de vida da empresa (ex: Dossier Electrónico de Empresa).</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançados os cadernos de encargos relativos aos projectos Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, Procura e Oferta de Emprego e Formação Profissional, Ciclo de Vida da Empresa (criação, actividade e cessação ou suspensão) e FSC.</li> </ul> <p>Todo o esforço de reengenharia só produzirá resultados efectivos com a implementação de uma verdadeira plataforma transversal de interoperabilidade (cf. Arquitectura Tecnológica e Infra-estrutura de Segurança). Será ela que criará as condições tecnológicas, metodológicas e de normalização, que suportarão a disponibilização electrónica de serviços da AP.</p> <p>Esta Plataforma de Serviços Comuns vai permitir ultrapassar a dificuldade de comunicação entre os diferentes sistemas de informação existentes na Administração Pública.</p>	<p>A decorrer</p> <p>1. Qualificação e avaliação das propostas relativos aos projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica;</li> <li>- Procura e Oferta de Emprego e Formação Profissional;</li> <li>- Ciclo de vida da empresa;</li> <li>- Framework de Serviços Comuns.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Continuação de envolvimento dos organismos envolvidos nos referidos processos de reestruturação;</li> <li>2. Necessidade de acções de sensibilização e comunicação para a gestão da mudança para uma eficiente adopção efectiva dos processos em curso.</li> </ol>

Impacto
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Racionalização de custos</li> <li>2. Racionalização da organização da AP</li> <li>3. Novo modelo de gestão e cultura orientada para resultados</li> <li>4. Melhoria do serviço prestado pelos organismos públicos da Justiça aos cidadãos e empresas</li> <li>5. Transparência</li> <li>6. Requalificação dos recursos humanos</li> </ol>

## 2.5. CIDADES E REGIÕES DIGITAIS

Objectivo e Descrição
<p><b>Descrição</b></p> <p>O Projecto Cidades e Regiões Digitais é um plano de acção da sociedade de informação para o governo local, tendo como principal objectivo estabelecer um nível mínimo de desenvolvimento da sociedade da informação para os municípios portugueses. De forma a assegurar este objectivo foram definidos catorze metas, a implementar por 12 projectos claramente definidos, agrupados em 4 vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Dinamização regional:</b> criação de um portal regional com informação e serviços com relevância local com os seguintes 5 objectivos:           <p>Promover a região aos seus visitantes, informação e serviços prestados pelos municípios aos seus habitantes, criação de redes de conhecimento para empresas e clusters locais e assegurar a participação regional desenvolvendo novas competências.</p> </li> <li>• <b>Governo Local em Banda Larga:</b> disponibilização de serviços de âmbito local numa lógica de eventos de vida, focado em três áreas a do licenciamento de construção, pagamentos de taxas e reclamações. Para estas acções terem sucesso é fundamental alterar os processos e procedimentos das autarquias suportados por uma intranet e dotar os municípios de acesso a email e Internet a todos os seus colaboradores.</li> <li>• <b>Pontos Municipais de Banda Larga:</b> Criação de pontos de acesso grátis à Internet para que a população possa aceder à Internet em espaços públicos de acesso.</li> <li>• <b>Infra-estruturas:</b> Implementar uma única plataforma regional de dados que suporte o portal, os vários serviços e projectos da iniciativa. Criação de redes IP municipais de interligação de edifícios municipais de forma a criar e integrar numa única rede o acesso aos sistemas de informação de cada autarquia.</li> </ul> <p><b>Objectivo</b></p> <p>Este programa tem como objectivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• reforçar o capital social de uma região,</li> <li>• estimular a aprendizagem contínua e</li> <li>• embeber as tecnologias de informação na rotina diária do governo local e da sociedade civil, de forma a aumentar a competitividade através de sistemas de inovação regionais, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas, promover a participação dos cidadãos e desenvolver a economia de uma área geográfica de forma sustentada.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p><b>Realizado</b></p> <p>Criação do Guia Operacional das Cidades e Regiões digitais</p> <p>Aprovação de 25 projectos envolvendo 230 municípios com um investimento total de 224 milhões de euros.</p> <p>Reuniões de apresentação e discussão dos projectos com os promotores, para preparação dos respectivos pareceres.</p> <p>Criação do site <a href="http://www.cidadesdigitais.pt">www.cidadesdigitais.pt</a></p>	<p><b>A Realizar</b></p> <p>Criação de uma equipa de acompanhamento dos projectos Cidades e Regiões Digitais.</p>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Reforço da mobilização das várias entidades públicas e privadas de índole local para o projecto</p> <p>Acompanhamento da iniciativa</p>

### Impacto

Criação de infra-estruturas de ponta regionais, captar e criar competências tecnológicas na Região, melhor qualidade de serviços aos cidadãos, projectar a Região, potenciando a sua competitividade

## 2.6. CAIXA DE CORREIO UNIVERSAL

### Objectivo e Descrição

A UMIC e os CTT decidiram estabelecer um protocolo para desenvolver e introduzir no mercado um sistema Caixas de Correio Electrónicas Universais (CCEU) (integradas numa plataforma de serviços de comunicações híbridas e electrónicas seguras a toda a sociedade - cidadãos, empresas, Governo), e cujas principais características são :

- oferecerem, no mundo digital e para todas as organizações e cidadãos, função com similar relevância à das tradicionais caixas de correio físico,
- disporem de atributos adequadas ao fim atrás referido, tais como :
  - a) segurança, confidencialidade e integridade (nos acessos e nos conteúdos)
  - b) perenidade temporal (face à natureza da entidade promotora, os CTT)
  - c) associação com os endereços postais físicos dos seus possuidores, garantindo mecanismos eficientes de manutenção actualizada desta associação através de um serviço de alteração de morada (permitindo, de modo flexível e ágil, accionar mecanismos que garantam por um lado que a comunicação entre expedidores e destinatários se efectua, e por outro, que se concretiza de acordo com as preferências deste últimos)
  - d) integração com meios de pagamento (invocáveis / aplicáveis consoante a natureza dos documentos recepcionados e as opções pré-definidas pelos destinatários);

É objectivo ter o serviço disponível no Quarto trimestre de 2005, com considerando-se como meta de captação de utilizadores aderentes (voluntários) da CCD de 50,000 funcionários públicos no primeiro ano de operação.

### Ponto de Situação

#### Realizado

Assinatura do Protocolo com os CTT.

Concepção da arquitectura tecnológica.

#### A realizar

- 1 O desenvolvimento do conceito da caixa de correio digital na perspectiva do marketing do serviço;
- 2 Criar a envolvente legal que permita consagrar como canal oficial entre a AP e os cidadãos, sem prejuízo de serem receptáculo de quaisquer outras comunicações electrónicas provenientes de origens livremente consentidas (facturas, extractos, notificações, etc.), assim como tenha força legal equivalente à morada física nas relações entre empresas e os seus clientes
- 3 Concepção e operacionalização de uma estratégia de abordagem ao mercado tendo como alvo em fase piloto um grupo de funcionários públicos considerados enquanto cidadãos destinatários de correspondência da administração pública assim como empresas potencialmente clientes do serviço, e.g. Empresas de Telecomunicações, Bancos, Utilities, etc.

### Factores Críticos de Sucesso

Necessidade de acções de sensibilização e comunicação para a adesão dos serviços e servidores seleccionados.

### Impacto

1. Maior Eficiência nas comunicações Estado-empresas-cidadãos
4. Promoção do modelo multicanal (desmaterializado) de correio universal
5. Modernização dos processos da AP

## 2.7. ARQUITECTURA TECNOLÓGICA (INTEROPERABILIDADE E COMUNICAÇÕES), INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA DIGITAL E POLÍTICAS DE SOFTWARE

Objectivo e Descrição
<p>A infra-estrutura nacional assume um papel determinante na disponibilização de serviços públicos em linha, dado que actua como agente facilitador da comunicação entre os diversos sistemas de informação da Administração Pública e destes com o exterior, através de mecanismos adequados de interoperabilidade e segurança, sendo para tal necessário (este projecto está a ser desenvolvido com uma forte sinergia com a Racionalização das Comunicações):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir uma Nova Arquitectura Tecnológica para a AP;</li> <li>• Efectuar a Ligação em Banda Larga de toda a AP;</li> <li>• Definir e adoptar Normas de Interoperabilidade;</li> <li>• Definir um Plano Nacional de Segurança Digital;</li> <li>• Criar Políticas de Utilização do Software.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do Guia de Interoperabilidade da Administração Pública (e-GI@P), Normas e Modelo de Gestão – Concluído em Novembro 2003;</li> <li>• Workshop de divulgação de soluções de software aberto na Administração Pública - Setembro 2004;</li> <li>• Lançamento de caderno informativo sobre o software aberto para informação dos elementos da AP – Setembro de 2004;</li> <li>• Prova de Conceito de Autenticação Federada – Liberty Alliance – Julho de 2004;</li> <li>• Prova de Conceito de Autenticação Federada – WS-Federation – Julho de 2004;</li> <li>• Prova de Conceito do Modelo da Arquitectura de referência do Framework de Serviços Comuns – Plataforma de Interoperabilidade - utilizando os serviços do projecto do EUL – Setembro de 2004;</li> <li>• Finalização do Modelo da Arquitectura Referencia do FSC Novembro de 2004;</li> <li>• Projecto para a Definição de políticas de segurança das redes e da informação na Administração Pública e Criação de uma Consciência Nacional de Segurança – Fevereiro de 2005;</li> <li>• Avaliação da criação de uma infra-estrutura Nacional de Chaves Públicas (PKI – Public Key Infrastructure) e de um CSIRT – Fevereiro de 2005;</li> <li>• Concurso para implementação do Framework de Serviços Comuns – Plataforma de Interoperabilidade: autenticação, Federação e gestão de identidade; registo de serviços; pagamentos; workflow e orquestração de serviços; serviços de gestão de infra-estrutura- em fase de avaliação de propostas;</li> <li>• Preparação de um projecto de Autenticação Forte Nacional em parceria com a SIBS e operadores móveis – definidos pressupostos base, aprovados pela SIBS, aguarda adesão do Governo Português.</li> </ul>	<p>A Realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da criação de uma Intranet Central da Administração Pública para interligação das redes ministeriais, que permita a comunicação segura e em banda larga entre os sistemas de suporte aos serviços da Administração Pública;</li> <li>• Definição de políticas de utilização de software para a Administração Pública com vista à adopção de melhores práticas, à estandardização e à racionalização de custos;</li> <li>• Criação do Grupo de interoperabilidade que terá como tarefa a gestão do Guia de Interoperabilidade;</li> <li>• Divulgação e adopção do Guia de Interoperabilidade da AP – e-GI@P;</li> <li>• Projecto do Modelo de governance do FSC - Plataforma de Interoperabilidade;</li> <li>• Iniciativas para promoção do Software Aberto: Tradução do documento do IDA “IDA Open Source Migration Guidelines”; Proposta de Medida Legislativa sobre propriedade do Software desenvolvido para a AP; Desenvolver Sítio de Internet para o Software na AP; Apoio à concretização de pilotos de utilização de SA na Administração Pública</li> </ul>

#### Factores Críticos de Sucesso

- Aprovação dos documentos elaborados no Projecto de Políticas de Segurança das Redes e da Informação:
  1. Aprovação da Carta de Segurança da Informação e do Plano Nacional de Segurança da Informação;
  2. Aprovação do Plano para a Criação de uma Consciência Nacional de Segurança;
  3. Aprovação dos Modelos para a Infra-estrutura Nacional de Chaves Públicas e para o CSIRT;
  4. Adesão ao Projecto de Autenticação Forte em parceria com a SIBS;
  5. Aprovação da implementação do Framework de Serviços Comuns e garantia da adopção pelas Entidades Públicas de todos os Ministérios;
  6. Apoio na negociação política com a SIBS, Unicre e Banca para a negociação do modelo de custos a adoptar na Plataforma de Pagamentos;
  7. Aprovação/constituição de um Grupo de trabalho para a definição dos metadados comuns à AP;
  8. Aprovação/constituição de um Grupo de trabalho para a definição do Arquivo Electrónico (Documento Electrónico);

#### Impacto

Os projectos na área da Arquitectura Tecnológica têm um papel impulsionador e facilitador da reforma da Administração Pública, ao permitirem a iteração transparente entre os serviços e entidades da AP, com performance e segurança. No entanto esta reforma tecnológica não é por si suficiente, obrigando a uma real reformulação organizativa e processual da AP, de forma a não se correr o risco de automatizar e expor processo ineficientes.

Vertentes do impacto:

- a) Interoperabilidade – Facilita a disponibilização de serviços integrados, através da redução do esforço, de custos e de de riscos; Permite a homogeneização dos sistemas de informação; Potencia a melhoria da qualidade e reduz a duplicação da informação;
- b) Arquitectura Tecnológica – Criação de uma infra-estrutura comum que permita aligeirar a disponibilização de novos serviços e a iteração entre os actuais quer internamente à AP, que na iteração com o cidadão, de uma forma segura, simples e com performance;
- c) Políticas de Software – Estandarização dos ambientes utilizados, partilha de experiências com vista à identificação e adopção de melhores práticas, à standardização e à racionalização de custos, e consequente redução de tempos de implementação de novas aplicações;
- d) Políticas de Segurança para a AP – Redefinição das responsabilidades e competências na área de Segurança Informática e das Redes na AP e criação de uma Política Nacional de Segurança da Informação, de acordo com as melhores práticas internacionais;
- e) Criação de uma Consciência Nacional de Segurança Informática – de forma a permitir a correcta utilização dos meios electrónicos e dos mecanismos de segurança disponíveis pelos cidadãos, empresas e outras entidades, e assim potenciar a utilização da Internet e o Comércio Electrónico.

## 2.8. RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS DE COMUNICAÇÕES

#### Objectivo e Descrição

As infra-estruturas de comunicações da Administração Pública representam um dos pilares que sustentam o processo de modernização dos serviços prestados pelo Estado ao Cidadão. Para isso, é necessário melhorar a eficiência, racionalizar e reduzir os custos, através de:

- Avaliar da Situação Actual
- Criar um Guia Normativo das Comunicações e um Novo Modelo de Gestão das Comunicações para a Administração Pública Central;
- Renegociar Condições Contratuais dos Serviços de Comunicações e efectuar a Racionalização Contínua das infra-estruturas de Comunicações, com vista à Redução dos Custos de Comunicações
- Melhorar os Perfis de Utilização das Infra-estruturas

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de Caracterização das Comunicações na AP – concluído em Novembro 2003;</li> <li>1ª Fase do Projecto de Racionalização das Comunicações no Gagest/ Min. Economia – concluído em Julho de 2004;</li> <li>Criação do Guia para as Comunicações na AP – aprovado em RCM 181/2004 de 11 de Novembro;</li> <li>Decreto-lei 1/2005 de 4 de Janeiro – regime de aquisição de bens e serviços de comunicações;</li> <li>Workshop para divulgação do Guia para as Comunicações na AP e das melhores práticas na área – 9 Fevereiro de 2005;</li> <li>Apoio à SGMAET para o lançamento dos Concursos de Comunicações para o MAET (voz fixa, voz móvel e rede de dados) – em curso;</li> <li>Apoio ao ITIJ na preparação do Concurso para a rede de dados do MJ – suspenso pelo Ministério;</li> <li>Apoio ao MEd na preparação do Concurso para a rede de dados – suspenso pelo Ministério;</li> <li>Análise da viabilidade da criação de uma Intranet para a AP em colaboração com o Ceger – suspenso pelo Ceger.</li> <li>Apoio ao IIESS na preparação do Concurso para a rede de dados do Instituto – em curso;</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio aos restantes Ministérios na Racionalização das Comunicações e na melhoria dos perfis de utilização das infra-estruturas.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<ul style="list-style-type: none"> <li>Confirmação da aprovação e implementação do Modelo de Gestão das Comunicações proposto no Guia para as Comunicações na AP:             <ol style="list-style-type: none"> <li>Criação/nomeação de uma entidade responsável pela Coordenação Intra-ministerial das Comunicações em cada Ministério;</li> <li>Nomeação/confirmação da entidade de Coordenação Inter-Ministerial das Comunicações – actualmente na competência da UMIC.</li> </ol> </li> <li>O modelo de rede de comunicações até agora adoptado passa pela integração das várias redes existentes numa única por Ministério, estando a ser elaborada a análise de viabilidade de se migrar progressivamente para uma Intranet única Nacional para a AP. Importa portanto garantir a aprovação/definição do modelo de comunicações pretendido para a AP:             <ol style="list-style-type: none"> <li>Intranet única para a AP – rede única Nacional para suporte de todas as necessidades de comunicações dos vários Ministérios, com segmentação de redes virtuais por área de “negócio”;</li> <li>Rede de Comunicações única por Ministério – integração de todas as redes por Ministério e criação de uma rede Central de interligação dos vários Ministérios;</li> <li>Redes Nacionais por função do Estado – por ex. Tributária/Fiscal/Financeira; Rede de Saúde e Segurança Social; Rede de Educação; Rede de Justiça; Rede de Defesa Nacional e Segurança Interna; Rede Internacional dos Negócios Estrangeiros e Defesa; Rede Geral do Estado (Outros serviços – Economia, Agricultura, Cidades, Obras Públicas, Cultura);</li> </ol> </li> </ul>

Impacto
<p>Os projectos na área de Racionalização das Comunicações na Administração Pública têm impacto em três vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Produtividade – uma melhor e mais performance rede de comunicações permite melhorias de produtividade quer pelo aumento da velocidade, quer pela maior facilidade na interligação e acesso aos serviços dos vários Ministério, quer ainda na maior flexibilidade para a disponibilização de serviços aos cidadãos e empresas;</li> <li>Organização – É proposta a reorganização dos recursos envolvidos nas Comunicações na AP, através da centralização da coordenação, gestão e decisão por Ministério, permitindo uma visão global por Ministério e não por “Silos” (Direcções Gerais, Institutos, etc.);</li> <li>Racionalização de Custos – os projectos de racionalização das comunicações irão permitir a redução dos custos de exploração, a melhoria da performance e da qualidade de serviço ao dispor dos utilizadores internos.</li> </ul>

## 3. INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

### 3.1. OTIC – OFICINAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA

Objectivo e Descrição
<p>A iniciativa OTIC – Oficinas de Transferência de Conhecimento e de Tecnologia – que visa a promoção de mecanismos de transferência dos resultados de investigação desenvolvidos nas instituições académicas e científicas para o mercado, através da criação de escritórios de transferência tecnológica. Visa-se promover a interligação entre a ciência-indústria e incentivar a colaboração mútua, fornecendo soluções e respostas às necessidades das empresas, tornando-as mais competitivas através da capacidade de inovar nos seus processos produtivos.</p> <p>Assim, através da iniciativa OTIC, pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumentar o nº de projectos de transferência tecnológica e dos resultados científicos com aplicação no tecido empresarial, gerados nas instituições do meio académico e científico;</li> <li>• Encorajar a transferência tecnológica e os resultados científicos com aplicação no tecido empresarial, gerados nas instituições do meio académico e científico;</li> <li>• Promover a cooperação entre as instituições científicas/académicas e as empresas, facilitando o desenvolvimento de projectos tecnológicos nas empresas;</li> <li>• Reforçar a articulação entre a UMIC e as instituições do ensino superior, a partir do trabalho desenvolvido através da iniciativa Campus Virtuais..</li> </ul> <p>No âmbito da Iniciativa OTIC, serão objecto de apoio, os projectos de criação de Oficinas de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento, que tenham por missão a promoção do enriquecimento científico dentro da instituição académica a que pertençam, de acordo com as reais necessidades do seu meio empresarial envolvente. Deverão ter por base uma prospecção de mercado e proporcionar um ambiente de cooperação Universidade-Empresa através da transferência de tecnologia e de conhecimento em projectos conjuntos entre as referidas entidades. Apenas poderão ser promotores as Universidades e Institutos Politécnicos.</p>

Ponto de Situação	
<p><b>Realizado</b></p> <p>Realização de um benchmark internacional de iniciativas de apoio à transferência de conhecimento e de tecnologia e de ligação Universidade-Empresa;</p> <p>Concepção e definição da iniciativa OTIC;</p> <p>Contrato-programa com a Agência de Inovação</p> <p>Lançamento do respectivo Edital</p> <p>Recebidas 31 candidaturas</p>	<p><b>A realizar</b></p> <p>Avaliação de candidaturas por equipa técnica altamente qualificada, constituída, entre outros, por representantes do sector académico e científico e do sector empresarial.</p> <p>Aprovação das candidaturas a financiar</p> <p>Acompanhamento dos programas de actividades propostos pelas candidaturas aprovadas, de modo a garantir a sua execução e obtenção de resultados em tempo útil</p>

### 3.2. CENTROS DE EXCELÊNCIA

Descrição
<p>A existência de redes de cooperação é essencial para a redução dos custos a nível da aquisição, utilização, distribuição e partilha do conhecimento, levando a que os resultados de I&amp;D se tornem mais acessíveis e menos onerosos às PME, com resultados ao nível da qualidade dos produtos e dos serviços.</p> <p>Estas redes são, igualmente, um veículo de estruturação de espaços de excelência através da inovação, quer seja ao nível da especialização de determinados domínios de actividade (numa lógica de clusters) quer ao nível da especialização territorial em função das actividades mais competitivas, interligando os agentes relevantes de cada território – empresários, instituições académicas, científicas, etc., com vista ao estabelecimento de redes de excelência.</p> <p>Assim, tornou-se essencial promover e apoiar a constituição de Centros de Excelência de âmbito regional, enquanto entidades dirigidas à potenciação das actividades económicas mais competitivas, através da articulação dos respectivos empresários com as instituições científicas, tecnológicas e de estabelecimentos de ensino regionais, visando criar, desenvolver e transferir conhecimento, criar redes e definir novos paradigmas de excelência.</p> <p>Os Centros de Excelência visam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir de Centros de Excelência de âmbito regional/sectorial;</li> <li>• Promover o desenvolvimento de produtos novos e inovadores e a utilização de novas tecnologias;</li> <li>• Orientar o desenvolvimento científico e tecnológico regional para as necessidades das actividades económicas associadas nos Centros de Excelência;</li> <li>• Influenciar o desenvolvimento curricular dos estabelecimentos de ensino (designadamente profissional, politécnico e superior), no sentido da preparação de recursos humanos nos domínios e actividades de excelência regional;</li> <li>• Contribuir para a promoção e desenvolvimento de redes e de clusters de inovação, através do reforço das sinergias entre os vários actores.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <p>Realização e um benchmark internacional de iniciativas de apoio ao desenvolvimento de clusters;</p> <p>Contactos com entidades visando a constituição de Centros de Excelência (Ex. Software);</p> <p>Contrato-programa com a Agência de Inovação</p> <p>Lançado o Edital</p> <p>Recebidas 38 candidaturas</p>	<p>A realizar</p> <p>Avaliação e aprovação de candidaturas.</p> <p>Acompanhamento dos programas de actividades propostos pelas candidaturas aprovadas, de modo a garantir a sua execução e obtenção de resultados em tempo útil</p>

### 3.3. NEOTEC

Descrição
<p>Uma das principais debilidades das empresas nacionais prende-se com a falta de competências no que respeita à concepção e ao design para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços. Neste sentido, tornou-se essencial a criação de medidas de apoio ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, de maior valor acrescentado, promovendo as interações entre a ciência e a indústria, reforçando assim a capacidade competitiva nacional.</p> <p>Assim, surgiu a iniciativa NEOTEC, que visa colmatar falhas existentes ao nível de iniciativas de tipo capital semente, essencial à criação e ao desenvolvimento de novas ideias e à inovação. Pretende-se estimular o empreendedorismo na comunidade académica e científica, bem como na sociedade civil, aumentando a introdução no mercado de novos produtos ou serviços e articular o desenvolvimento de ideias com as reais necessidades do mercado, nomeadamente nos sectores / clusters inovadores.</p> <p>Deste modo, através desta iniciativa, é criado um programa de apoio ao desenvolvimento de ideias inovadoras e de base tecnológica, da elaboração de um plano de negócios viável e preparação para possível implementação das ideias.</p> <p>A iniciativa NEOTEC é composta por três fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da Ideia Empresarial, onde se visa apoiar o desenvolvimento da ideia empresarial do empreendedor a partir da sua conceptualização inicial e analisar a sua viabilidade;</li> <li>• Plano de Negócios, onde se pretende apoiar o desenvolvimento da ideia do empreendedor e analisar a sua viabilidade (técnica, financeira e comercial);</li> <li>• Operacionalização e comercialização, onde se pretende transformar o potencial do projecto em resultados concretos (inovação), através do apoio ao desenvolvimento das várias fases do projecto, englobando aspectos técnicos, legais, financeiros, administrativos e outros.</li> </ul> <p>Os principais objectivos da iniciativa NEOTEC são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a emergência e o desenvolvimento de ideias de base tecnológica, visando a posterior criação de novos produtos, serviços ou processos.</li> <li>• Apoiar a elaboração de um plano de negócios viável ao nível técnico, financeiro e económico.</li> <li>• Estimular o empreendedorismo na comunidade científica e académica, assim como na sociedade civil.</li> <li>• Articular o desenvolvimento de ideias com as reais necessidades do mercado, nomeadamente nos sectores / clusters inovadores</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p><b>Realizado</b></p> <p>Benchmarking das melhores práticas internacionais no que respeita às iniciativas de tipo capital semente, visando a promoção, criação e desenvolvimento de novas ideias de base tecnológica;</p> <p>Participação da iniciativa Comunitária "Growth2growth" (Julho/2003 - TagusPark);</p> <p>Desenvolvimento do Portal de Apoio à iniciativa Neotec (<a href="http://www.neotec.gov.pt">www.neotec.gov.pt</a>);</p> <p>Articulação da iniciativa com entidades na área do empreendedorismo e inovação (ex. Anje e COTEC);</p> <p>Contrato-programa com a Agência de Inovação</p> <p>Lançado publicamente o Edital, numa iniciativa conjunta com a AdI, ANJE e COTEC</p> <p>Recebidas, na mesma fase, 35 candidaturas</p>	<p><b>A Realizar</b></p> <p>Avaliação de candidaturas por equipa técnica altamente qualificada, constituída, entre outros, por representantes do sector académico e científico e do sector empresarial.</p> <p>Aprovação das candidaturas a financiar</p> <p>Acompanhamento dos programas de actividades propostos pelas candidaturas aprovadas, de modo a garantir a sua execução e obtenção de resultados em tempo útil</p>

## 4. MONITORIZAÇÃO E FINANCIAMENTOS

### 5.1. OBSERVATÓRIO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

#### Responsabilidades

Descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>O Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (OSIC), é uma estrutura de recolha, compilação, tratamento, produção e difusão de informação e conhecimento, assim como de promoção da investigação nos domínios de interesse para a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento.</li> <li>A missão do OSIC consiste em acompanhar e interpretar os desenvolvimentos em matéria de Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, tendo em vista a disponibilização de informação de suporte à tomada de decisão política bem como a produção de conhecimento para divulgação junto da sociedade civil.</li> <li>O OSIC visa ainda contribuir para a consolidação e o enriquecimento dos fóruns de debate técnico e cívico sobre os desenvolvimentos da Sociedade da Informação e do Conhecimento.</li> <li>Constituem o núcleo de actividades centrais do OSIC a produção de indicadores estatísticos, de acordo com as determinações da União Europeia e as necessidades nacionais, e a promoção e publicação de estudos nesses domínios.</li> </ul>

#### Projectos

### GRANDES OPERAÇÕES DE INQUÉRITO

Objectivo e Descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grandes operações de inquirição estatística que procuram dar conta da expressão das novas tecnologias da informação e da comunicação na sociedade portuguesa em geral ou em determinadas esferas económicas e sociais relevantes. Neste contexto, as operações de inquérito existentes têm como principal objectivo mensurar a penetração e utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) pela População, pelas Famílias, nas Empresas, na Administração Pública Central, nas Câmaras Municipais, nas Unidades de Saúde e nos Estabelecimentos Hoteleiros.</li> <li>Pretende-se com as grandes operações de inquérito produzir conhecimento credível de elevada utilidade social (tomada de decisão pública e privada, avaliação de resultados das políticas públicas, etc.).</li> <li>As grandes operações de inquérito revestem-se, por outro lado, de uma importância acrescida no quadro da União Europeia, numa altura em que os exercícios de benchmarking tendem a ser cada vez mais sustentados por indicadores estatísticos harmonizados, decorrentes de operações de inquirição oficiais.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa - 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Famílias - 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Empresas – 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC pelas Empresas – Secção J – 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central - 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional – 2004 (falta relatório);</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais – 2004;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nos Hospitais – 2004;</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa - 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Famílias - 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Empresas - 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central - 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional - 2005</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais – 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nos Hospitais – 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nos Estabelecimentos Hoteleiros – 2005;</li> <li>Inquérito à Utilização das TIC nas Forças Armadas – 2005;</li> </ul>

#### Factores Críticos de Sucesso

- Estabelecimento de protocolos de colaboração entre a UMIC e organismos produtores de estatísticas oficiais.

## ESTATÍSTICAS SECTORIAIS

#### Objectivo e Descrição

- Produção de indicadores estatísticos para a Sociedade da Informação – delimitação de sector/área TIC (Economia, Emprego, Telecomunicações e Educação) e outros indicadores relevantes.

#### Ponto de Situação

##### Realizado

- Actualização das estatísticas do Emprego e Emprego Diplomado (ano 2003);
- Actualização das estatísticas do Peso do Sector TIC na Economia Portuguesa (2003);
- Actualização das estatísticas da Infra-estrutura das Comunicações (3º trimestre de 2004).

##### A realizar

- Actualização das estatísticas do Emprego e Emprego Diplomado (ano 2004);
- Actualização das estatísticas do Peso do Sector TIC na Economia Portuguesa (2004);
- Actualização das estatísticas da Infra-estrutura das Comunicações (4º trimestre de 2004);
- Actualização das estatísticas do recenseamento escolar anual 2004-2005 e 2005-2006 (recursos informáticos nas escolas).

#### Decisões Políticas/ Factores Críticos de Sucesso

- Colaboração interministerial;
- Envio, pelo INE, de dados do Inquérito às Empresas Harmonizado relativos ao sector TIC;
- Envio, pelo GIASE, de dados dos Modelos 400 e 700 do DAPP.

## AVALIAÇÃO DOS WEB SITES DOS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO

#### Objectivo e Descrição

- Aferir da qualidade e maturidade da presença dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado na Internet, nomeadamente no que diz respeito aos conteúdos disponibilizados e actualização dos mesmos, navegabilidade e acessibilidade dos sites, facilidades para cidadãos com necessidades especiais e serviços online;
- Com o exercício de avaliação, pretende-se seleccionar e divulgar boas práticas, com vista à sua difusão. O objectivo central é, deste modo, induzir a melhoria da qualidade da presença dos organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado na Internet.

#### Ponto de Situação

##### Realizado

- Definição dos critérios de avaliação dos web sites dos organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado;
- Recolha de informação na Internet – Web Survey aos sites;
- Elaboração do instrumento de notação para a auto-avaliação dos organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado;
- Análise dos resultados;
- Relatório de resultados.

##### A realizar

- Definição dos novos critérios;
- Preparação e lançamento da Terceira avaliação.

**Factores Críticos de Sucesso**

- Construção de um novo método de avaliação, consonante com o novo modelo de e-Government;
- O presente método de avaliação está em linha com o ainda predominante modelo de e-Government – reprodução em formato digital do arquipélago administrativo do Estado, i.e., profusão de sites institucionais, dispersão de informação e carência de serviços transaccionais e integrados, não fomentando o relacionamento dos cidadãos e das empresas com o Estado através da Internet. Um novo modelo de avaliação, consonante com a nova estratégia de e-Government (grandes portais temáticos, de informação e de serviços) deverá deixar de ter o organismo como unidade de análise, mas a policy-area (Saúde, Educação, Segurança, etc.), avaliando o grau de desenvolvimento e integração dos serviços disponibilizados.

**AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DAS AUTARQUIAS NA INTERNET****Objectivo e Descrição**

- Aferir da qualidade e maturidade da presença dos Municípios na Internet, nomeadamente no que diz respeito ao grau de actualização da informação disponibilizada, à clareza da forma como é apresentada, à facilidade de pesquisa da informação, ao tipo de serviços disponibilizados ao cidadão;
- Com o exercício de avaliação, pretende-se seleccionar e divulgar boas práticas, com vista à sua difusão. O objectivo central é, deste modo, induzir a melhoria da qualidade da presença das autarquias na Internet.

**Ponto de Situação****Realizado**

- Definição dos critérios de avaliação dos web sites das Câmaras Municipais;
- Elaboração do instrumento de notação para a auto avaliação dos municípios;
- Análise dos resultados.

**A realizar**

- Relatório de resultados;
- Preparação e lançamento da Segunda Avaliação.

**DIPLOMA DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO****Objectivo e Descrição**

- Sistema de informação e apoio técnico no âmbito do processo de concessão do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação (DCB)

**Ponto de Situação****Realizado**

- Criação e aperfeiçoamento do Sistema de Informação Integrado para a gestão do DCB;
- Concepção do Manual para utilização do Sistema de Informação Integrado por parte das Entidades Certificadoras e dos monitores/formadores;
- Acompanhamento das entidades certificadoras (actividade contínua).

**A realizar**

- Visitas às entidades certificadoras (actividade apenas realizada parcialmente).

**Factores Críticos de Sucesso**

- Maior divulgação do DCB junto da sociedade civil;
- Possível integração do DCB no sistema nacional de certificação em TIC.

## ESTUDOS

Objectivo e Descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estes estudos pretendem, por um lado, recolher informação qualitativa que permita avaliar o impacto da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas diversas esferas da sociedade por um lado, e por outro, colmatar a ausência de uma conceptualização teórica/prática sobre determinada área;</li> <li>A relevância destes estudos, prende-se com a especificidade das temáticas e a avaliação do impacto de medidas políticas.</li> </ul>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo “Mapear conhecimento e inovação em Portugal: uma proposta para um sistema de indicadores e um programa de observação”, coordenado pelo Professor Doutor Manuel Heitor</li> <li>Concepção de uma Metodologia para a criação de um Índice de Potencial Digital da Hotelaria Portuguesa</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo “Benchmarks sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento: uma análise das políticas públicas e dos ambientes sócio culturais em Portugal e no Mundo” (designação provisória);</li> <li>Estudo “A Gestão do Conhecimento em Portugal: Práticas Institucionais (designação provisória);</li> <li>Estudo “As TIC e o Sistema Educativo” (designação provisória);</li> <li>Estudo sobre o Impacto do eU e da B-on.</li> </ul>

## PUBLICAÇÃO ePORTUGAL

Objectivo e Descrição
<p>A Publicação ePortugal pretende ser um documento de referência em matéria de caracterização da evolução da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. O ePortugal irá ser constituída por comportar dois volumes autónomos:</p> <p>1º Volume – ePortugal: A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal</p> <p>Este volume será constituído essencialmente por “ensaios” temáticos, complementados por indicadores estatísticos, desenvolvidos por diversos peritos nacionais nesta área.</p> <p>2º Volume – ePortugal 2004: um Retrato Estatístico</p> <p>Este volume pretende assumir-se como um verdadeiro Anuário Estatístico da Sociedade da Informação e do Conhecimento, sendo a estrutura, tanto quanto possível, semelhante à definida para o 1º Volume.</p>

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação das áreas temáticas, dos conteúdos e dos peritos a envolver.</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aperfeiçoamento do draft elaborado;</li> <li>Convite e confirmação dos peritos.</li> </ul>

## 4.2. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA P001 - "SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELECTRÓNICO" / PIDDAC

Objectivo e Descrição
<p>O Plano de Acção para a Sociedade da Informação (RCM 107/2003, de 12 de Agosto) define o modelo de liderança e coordenação da sua implementação, que se sub-divide em 7 eixos de actuação. O eixo 4. Articulação Transversal, define como prioridade a coordenação transversal da programação de investimentos.</p> <p>Neste contexto, UMIC foi nomeada entidade coordenadora do Programa Orçamental P001 – "Sociedade da Informação e Governo Electrónico" inserido no PIDDAC/2005, que motivou e estruturou, com responsabilidades na coordenação e avaliação de projectos transversais no valor de 387 M , grande parte deles com continuidade em 2006.</p> <p>No Programa P001 do PIDDAC/2005, estão inscritos 340 Projectos, distribuídos pelas 11 Medidas existentes, com um envolvimento de todos os ministérios. Este Programa representa assim cerca de 5.8% do valor total inscrito em PIDDAC.</p>

Ponto de Situação	
<p><b>Realizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Janeiro/Abril 2003 – aceitação da motivação junto do Ministério das Finanças (SEO e DPP) para criação de dois programas transversais do PIDDAC – Sociedade da Informação e Governo Electrónico.</li> <li>• Agosto de 2003 - UMIC nomeada entidade coordenadora dos programas transversais P001 – Sociedade da Informação e P002 – Governo Electrónico.</li> <li>• Agosto/Setembro de 2003 – Apoio à elaboração do Orçamento – PIDDAC/2004 – definição dos Programas P0001 e P002 e das respectivas Medidas; coordenação de projectos chave – indicação de processo críticos á SE do Orçamento.</li> <li>• Março/Abril de 2004 – Apoio ao processo de reformulação das fichas dos vários ministérios de caracterização de Programas e Projectos em PIDDAC – clarificação dos objectivos de investimento e introdução de mecanismos de acompanhamento e avaliação.</li> <li>• Julho de 2004 – Elaboração de um Relatório de Execução Semestral dos Programas P001 e P002</li> <li>• Julho de 2004 – Definição da Estratégia Geral para a concepção do PIDDAC/2005:             <ul style="list-style-type: none"> <li>o Agregação dos dois Programas no P001 – "Sociedade da Informação e Governo Electrónico".</li> <li>o Redefinição das medidas transversais – criação de 11 medidas comuns a todos os ministérios envolvidos que representam de uma forma mais directa o programado nos Planos de Acção para a Sociedade da Informação e Governo Electrónico.</li> <li>o Definição de uma tipologia de indicadores associada a cada uma das medidas.</li> </ul> </li> <li>• Março/Dezembro de 2004 – Participação diária no processo de Alterações Orçamentais:             <ul style="list-style-type: none"> <li>o Coordenação estratégica do processo de alterações orçamentais no P001 e P002;</li> <li>o Eixo de ligação entre as entidades executoras e o Ministério das Finanças;</li> <li>o Emissão de pareceres nas alteração relevantes, definidas no Despacho de Gestão PIDDAC/2004.</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>A realizar</b></p> <p>Salientam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acção diária no processo de alterações orçamentais – com e sem emissão de parecer consoante a tipologia do processo e em consonância com o estipulado no Despacho de Gestão do PIDDAC/2005</li> <li>• Interlocução directa entre as entidades coordenadoras sectoriais e os organismos do Ministério das Finanças, nomeadamente o Departamento de Prospectiva e Planeamento e a Direcção Geral do Orçamento, em todas as questões relacionadas com o PIDDAC</li> <li>• Relatório anual do PIDDAC/2004 – 15/ Abril/2005.</li> <li>• Definição da estratégia a adoptar no processo de inscrição de projectos no PIDDAC/2006.</li> <li>• Relatório de Execução Semestral do programa P001 – até 31/Julho.</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição das responsabilidades e poderes da entidade coordenadora:             <ol style="list-style-type: none"> <li>8. A clarificação, pelo Ministério das Finanças, do papel e âmbito de intervenção da entidade coordenadora permitirá otimizar a actuação desta.</li> </ol> </li> <li>• Articulação Inter-Ministerial – acção a desempenhar durante a elaboração do PIDDAC 2006:             <ol style="list-style-type: none"> <li>9. Eliminação de sobreposições e redundâncias nos projectos de Investimento Público.</li> <li>10. Obtenção de sinergias e integração de projectos/processos similares.</li> </ol> </li> <li>• Desenvolvimento de uma cultura de responsabilização das entidades executoras (acção para o Ministério das Finanças).             <ol style="list-style-type: none"> <li>11. Desburocratização do processo de alterações orçamentais.</li> <li>12. Implementação de um sistema eficaz de acompanhamento e avaliação dos projectos de Investimento Público.</li> </ol> </li> <li>• Introdução de uma política de portfolio de investimentos nesta área (a propor ao Ministério das Finanças).             <ol style="list-style-type: none"> <li>13. Adequação dos investimentos à satisfação dos objectivos delineados nos Planos de Acção.</li> <li>14. Análise custo/benefício e de risco dos projectos da Sociedade da Informação.</li> </ol> </li> </ul>

### 4.3. PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

#### Objectivo e Descrição

Os resultados da avaliação intercalar (mid-term review) do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCA III 2000-2006), e mais concretamente do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), efectuada no início de 2003, evidenciaram um conjunto de oportunidades de melhoramento do Programa, especialmente associados a alguma falta de enfoque e articulação estratégica do Programa.

Com efeito, desde a sua estruturação (na década de 90), verificaram-se alterações significativas na envolvente nacional e internacional do POSI com fortes repercussões sobre o alinhamento das medidas previstas no mesmo com a nova realidade, designadamente:

- a consubstanciação de alguns dos principais objectivos da Agenda de Lisboa em medidas de acção concretas definidas no âmbito dos Planos de Acção eEurope 2002 e eEurope 2005;
- a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, assente no acesso à informação e ao Conhecimento, para o qual contribuiu decisivamente o crescimento exponencial da Banda Larga;
- a nível nacional, a criação da UMIC, em 2002, e a publicação em Diário da República, a 12 de Agosto de 2003, dos seguintes documentos programáticos: Plano de Acção para a Sociedade da Informação, Plano de Acção para o Governo Electrónico, Iniciativa Nacional para a Banda Larga, Programa para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, Programa Nacional das Compras Electrónicas.

Este desfazamento, identificado igualmente na avaliação realizada, esteve assim na origem de um processo de negociação entre a UMIC/Gabinete de Gestão do POSI e a Comissão Europeia (DG REGIO) no sentido de proceder a uma reformulação do Programa por forma a garantir a sua melhor articulação com os objectivos estratégicos associados à nova situação nacional e internacional. A título de exemplo, a anterior versão do Programa não previa ainda a componente de apoio financeiro, através de fundos estruturais, de vários projectos e iniciativas chave, igualmente previstas no Plano de Acção eEurope 2005, em fase final de conceptualização e/ou em lançamento a nível nacional.

Assim, a 27 de Dezembro de 2004, após um longo processo negocial com a Comissão Europeia (no âmbito do qual foram igualmente discutidos e validados um conjunto de princípios orientadores, de índole estratégica e operacional, instrumentais para a implementação dos diferentes projectos), foi finalmente aprovado, pela Comissária Europeia para a Sociedade da Informação e Media, Ms Viviane Reding, o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS\_Conhecimento), resultante da reformulação do POSI.

Mantendo ainda abertos os anteriores eixos e medidas de actuação do POSI, o novo POS\_Conhecimento apostou na definição de um conjunto de 5 novos eixos alinhados com as grandes prioridades e projectos chave nacionais:

- Projectos de Banda Larga
- Projectos Integrados de Governo Electrónico
- Formação Integrada em TIC
- Inovação Integrada em TIC
- A Sociedade do Conhecimento no Território

Na sequência da aprovação do POS\_Conhecimento por parte da Comissão Europeia, a 25 de Janeiro de 2005, por forma a não comprometer a execução financeira dos apoios financeiros previstos até 2006 (que contaram com um reforço da dotação financeira prevista, via alocação de parte substancial da reserva de programação do QCA, para um total de 110 milhões de euros, correspondente a 216,4 milhões de euros de custo total projectos), foram assinados os despachos ministeriais que aprovam os Regulamentos de Acesso a cada uma das medidas definidas, desenvolvidos pela UMIC, em articulação com o Gabinete de Gestão do Programa. Estes Regulamentos são instrumentais para a abertura formal dos canais de financiamento a novos projectos integrados nos 5 novos eixos estabelecidos.

#### Ponto de Situação

##### Realizado

- Terminado: Desenvolvimento, por parte da UMIC/POSI, do conteúdo do novo POS\_Conhecimento (resultante da reformulação do POSI) e correspondente Complemento de Programação;
- Terminado: Processo de negociação UMIC/POSI/Comissão Europeia, conducente à aprovação do novo POS\_Conhecimento, a 27 de Dezembro de 2004, por parte da Comissária Europeia para a Sociedade da Informação e Media;
- Terminado: Assinados e publicados em Diário da República Regulamentos de Acesso, instrumentais para a abertura formal dos canais de financiamento a novos projectos integrados nos 5 novos eixos.
- Terminado: Desenvolvimento, por parte da UMIC/POSI, dos Editais e documentos base para início da fase de recepção de candidaturas a co-financiamento, correspondentes às tipologias de projectos chave mais críticas e urgentes (ex. Neotec, Redes Comunitárias – vide Fichas de Projecto correspondentes)

##### A realizar

- Lançamento, por parte da estrutura de gestão do POS\_Conhecimento, dos restantes Editais e documentos base já desenvolvidos, para início da fase de recepção de candidaturas a co-financiamento (ex. Redes Comunitárias, Escolas Navegadoras)

#### Factores Críticos de Sucesso

Ao longo de todo este processo de negociação com a Comissão Europeia foi iniciado um processo de credibilização e conseguida a construção de um relacionamento próximo com os serviços da Comissão, que será agora vital manter e fomentar, especialmente num cenário de negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007 – 2013), fortemente alicerçado em torno desta temática (Agenda de Lisboa – Construção da Sociedade do Conhecimento).

Será assim um importante factor crítico de sucesso a garantia de uma linha de continuidade das linhas de orientação vertidas para o novo programa, designadamente nesta fase final do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCA III 2000 – 2006), atendendo à extrema importância de uma eficaz e correcta execução das verbas / apoios financeiros associados ao Programa até final de 2006, a 2 níveis:

- na continuidade dos projectos em curso e na implementação de projectos já conceptualizados;
- no reforço do poder negocial futuro de Portugal nesta matéria, considerando o significativo alinhamento entre a nova versão do Programa e as prioridades neste momento em fase de definição quer para o relançamento da Agenda de Lisboa, quer para o quadro de negociação do próximo QCA 2007-2013.

#### Impacto

O Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (ex-POS) é o instrumento base para a prossecução das políticas públicas nacionais na área da Sociedade da Informação e Governo Electrónico, essenciais para o desenvolvimento sustentado da Sociedade do Conhecimento em Portugal e para o cumprimento dos objectivos definidos no âmbito da Agenda de Lisboa.

## 4.4. GRUPO DE TRABALHO UMTS

#### Objectivo e Descrição

No âmbito do processo de atribuição das licenças para a exploração do sistema móvel UMTS, promovido pelo Ministério da Economia por intermédio da ANACOM, os operadores licenciados vincularam-se a desenvolver e a financiar um conjunto de iniciativas visando o desenvolvimento e promoção da Sociedade da Informação em Portugal.

Com vista à prioritização, implementação, acompanhamento e avaliação das iniciativas a desenvolver, foi criado a 8 de Janeiro de 2001, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, o Grupo de Trabalho UMTS (GT UMTS). Este Grupo, constituído por representantes da UMIC, ANACOM e dos três operadores que actualmente detêm licenças UMTS (Optimus, TMN, e Vodafone), é, desde 28 de Agosto de 2003, presidido pela UMIC, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2003.

Foram identificados, pelo GT UMTS, enquanto projectos prioritários, de interesse comum, a implementar ao abrigo das obrigações assumidas pelos operadores licenciados, os seguintes projectos chave para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal:

- Portal do Cidadão (designadamente na sua vertente móvel);
- Saúde;
- Vigilância e Protecção das Florestas;
- Populações com Necessidades Especiais.

Por recurso a entidades externas, foram definidas, para cada um dos projectos chave identificados, as soluções a implementar (definição conceptual detalhada de sub-projectos e soluções técnicas com primeira estimativa de custos de implementação).

Os sucessivos adiamentos, por motivos exógenos à realidade portuguesa, do lançamento comercial dos serviços móveis UMTS teve um impacto significativo no ritmo da concretização das obrigações assumidas pelos operadores, com efeitos directos ao nível do trabalho desenvolvido pelo GT UMTS.

Actualmente, os supramencionados serviços encontram-se já a ser comercializados pelos três operadores licenciados.

Ponto de Situação	
<p>Realizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioritização por parte do Estado dos projectos e áreas de intervenção</li> <li>• Definição das soluções a implementar (Abril de 2004: todos os relatórios finais elaborados pelas referidas entidades externas aprovadas pelo GT UMTS)</li> <li>• Identificação por parte da UMIC de interlocutores chave e constituição de taskforces com stakeholders públicos/ membros GT UMTS para trabalhar fase de implementação das soluções</li> <li>• Início dos trabalhos técnicos para projectos na vertente “Vigilância e Protecção das Florestas” com taskforce constituída</li> <li>• Projecto Portal do Cidadão (vertente fixa e móvel) implementado / em curso</li> <li>• Primeira apresentação à ANACOM / UMIC por parte dos 3 operadores licenciados de lista de despesas realizadas, como consideradas pelos mesmos ao abrigo de contrapartidas UMTS</li> </ul>	<p>A realizar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Renegociação das contrapartidas UMTS com os operadores licenciados (montantes e horizonte de financiamento)</li> <li>• Criação de um sistema de acreditação das despesas realizadas pelos operadores licenciados enquanto contrapartidas UMTS</li> <li>• Entrada na fase de implementação dos projectos e das soluções propostas e aprovadas pelo GT UMTS</li> </ul>

Factores Críticos de Sucesso
<p>Processo lento e complexo, com reduzidos níveis de colaboração por parte dos operadores licenciados, justificados principalmente pelos elevados montantes de financiamento por si assumidos em 2001 enquanto contrapartidas.</p> <p>Rápida e eficaz implementação dos projectos condicionada por questões associadas a renegociações de financiamento e inexistência de uma definição totalmente clara de regras base e do modelo de governance na fase de implementação dos projectos.</p> <p>Trabalhos técnicos dos projectos na vertente “Vigilância e Protecção das Florestas” actualmente parados por este motivo, na sequência de tomada de posição de todos os operadores licenciados contra a continuação dos trabalhos técnicos sem a prévia existência de definição da dimensão financeira (renegociação de contrapartidas). Questões similares verificam-se ao nível do suporte financeiro dos operadores ao desenvolvimento do Portal do Cidadão.</p> <p>Para desbloquear situação salvaguardando interesse público, essencial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definição “top down” por parte do Estado (ex. sob a forma de Portaria), de um enquadramento base inequívoco com: prioritização de projectos a desenvolver; condições base para renegociação de financiamentos (limites temporais e de montantes).</li> <li>2. Definição de regime de acreditação de despesas para aceitação de despesas enquanto contrapartidas UMTS (UMIC e ANACOM, enquanto entidade que preside ao GT UMTS e entidade com atribuições na supervisão do cumprimento dos termos das licenças atribuídas, respectivamente).</li> </ol> <p>Documentos técnicos base para ambas as dimensões presentemente em fase inicial de desenvolvimento conjunto por parte da UMIC e da ANACOM.</p>

Impacto
<p>O rápido e eficaz desbloquear desta situação permitiria o início da implementação dos projectos definidos e já conceptualizados em áreas de forte interesse público, com potencial para atingir expectáveis resultados positivos já a médio-prazo.</p>





# REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup> [http://europa.eu.int/information\\_society/eeurope/2002/action\\_plan/pdf/actionplan\\_pt.pdf](http://europa.eu.int/information_society/eeurope/2002/action_plan/pdf/actionplan_pt.pdf)
- <sup>2</sup> [http://europa.eu.int/information\\_society/eeurope/2002/news\\_library/documents/eeurope2005/eeurope2005\\_pt.pdf](http://europa.eu.int/information_society/eeurope/2002/news_library/documents/eeurope2005/eeurope2005_pt.pdf)
- <sup>3</sup> [http://europa.eu.int/information\\_society/eeurope/i2010/i2010/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/information_society/eeurope/i2010/i2010/index_en.htm)
- <sup>4</sup> [http://www.internet.gov.pt/inbl/semana\\_bl.asp](http://www.internet.gov.pt/inbl/semana_bl.asp)
- <sup>5</sup> <http://www.emcis2004.hu/dokk/main/emc/conference/program/session1.html>
- <sup>6</sup> [http://www.oecd.org/document/51/0,2340,en\\_2649\\_201185\\_33703347\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,2340,en_2649_201185_33703347_1_1_1_1,00.html)
- <sup>7</sup> <http://www.posi.pcm.gov.pt/?&acao=pagina&pag=destaque-cidades&pbanner=regioesdigitais>
- <sup>8</sup> [http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Projectos/Administracao\\_Central/](http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Projectos/Administracao_Central/)
- <sup>9</sup> [http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Programa/Apresentacao/10\\_caracteristicas\\_PNCE.htm?page=9](http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Programa/Apresentacao/10_caracteristicas_PNCE.htm?page=9)
- <sup>10</sup> [http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Programa/Projectos/unc\\_umc.htm](http://www.compras.gov.pt/Compras/Menu/Programa/Projectos/unc_umc.htm)
- <sup>11</sup> Lojas do Cidadão e Postos de Atendimento ao Cidadão, num total de cerca de 60 pontos, cobrindo cerca de 85% da população continental, a partir de uma parceria com o Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão. Esta rede crescerá rapidamente a partir do lançamento do Portal.
- <sup>12</sup> <http://www.projectliberty.org/>
- <sup>13</sup> <http://msdn.microsoft.com/library/default.asp?url=/library/en-us/dnglobspec/html/ws-federation.asp>
- <sup>14</sup> <http://europa.eu.int/idabc/en/document/1921>

## Notas

---

## Notas

---

## Notas

---

## Notas

---

## UMIC

Agência para a Sociedade do Conhecimento

Taguspark, Edifício Inovação I, 2º, Sala 124  
2780-920 Porto Salvo

Portugal

Telefone: +351 21 391 84 00

Fax: +351 21 391 84 48

***umic@umic.pcm.gov.pt***  
***www.umic.gov.pt***



Agência para a Sociedade do Conhecimento

Taguspark, Edifício Inovação I, 2º, Sala 124  
2780-920 Porto Salvo  
Portugal

Telefone: +351 21 391 84 00  
Fax: +351 21 391 84 48

*[umic@umic.pcm.gov.pt](mailto:umic@umic.pcm.gov.pt)*  
*[www.umic.gov.pt](http://www.umic.gov.pt)*